



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

PERCEPÇÃO MATERNA E PATERNA DA RELAÇÃO COPARENTAL EM FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

BRUNA JAMILLY CARVALHO DE ASSIS MATTOS

BELÉM - PA

2025



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

PERCEPÇÃO MATERNA E PATERNA DA RELAÇÃO COPARENTAL EM FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

BRUNA JAMILLY CARVALHO DE ASSIS MATTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

Área de concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Júlia Scarano de Mendonça.

BELÉM - PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

M444p Mattos, Bruna Jamilly Carvalho de Assis, 1988-
Percepção materna e paterna da relação coparental em famílias
ribeirinhas da Amazônia / Bruna Jamilly Carvalho de Assis Mattos. —
2025.
242 p. il.: color

Orientadora: Júlia Scarano de Mendonça
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-
Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2025.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Famílias
ribeirinhas. 4. Coparentalidade (subsistema familiar). 5.
Conjugalidade (vínculo afetivo e familiar). I. Título.

CDD - 23. ed. 150.77

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB2/750

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Bruna Jamilly Carvalho de Assis Mattos, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

E-mail: brunamattos34@gmail.com

BRUNA JAMILLY CARVALHO DE ASSIS MATTOS

**PERCEPÇÃO MATERNA E PATERNA DA RELAÇÃO COPARENTAL EM
FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA**

DEFENDIDA e APROVADA em 21 de novembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Júlia Scarano de Mendonça
Presidente da Banca / Orientadora – UFPA

Prof.^a Dr.^a Simone Souza da Costa Silva
Membro Titular 1 – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Tania Kiehl Lucci
Membro Titular 2 – Universidade de São Paulo (USP)

**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação
Digital no Repositório Institucional da UFPA**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Bruna Jamilly Carvalho de Assis Mattos

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (x) Discente **Unidade:** Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (x) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico;
() Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Percepção Materna e Paterna da Relação Coparental em Famílias Ribeirinhas da Amazônia

Data da Defesa: 21/11/2025 **Área do Conhecimento:** Ecoetologia

Agência de Fomento: CAPES

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(X) Sim

() Não

Permitir modificações em sua obra?

(X) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

() Não


O documento está sujeito ao registro de patente?

(X) Sim

() Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém (PA), 21/11/2025

Documento assinado digitalmente
 BRUNA JAMILLY CARVALHO DE ASSIS MATTOS
Data: 02/12/2025 09:42:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Com amor, para Jerônimo, Augusto e Heitor.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela dádiva da vida e pela saúde que me sustentou ao longo desta jornada.

À minha família, por todo o amor e apoio. Em especial à minha mãe, Maria Lizete Carvalho de Assis, por acreditar na importância da educação e investir com tanto carinho na minha formação.

Ao meu marido, Jerônimo Lameira Silva, meu companheiro de vida e meu maior incentivador. Obrigada por acreditar em mim mesmo nos dias de dúvida, por abraçar meus sonhos como se fossem seus, e por dividir comigo tanto os desafios quanto as conquistas de vida. Seu apoio constante com palavras de encorajamento e no cuidado diário da nossa família, foi fundamental para que eu pudesse me dedicar plenamente a este projeto.

Aos meus filhos, Augusto e Heitor, por serem fonte constante de amor e inspiração. Vocês me ensinam, diariamente, sobre resiliência, afeto e o verdadeiro sentido da dedicação. Esta conquista também é de vocês.

À minha orientadora, Professora Dra. Júlia Scarano de Mendonça, pela orientação generosa, escuta atenta e incentivo constante. Sua sensibilidade e compromisso acadêmico foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradeço às professoras Simone Souza Silva e Tania Kiehl Lucci pelas contribuições generosas, pelo olhar atento e pelas sugestões que enriqueceram minha dissertação e meu percurso acadêmico.

Às agentes comunitárias de saúde, cujo apoio foi imprescindível para o recrutamento das famílias participantes. Sem vocês, não seria possível alcançar o número necessário para este estudo.

Ao Seu João, nosso barqueiro, pela disponibilidade e pela prioridade no transporte entre as ilhas.

À Iracema e ao Charles, do Ygara, pela acolhida calorosa e pelas trocas tão ricas sobre a vida ribeirinha.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto maior do qual esta pesquisa faz parte, possibilitando a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que possibilitou a concretização deste mestrado.

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC), por acolherem esta pesquisa e oferecerem o suporte necessário ao meu desenvolvimento acadêmico.

A todos e todas que contribuíram, direta ou indiretamente, para que esta caminhada fosse possível, deixo meu mais profundo agradecimento.

“Biologicamente, sem amor, sem a aceitação do outro, não há fenômeno social”

(Maturana & Varela, 2001, p. 264)

De Assis Mattos, B. J. C. (2025). Percepção Materna e Paterna da Relação Coparental em Famílias Ribeirinhas da Amazônia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA, 242 p.

RESUMO

A coparentalidade é o subsistema familiar que organiza como os cuidadores compartilham responsabilidades, apoio e o manejo de conflitos no cuidado infantil. A qualidade dessa relação influencia diretamente o desenvolvimento socioemocional da criança e pode ser afetada por fatores como conjugalidade, envolvimento parental, condições socioeconômicas e características culturais. Esta dissertação investigou a coparentalidade em 38 famílias biparentais ribeirinhas da região insular de Belém do Pará, envolvendo 43 crianças, sendo 20 meninas e 23 meninos, com idades entre 3 e 5 anos ($M = 3,61$). Adotou-se uma abordagem sistêmica, integrando autorrelato, dados sociodemográficos e observação direta das interações parentais. Os resultados mostraram elevados níveis de percepção de coparentalidade, com padrões distintos entre mães e pais. Entre os pais, observou-se uma associação particularmente forte entre coparentalidade e conjugalidade, indicando que a qualidade do relacionamento conjugal exerceu influência expressiva sobre a forma como percebiam a colaboração e o apoio mútuo no cuidado com os filhos. Para as mães, o fator mais relevante foi o envolvimento paterno percebido. As observações das interações parentais revelaram sincronia funcional, proximidade física, engajamento variável e clima afetivo predominantemente neutro, com tendência a expressões positivas de afeto, refletindo momentos alternados de colaboração e desengajamento. A análise sociodemográfica apontou efeitos sutis de variáveis contextuais, destacando a influência negativa da religião paterna nas percepções maternas e uma tendência negativa da renda materna sobre as percepções paternas de cooperação coparental. A comparação entre autorrelato e observação mostrou predição parcial do instrumento PATER, especialmente em aspectos de proximidade física e orientação corporal. Os achados reforçam a relevância da abordagem sistêmica, evidenciando a influência recíproca entre subsistemas familiares e fatores ambientais, e fornecem subsídios para intervenções culturalmente sensíveis que promovam coparentalidade positiva e bem-estar infantil.

Palavras-chave: coparentalidade; conjugalidade; envolvimento paterno; famílias ribeirinhas; observação de interações; abordagem sistêmica.

De Assis Mattos, B. J. C. (2025). Maternal and Paternal Perception of the Coparental Relationship in Riverside Families of the Amazon. Master's Thesis. Graduate Program in Theory and Research of Behavior. Belém-PA, 242 pages.

ABSTRACT

Coparenting is the family subsystem that organizes how caregivers share responsibilities, support, and the management of conflicts related to child care. The quality of this relationship directly influences children's socioemotional development and can be affected by factors such as couple relationship quality, parental involvement, socioeconomic conditions, and cultural characteristics. This dissertation investigated coparenting in 38 biparental riverside families from the island region of Belém do Pará, involving 43 children—20 girls and 23 boys—aged 3 to 5 years ($M = 3.61$). A systemic approach was adopted, integrating self-report measures, sociodemographic data, and direct observation of parental interactions. The results indicated high levels of perceived coparenting, with distinct patterns between mothers and fathers. Among fathers, a particularly strong association between coparenting and couple relationship quality was observed, suggesting that the quality of the marital relationship strongly influenced how they perceived collaboration and mutual support in caring for their children. For mothers, the most relevant factor was perceived paternal involvement. Observational data revealed functional synchrony, physical proximity, variable engagement, and a predominantly neutral affective climate, with a tendency toward positive expressions of affect, reflecting alternating moments of collaboration and disengagement. The sociodemographic analysis pointed to subtle effects of contextual variables, highlighting the negative influence of paternal religion on maternal perceptions and a negative trend of maternal income on fathers' perceptions of coparental cooperation. The comparison between self-report and observational data revealed partial predictive validity of the PATER instrument, particularly for dimensions related to physical proximity and body orientation. The findings reinforce the relevance of a systemic approach, demonstrating the reciprocal influence among family subsystems and environmental factors, and provide insights for culturally sensitive interventions aimed at promoting positive coparenting and child well-being.

Keywords: coparenting; marital relationship; paternal involvement; riverine families; interaction observation; systemic approach.

Lista de ilustrações

Figura 1. <i>Representação dos subsistemas que compõem o sistema familiar.</i>	27
Figura 2. <i>Representação das fronteiras familiares.</i>	29
Figura 3. <i>Representação das fronteiras familiares.</i>	29
Figura 4. <i>Componentes do modelo da Estrutura Interna de coparentalidade.</i>	38
Figura 5. <i>Modelo do Contexto Ecológico da Coparentalidade.</i>	40
Figura 6. <i>Mapa que ilustra a localização das Ilhas.</i>	53
Figura 7. <i>Vista da Ilha do Combú, evidenciando a vegetação típica de mata de várzea.</i>	55
Figura 8. <i>Mapa da Ilha do Combú com a identificação das comunidades.</i>	56
Figura 9. <i>Mapa da APA da Ilha do Combú.</i>	57
Figura 10. (a) <i>Banner com os serviços oferecidos na UBS da Ilha do Combú.</i> (b) <i>Transporte fluvial utilizado para atendimentos de urgência e emergência da UBS da Ilha do Combú.</i> ...	60
Figura 11. (a) <i>Ribeirinho extrativista transportando cestos de açaí na Ilha do Combú.</i> (b) <i>Casa ribeirinha sobre palafitas com trapiche de acesso.</i>	67
Figura 12. <i>Aglomerados familiares na comunidade do Cacau, localizada na Ilha do Murutucum.</i>	68
Figura 13. <i>Vista da Ilha do Combú com a cidade de Belém ao fundo, destacando sua proximidade geográfica.</i>	69
Figura 14. <i>Registro da gravação da interação familiar, com destaque para os brinquedos e o tapete utilizado na delimitação do espaço de observação.</i>	82
Figura 15. <i>Distribuição das famílias participantes da pesquisa por ilha</i>	90
Figura 16. <i>Frequência dos Níveis de Escolaridade das mães e dos pais participantes da pesquisa.</i>	91
Figura 17. <i>Frequência da identificação religiosa das mães e dos pais participantes da pesquisa.</i>	92
Figura 18. <i>Frequência da Renda Mensal Familiar e Percentual de Recebimento de Bolsa Família.</i>	95
Figura 19. <i>Frequência da Fonte de Renda das mães e dos pais participantes da pesquisa.</i> ...	96
Figura 20. <i>Frequência do Cultivo no terreno dos participantes da pesquisa.</i>	97
Figura 21. <i>Distribuição das frequências por nível de resposta nos itens da subescala Coparentalidade.</i>	100

Figura 22. Distribuição das frequências por nível de resposta nos itens da subescala <i>Envolvimento Paterno</i>	103
Figura 23. Distribuição das frequências por nível de resposta nos itens da subescala <i>Conjugalidade</i>	106
Figura 24. Associações entre a subescala <i>Coparentalidade</i> em função das subescalas <i>Envolvimento Paterno e Conjugalidade</i>	117
Figura 25. Trajetória dos Níveis da <i>Distância Interpessoal por Família ao Longo do Tempo (TIS)</i>	125
Figura 26. <i>Frequência dos Níveis da Distância Interpessoal ao Longo do Tempo (TIS)</i>	127
Figura 27. Trajetória dos Níveis da <i>Orientação Visual por Família ao Longo do Tempo (TIS)</i>	129
Figura 28. <i>Frequência dos Níveis da Orientação Visual ao Longo do Tempo (TIS)</i>	130
Figura 29. Trajetória dos Níveis da <i>Orientação da Parte Superior do Corpo por Família ao Longo do Tempo (TIS)</i>	133
Figura 30. <i>Frequência dos Níveis da Orientação da Parte Superior do Corpo ao Longo do Tempo (TIS)</i>	134
Figura 31. Trajetória dos Níveis de <i>Envolvimento Diádico por Família ao Longo do Tempo (TIS)</i>	136
Figura 32. <i>Frequência dos Níveis de Envolvimento Diádico ao Longo do Tempo (TIS)</i>	138
Figura 33. Trajetória dos Níveis de <i>Afeto Compartilhado por Família ao Longo do Tempo (TIS)</i>	140
Figura 34. <i>Frequência dos Níveis de Afeto Compartilhado ao Longo do Tempo (TIS)</i>	141
Figura 35. Associações entre <i>PATER (respondido por ambos os responsáveis)</i> e indicadores observacionais de interação diádica	142

Lista de Tabelas

Tabela 1. <i>Questões alteradas do PATER.</i>	74
Tabela 2. <i>Dimensões do PATER.</i>	76
Tabela 3. <i>Dimensões do Modelo da Estrutura Interna e contexto Ecológico investigadas na pesquisa.</i>	77
Tabela 4. <i>Taxonomy of Interactional Synchrony.</i>	80
Tabela 5. <i>Estatísticas descritivas e consistência interna das subescalas do questionário PATER</i>	99
Tabela 6. <i>Resultados da ANOVA 2x2 de medidas repetidas do questionário PATER.</i>	107
Tabela 7. <i>Comparações pós-hoc (ajuste de Tukey) referentes às respostas parentais ao questionário PATER.</i>	108
Tabela 8. <i>Comparação entre os escores atribuídos por mães e pais ao questionário PATER (teste t pareado).</i>	110
Tabela 9. <i>Regressões lineares simples da Coparentalidade em função do Envolvimento Paterno e da Conjugalidade.</i>	116
Tabela 10. <i>Regressão Múltipla da Coparentalidade em função do Envolvimento Paterno e da Conjugalidade para as mães.</i>	119
Tabela 11. <i>Regressão Múltipla da Coparentalidade em função do Envolvimento Paterno e da Conjugalidade para os pais.</i>	120
Tabela 12. <i>Valores de Kappa por categoria.</i>	122
Tabela 13. <i>Distribuição dos códigos dos avaliadores entre os níveis da categoria Orientação Corporal.</i>	123
Tabela 14. <i>Matriz de pesos ponderada utilizada no cálculo do AC2</i>	1255
Tabela 15. <i>Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Distancia Interpessoal</i>	13226
Tabela 16. <i>Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Orientação Visual (TIS)</i>	13529
Tabela 17. <i>Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Orientação da Parte Superior do Corpo (TIS).</i>	

Tabela 18. <i>Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Envolvimento Diádico (TIS)</i>	146
Tabela 19. <i>Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Afeto Compartilhado (TIS)</i>	147
0	
Tabela 20. <i>Modelo final da Regressão Múltipla para Subescala Coparentalidade, do questionário PATER, respondido pelas mães em relação às variáveis preditoras (sociodemográficas)</i>	147
Tabela 21. <i>Modelo final da Regressão Múltipla para Subescala Coparentalidade, do questionário PATER, respondido pelos pais em relação às variáveis preditoras (sociodemográficas)</i>	148

Lista de Abreviaturas e Siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

CNV – Comunicação Não Verbal

ISD - Inventário Sócio-Demográfico

PATER - Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade

PS – Pensamento Sistêmico

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEF - Terapia Estrutural da Família

TIS - Taxonomy of Interactional Synchrony

Sumário

Apresentação	19
Introdução.....	20
Fundamentação Teórica.....	22
Família e Abordagem Sistêmica.....	22
Teoria Estrutural da Família (TEF).....	25
Conceitos	32
Coparentalidade.....	32
Conjugalidade.....	45
Envolvimento Paterno	48
Contexto Ribeirinho	52
Região Insular de Belém do Pará	53
População ribeirinha.....	66
Objetivos.....	70
Geral	70
Específicos.....	70
Método.....	71
Delineamento da Pesquisa.....	71
Contexto da Pesquisa.....	71
Participantes	72
Ambiente de Coleta	72
Instrumentos para Coleta de Dados.....	72
Procedimento de Coleta.....	84
Procedimento de Análise.....	86
Aspectos Éticos	89
Resultados.....	90
Participantes	90
Percepção da Relação Interparental	98
Observação da Interação Social Mãe-Pai	121
Regressão Linear Simples PATER e TIS.....	142
Regressão Linear Múltipla entre a Subescala Coparentalidade (PATER) e Variáveis Sociodemográficas (ISD)	145
Discussão.....	148
Caracterização das Famílias Participantes	148
Coparentalidade Percebida (PATER).....	152
Coparentalidade Observada (TIS).....	161

Convergências entre Autorrelato e Observação: Potencial Preditivo do PATER Sobre o TIS.....	164
Coparentalidade (PATER) e Variáveis Sociodemográfica (ISD).....	165
Limitações da Pesquisa	168
Conclusão e Recomendações	169
Referências	172
ANEXO A – Termo de Autorização da Pesquisa.....	202
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	208
ANEXO C – Declaração de Explicação da Pesquisa	211
ANEXO D – Termo de Autorização de Imagem e Som	212
ANEXO E – Inventário Sociodemográfico (ISD) - Versão Mãe	213
ANEXO F – Inventário Sociodemográfico (ISD) – Versão Pai.....	223
ANEXO G – Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER) – Versão Mãe	228
ANEXO H – Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER) – Versão Pai.....	230
ANEXO I – Manual de Codificação Taxonomy of Interactional Synchrony	232

Apresentação

A presente dissertação faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo coordenado pela Professora Dra. Júlia Scarano de Mendonça, sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) no Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O projeto guarda-chuva, no qual esta pesquisa se insere, intitulado de *Relações Familiares e Regulação Emocional da Criança Entre Três e Cinco Anos em População Ribeirinha da Amazônia*, teve início em 2023 e tem como objetivo geral investigar a relação entre a dinâmica interacional e emocional da família ribeirinha da região amazônica e a competência autorregulatória emocional da criança entre três e cinco anos de idade. O projeto também tem como objetivo investigar a inter-relação entre os diversos subsistemas familiares e utiliza abordagem sistêmica da família como referencial teórico.

Neste contexto, esta dissertação foi estruturada de maneira a se integrar coerentemente aos pressupostos epistemológicos, teórico-metodológicos e aos objetivos do projeto maior. Dentre as diversas variáveis e relações exploradas no projeto mais amplo, este estudo tem como objetivo investigar a dinâmica da relação coparental no contexto das famílias ribeirinhas da Amazônia.

Cumprе salientar que a presente dissertação contribui para as produções do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de promover pesquisas na psicologia do desenvolvimento humano e seus contextos.

Introdução

A coparentalidade refere-se à maneira como os pais compartilham e colaboram nas responsabilidades de criação dos filhos, independentemente de estarem juntos como casal (Feinberg 2003; Talbot & McHale, 2004). Trata-se do subsistema familiar centrado na tomada de decisões sobre assuntos relacionados aos filhos, envolvendo a divisão de tarefas parentais, o apoio mútuo e a comunicação sobre as expectativas e valores sobre a criação e educação dos filhos (Augustin & Frizzo, 2016).

Nos últimos anos, o interesse em pesquisas sobre o tema da coparentalidade cresceu consideravelmente (Campbell, 2022). Isso se deve ao reconhecimento de que tanto a relação entre os pais quanto a qualidade da parentalidade influenciam significativamente o bem-estar da família e o desenvolvimento infantil (Kolak & Volling 2007; Campbell, 2022). As dinâmicas que ocorrem nesse subsistema familiar podem ter um impacto profundo no desenvolvimento emocional, social e acadêmico das crianças, afetando seu bem-estar e comportamento (McHale & Rotman, 2007; De Palma et al., 2023).

Em uma relação coparental positiva, destacam-se a cooperação entre os pais, a comunicação afetuosa, o respeito mútuo e a habilidade de resolver conflitos (Lamela, 2010). No entanto, quando essa relação é marcada por discordâncias frequentes, falta de apoio e comunicação deficiente, a coparentalidade se torna conflituosa (McHale et al., 2020; Feinberg, 2003).

Fatores como a qualidade do relacionamento conjugal e o envolvimento paterno estão fortemente relacionados à coparentalidade (Talbot & McHale, 2004; McHale & Negrini, 2017; Sobolewski & King, 2005). Casais que desfrutam de um relacionamento romântico satisfatório tendem a ser mais eficazes no subsistema de coparentalidade (Christopher et al., 2015), no entanto quando a qualidade do relacionamento marital é caracterizada por tensão e conflito,

isso pode gerar dificuldades na relação coparental (Ece et al., 2023). A coparentalidade conflituosa pode resultar no efeito de transbordamento, ou *spillover*, que se refere à maneira como os conflitos entre os pais podem repercutir em outras áreas da vida, especialmente afetando a coparentalidade e a relação entre pais e filhos (Erel & Burman, 1995; Feinberg et al, 2009).

O envolvimento paterno, ou a participação ativa do pai na criação e educação dos filhos, também é um fator que pode influenciar a coparentalidade. O envolvimento mais ativo do pai na vida dos filhos pode predizer uma coparentalidade mais equilibrada e satisfatória (Sobolewski & King, 2005; Altenburger, 2022). No entanto, esse envolvimento pode ser afetado por práticas de *gatekeeping* materno, em que a mãe, de maneira consciente ou não, regula, limita ou controla a participação do pai nas tarefas relacionadas aos filhos, influenciando a maneira como as responsabilidades são compartilhadas (Allen & Hawkins, 1999; Schoppe-Sullivan et al., 2008).

Além disso, o contexto em que as famílias vivem exerce uma forte influência sobre a coparentalidade. A cultura local e os recursos materiais disponíveis moldam as práticas e dinâmicas parentais, impactando a forma como os pais colaboram e compartilham suas responsabilidades na criação dos filhos (Feinberg, 2003; McHale et al., 2002).

Estudos sobre coparentalidade permitem identificar como práticas de parceria parental positiva podem proteger contra os efeitos adversos de fatores de risco, como conflitos interparentais e desafios socioeconômicos (Feinberg, 2003).

Nesta pesquisa, a coparentalidade é investigada em contexto ribeirinho, a partir da perspectiva sistêmica da família, que enfatiza a interdependência entre subsistemas familiares e fatores ambientais. O estudo integra autorrelato, dados socioeconômicos e observação direta das interações familiares, permitindo analisar a percepção materna e paterna da coparentalidade

e correlacionar esses achados com a percepção parental da relação conjugal e do envolvimento paterno, assim como com os dados obtidos por meio da observação sistemática da interação parental em contexto triádico com a criança.

Compreender as dinâmicas de coparentalidade em contexto ribeirinho, permite identificar como a colaboração entre pais contribui para o bem-estar infantil, mesmo em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Os achados podem orientar intervenções culturalmente sensíveis, voltadas para o fortalecimento de relações coparentais saudáveis, promovendo melhorias na qualidade da parentalidade, no ajustamento infantil e na resiliência familiar frente a desafios ambientais e econômicos. Ao aprofundar o conhecimento sobre esses processos, é possível propor estratégias eficazes de apoio às famílias em contextos socioculturais específicos, ampliando o impacto de políticas públicas e programas de assistência parental para a população.

Fundamentação Teórica

Família e Abordagem Sistêmica

A família constitui o contexto primário onde se desenrolam as primeiras interações que influenciam o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996), sendo reconhecida como a primeira instituição social que, em conjunto com outras, tem como objetivo garantir a continuidade e o bem-estar de seus membros e da coletividade, bem como de assegurar a proteção e o cuidado com a criança (Amazonas, Damasceno & Silva, 2003; Dessen, 2010). O ambiente familiar exerce uma função essencial na construção da identidade, na formação de valores, na internalização de crenças e no direcionamento de comportamentos (Kreppner, 2000; Dessen, 2010).

As características funcionais da família se referem à maneira como os membros se relacionam, como estabelecem e mantêm vínculos, como lidam com problemas e conflitos, os rituais que cultivam, a qualidade das regras familiares, a definição de sua hierarquia e o delineamento dos papéis assumidos pelos membros da família (Cervený & Berthoud, 1997).

A maneira como a família funciona exerce um papel fundamental no desenvolvimento e bem-estar de seus membros, influenciando diretamente a formação de indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade (Dessen & Polonia, 2007).

Nesse sentido, a perspectiva sistêmica da família é uma abordagem teórica que busca a compreensão da dinâmica familiar ao considerar a família como um sistema complexo em constante evolução, no qual os membros estão interconectados e influenciam uns aos outros (Minuchin, 1985; Bronfenbrenner, 1996). Essa abordagem tem suas bases nos pressupostos do Pensamento Sistêmico (PS) (Vasconcellos, 2013).

O Pensamento Sistêmico, atualmente difundido em diversas disciplinas do conhecimento, consolidou-se como uma perspectiva teórica e obteve reconhecimento durante o início do século XX. Ele surge em oposição ao pensamento "reducionista-mecanicista" da ciência tradicional que considera que o microscópico é simples e que para compreender o todo basta separá-lo em partes (Vasconcellos, 2013).

Na abordagem da ciência tradicional, o conhecimento do objeto de estudo ocorre por meio da simplificação, analisando suas partes isoladamente para depois entender o todo. O PS, então, ultrapassa essa perspectiva simplificadora ao considerar os objetos de estudo de forma complexa e contextualizada, reintegrando-os ao ambiente e dando ênfase nas relações entre as partes do objeto, bem como nas relações entre o objeto e o contexto no qual está inserido (Vasconcellos, 2013; De Araújo & Gouveia 2023).

Entre as primeiras teorias sistêmicas, destaca-se a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy (1977), que revolucionou a forma como as ciências naturais e sociais consideram sistemas complexos. A TGS, desenvolvida na década de 1920, enfatiza que a compreensão de sistemas vai além da análise de seus componentes individuais, ao invés disso, destaca a necessidade de considerar o sistema como um todo interconectado (Bertalanffy (Bertalanffy,1977; Vasconcellos, 2013; De Araújo & Gouveia 2023).

Segundo Bertalanffy (1977), o sistema é o “conjunto de unidades em inter-relações mútuas”. No sistema tudo está interligado e qualquer mudança em um dos componentes se reflete nos demais, pois cada elemento do sistema influencia e é influenciado pelos outros elementos (Andrade & Martins, 2011, De Araújo & Gouveia 2023). A TGS promove a aplicação de princípios sistêmicos em sistemas que abrangem domínios biológicos, sociais, organizacionais, familiar e diversas outras áreas de conhecimento (Costa, 2010; Gomes et al, 2014; De Araújo & Gouveia 2023).

Após a TGS, surgiram muitas outras teorias sistêmicas que contribuíram com o conceito e o avanço da abordagem sistêmica. De acordo com Vasconcellos (2013), os estudos que utilizam o pensamento sistêmico como o novo paradigma da ciência almejam conhecer seu objeto de estudo a partir dos pressupostos da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade.

O pressuposto da complexidade destaca a importância de abordar o mundo em todos os níveis, considerando não só as partes dos sistemas, mas as interrelações entre as partes do sistema e entre o sistema e o meio do qual faz parte. Esse pressuposto leva a um processo de contextualização dos fenômenos, onde o objeto de estudo é integrado ao meio e são consideradas as interrelações entre o objeto e o meio, e ao reconhecimento da causalidade

recursiva, que se refere a uma causalidade complexa, representada por uma espiral, na qual os efeitos de uma ação retornam ao processo que os gerou, reforçando-o e impulsionando sua continuidade em novos níveis (Vasconcellos, 2013).

O pressuposto da instabilidade parte do reconhecimento de que o mundo está constantemente evoluindo, em processo de tornar-se, resultando em indeterminação, imprevisibilidade, irreversibilidade e falta de controle nos fenômenos. E o pressuposto da intersubjetividade, reconhece que não existe uma realidade independente de um observador e que o conhecimento científico é construído socialmente, em espaços de consenso com a contribuição de observadores (Vasconcellos, 2013).

Em suma, a abordagem sistêmica da família é essencial para compreender a complexidade das relações familiares, reconhecendo a interdependência entre seus membros e as dinâmicas que emergem dessa interação. O princípio da instabilidade evidencia a constante transformação das dinâmicas familiares diante de mudanças internas e externas, enquanto a intersubjetividade ressalta a construção compartilhada de sentidos e percepções. Neste estudo, adota-se como referência a Teoria Estrutural da Família (TEF), desenvolvida por Salvador Minuchin (1985), a qual tem como base o pensamento sistêmico.

Teoria Estrutural da Família (TEF)

Dentre as teorias sistêmicas que podem contribuir para o embasamento teórico dos estudos com famílias, esta pesquisa se embasa na Teoria Estrutural da Família, que aborda o ser humano em seu contexto social, no qual é tanto influenciado por este contexto quanto o influencia. Essa abordagem está fundamentada no entendimento de que o ser humano é membro ativo e reativo de grupos sociais. A Escola Estrutural enfatiza a importância da estrutura familiar e busca mapear fronteiras, regras, padrões de interação, repetições de

comportamentos, associação, super envolvimento, conflito e coalizões (Minuchin, 1985; Costa, 2010).

A utilização da abordagem da TEF em pesquisas pressupõe reconhecer a família como um sistema e que esta evolui ao longo do tempo, se adaptando e se reestruturando para manter seu funcionamento. Como um sistema sociocultural aberto e em transformação, a família constantemente recebe e envia inputs para e do extrafamiliar, adaptando-se às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento (Minuchin, 1985).

A TEF foi desenvolvida na segunda metade do século XX pelo psicoterapeuta argentino Salvador Minuchin e trata-se de uma teoria que considera a estrutura familiar como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as interações entre os membros da família. Na TEF, uma família é vista como um sistema que opera por meio de padrões transacionais, capaz de se auto manter e de se adaptar às mudanças que ocorrem dentro e fora do sistema. Os padrões transacionais são constituídos por transações repetidas que regulam o comportamento dos membros da família e reforçam o sistema familiar (Minuchin, 1985).

Segundo Minuchin (1985), a família representa a matriz da identidade dos indivíduos, composta por dois elementos: o sentido de pertencimento e o sentido de ser separado. O sentido de pertencimento surge da acomodação do indivíduo aos grupos familiares e da internalização de padrões transacionais consistentes ao longo dos diferentes eventos da vida. Esse sentimento é moldado pela experiência de pertencer a uma família específica. Em contraste, o sentido de separação se desenvolve por meio da participação em diferentes subsistemas familiares e contextos, bem como em grupos extrafamiliares. Esse sentido de separação permite aos membros da família desenvolverem sua autonomia.

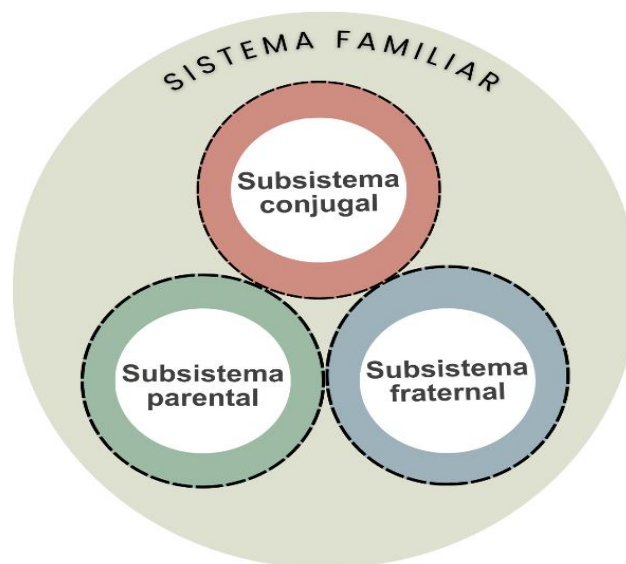
Na abordagem estrutural, o sistema familiar desempenha as suas funções através de subsistemas, onde cada indivíduo aprende habilidades diferenciadas e ocupa diferentes níveis

de poder. Segundo Minuchin (1985), os subsistemas podem ser formados por geração, sexo, interesse ou por função. Para o autor, os próprios indivíduos constituem subsistemas dentro da família e díades como marido-mulher, mãe-filho e irmão-irmão também são subsistemas. Além disso, cada membro da família pode pertencer a diferentes subsistemas.

Exemplos de subsistemas familiares incluem as relações conjugais, parentais e fraternais. A figura abaixo ilustra o sistema familiar.

Figura 1.

Representação dos subsistemas que compõem o sistema familiar.



Nota. Representação do sistema familiar elaborado pela autora com base na descrição do sistema familiar de Minuchin (1985).

O subsistema conjugal se forma quando dois adultos se unem com o objetivo de constituir uma família e desempenham funções específicas, vitais para o funcionamento familiar. As principais habilidades requeridas para o funcionamento desse subsistema são a complementariedade, que envolve a contribuição de características ou habilidades diferentes, mas que se equilibram dentro de uma relação, e a acomodação mútua, que se refere à

capacidade de adaptação e ajuste recíproco às necessidades e expectativas do outro (Minuchin, 1985).

Com o nascimento do primeiro filho é formado um novo subsistema familiar, o parental, que possui como função a criação, a nutrição, o cuidado, a proteção e a socialização da criança. À medida que a criança cresce e as suas necessidades de desenvolvimento mudam, o subsistema parental deve ser modificado para acompanhar essas mudanças. Nesse contexto os pais exercem suas funções executivas mediante o uso da autoridade e as crianças aprendem a negociar em situações de poder desigual (Minuchin, 1985).

O subsistema fraternal é formado exclusivamente pelos irmãos, onde as crianças têm a oportunidade de vivenciar relações de igualdade e aprender umas com as outras. Nesse contexto, os irmãos aprendem a negociar, cooperar e a competir, além de aprender a fazer amigos, formar alianças, buscar prestígio e conquistar o reconhecimento de suas habilidades (Minuchin, 1985).

As regras que determinam quem participa e como participa de cada subsistema delimitam as fronteiras entre os subsistemas. Para Minuchin (1985) as fronteiras têm a função de proteger a diferenciação dos subsistemas familiares, definindo seus limites e interações, e podem ser classificadas como difusas, rígidas ou nítidas.

As fronteiras difusas se caracterizam pela comunicação e preocupação excessivas entre os indivíduos, ocasionando o efeito de emaranhamento. Esse efeito acarreta a falta de diferenciação dos subsistemas, desencorajando a autonomia e dificultando a resolução de conflitos de forma independente (Minuchin, 1985).

Por outro lado, as fronteiras rígidas se caracterizam pela comunicação difícil entre os subsistemas, prejudicando a função protetora da família e ocasionando o efeito de desligamento. Nesse cenário, ainda que os indivíduos funcionem de maneira autônoma, estes

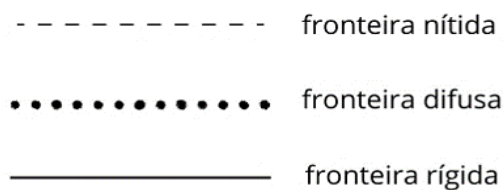
apresentam uma percepção distorcida de independência, falta de lealdade e pertencimento, além de sentir dificuldade em buscar apoio quando necessário.

Dessa forma, enquanto a família emaranhada reage de forma excessivamente rápida e intensa a qualquer variação do habitual, a família desligada tende a não responder quando uma resposta é necessária.

As fronteiras nítidas se caracterizam pela comunicação efetiva entre os membros dos subsistemas sem interferências indevidas. De acordo com Minuchin (1985), o funcionamento apropriado da família requer que as fronteiras sejam nítidas. A clareza das fronteiras serve como um recurso importante para a avaliação do funcionamento familiar e das interações entre os subsistemas, conforme podemos ver nas figuras 2 e 3 abaixo.

Figura 2.

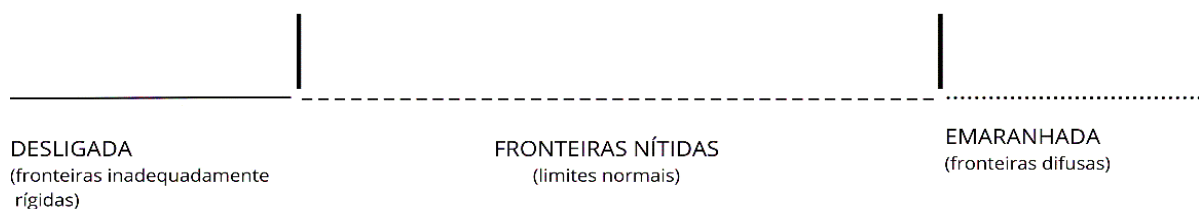
Representação das fronteiras familiares.



Nota. Figura elaborada pela autora no Canva, reproduzida de Minuchin (1985, p. 60).

Figura 3.

Representação das fronteiras familiares.



Nota. Figura elaborada pela autora no Canva, reproduzida de Minuchin (1985, p. 60).

Os efeitos de emaranhamento e de desligamento não se referem necessariamente a uma distinção entre funcional ou disfuncional, mas sim, refletem diferentes padrões transacionais. Como exemplificado por Minuchin (1985):

“O subsistema mãe-filhos pode tender para o emaranhamento, enquanto as crianças são pequenas, e o pai pode assumir uma posição desligada em relação aos filhos. A mãe e as crianças mais novas podem estar tão emaranhadas, de modo que o pai se torna periférico, enquanto o pai assume uma posição mais ligada com as crianças mais velhas. Um subsistema de pais-filhos pode tender para o desligamento, à medida que as crianças crescem e finalmente começam a se separar da família.” (p. 60).

No entanto, quando os padrões transacionais se manifestam de forma extrema, estes podem ser associados a quadros de patologia. A falta de apoio, desencadeada pela rigidez excessiva nas fronteiras, e o desencorajamento da autonomia, desencadeado pelas fronteiras muito difusas, podem resultar no surgimento de sintomas nos membros da família (Minuchin, 1985).

Em famílias desligadas, por exemplo, embora os indivíduos desenvolvam autonomia, o sentimento de independência pode ser distorcido, acompanhado por uma carência nos sentimentos de lealdade e de pertencimento. Já nas famílias emaranhadas, a falta de diferenciação dos subsistemas dificulta a exploração autônoma, o que pode comprometer o desenvolvimento das habilidades cognitivas e afetivas das crianças (Minuchin, 1985).

Ao longo do ciclo de vida familiar, as pressões internas (membros e subsistemas) e externas (instituições sociais e ambiente) sobre a família geram estresse de acomodação que é parte essencial do processo de mudança e continuidade familiar. A adaptação a essas mudanças

requer uma transformação constante dos membros da família, de modo que possam crescer enquanto o sistema familiar mantém continuidade (Minuchin, 1985).

Os padrões transacionais que surgem para lidar com os novos acontecimentos podem ser considerados funcionais ou disfuncionais. Nesse sentido, a adaptação e acomodação às novas circunstâncias podem resultar em transações de apoio (funcionais), que são aquelas em que os membros se unem e se apoiam na resolução dos conflitos, ou transações de coalizão (disfuncionais), que são aquelas em que se forma uma aliança entre dois ou mais membros contra outro membro da família, por exemplo (Minuchin, 1985).

Compreender as dinâmicas familiares, especialmente as interações no subsistema coparental, a partir dos conceitos da Teoria Estrutural de Família (TEF), possibilita compreender como a organização e as dinâmicas familiares influenciam a relação entre os cuidadores na criação dos filhos. Assim, nesta pesquisa, a abordagem sistêmica da família, especialmente fundamentada nos princípios da TEF, será empregada para orientar a análise da organização familiar e do subsistema coparental em famílias ribeirinhas da Amazônia.

Embora a Teoria Estrutural da Família (TEF) não descreva diretamente o subsistema coparental, este estudo adotará os conceitos do subsistema parental para a análise da coparentalidade. De acordo com Minuchin (1985), esse subsistema, também denominado subsistema executivo, desempenha um papel central na educação e socialização dos filhos, aspectos que são fundamentais na definição contemporânea de coparentalidade.

Os conceitos de fronteiras, propostos pela TEF, serão utilizados para distinguir os subsistemas coparental, conjugal e o envolvimento paterno, permitindo a identificação de relações funcionais entre os cuidadores. A análise de alianças e coalizões, igualmente presentes na teoria, contribuirá para a compreensão de dinâmicas saudáveis ou disfuncionais que impactam a relação coparental.

Considerando que a TEF examina os padrões de relacionamento e as funções dos subsistemas familiares ao longo de todo o ciclo de vida, o presente estudo se concentra no estudo da coparentalidade na fase da família com filhos pequenos.

Conceitos

Coparentalidade

A teoria dos sistemas familiares propõe que o subsistema da coparentalidade ocupa uma posição central na dinâmica familiar, exercendo influência direta sobre os demais subsistemas e sobre todos os membros da família (McHale, 1995; Margolin et al., 2001; Feinberg, 2003; Wang et al., 2023).

A coparentalidade refere-se à maneira como os parceiros trabalham em conjunto na educação de seus filhos, podendo ser definida como o compartilhamento da parentalidade (Feinberg 2003; Augustin & Frizzo, 2016). Trata-se de um subsistema familiar centrado na tomada de decisões, divisão de responsabilidades e educação das crianças, envolvendo a participação de ambos os pais nesse processo (Augustin & Frizzo, 2016).

O termo "coparentalidade" surgiu na década de 1970 no contexto jurídico, como um aspecto do divórcio e ainda que não haja consenso sobre sua origem, muitos pesquisadores atribuem sua introdução a Bohannon (Grzybowski & Wagner, 2010). Nesse sentido, os primeiros estudos sobre coparentalidade concentraram-se em casais divorciados, enquanto a investigação sobre coparentalidade em famílias intactas começou apenas mais tarde (Frizzo et al., 2005).

Somente na década de 1990, McHale (1995) e Belsky et al. (1996) surgiram como pioneiros na observação dos comportamentos dos pais durante interações com seus bebês em

episódios triádicos, organizando esses comportamentos em conceitos iniciais de coparentalidade (Campbell, 2022).

Nas primeiras décadas de pesquisa sobre dinâmicas de coparentalidade, foram identificados diversos padrões que contribuíram para validar o conceito do subsistema coparental (Talbot & McHale, 2004). Estudos sobre a qualidade da coparentalidade, seja por meio de relatos pessoais (como os realizados por Abidin e Brunner, 1995; Block, Block, e Morrison, 1981; Brody e Flor, 1996; Jouriles et al., 1991 e McHale e Rasmussen, 1998), ou por observações diretas (como os realizados por Belsky, Putnam, e Crnic, 1996; Brody e Flor, 1996; Fivaz-Depeursinge, Frascarolo, e Corboz-Warnery, 1996; Lindahl, 1998; McHale, Johnson, e Sinclair, 1999, e McHale e Rasmussen, 1998), consistentemente revelaram associações sistemáticas com importantes indicadores de ajustamento socioemocional das crianças (Talbot & McHale, 2004).

Os achados dos estudos indicam que a coparentalidade cooperativa, calorosa e equilibrada foi associada a um melhor ajustamento socioemocional das crianças (conforme demonstrado por Block et al., 1981 e Jouriles et al., 1991), enquanto a coparentalidade conflituosa ou negativa foi preditiva de uma variedade de problemas comportamentais internos e externos nas crianças (como indicado por McHale & Rasmussen, 1998).

O estudo de meta-análise de Teubert e Piquart (2010) reforça esses achados ao indicar que a forma como os pais coordenam o cuidado dos filhos está associada ao ajuste psicológico das crianças e que comportamentos positivos de coparentalidade podem prever uma adaptação psicológica mais positiva, reduzir problemas externalizantes e promover o desenvolvimento das habilidades sociais infantis.

Corroborando com as pesquisas anteriores, estudos recentes destacam a importância da qualidade da relação de coparentalidade no ajuste socioemocional de crianças e adolescentes

em diversas famílias (Altenburger et al., 2017; Schoppe-Sullivan et al., 2009; Parkes & Mitchell, 2019; Calabrese, & Schoppe-Sullivan, 2023; Rejaän et al., 2022; Dalla & Pereira Mosmann, 2023; Kolak & Volling, 2007; Campbell, 2022).

Nesse contexto, a coparentalidade positiva — caracterizada por interações de alta qualidade entre os pais, comunicação regular sobre os filhos, baixos níveis de conflito e ausência de estratégias prejudiciais ao vínculo individual com a criança — é reconhecida como um importante preditor do desenvolvimento infantil (Lamela & Figueiredo, 2010; De Palma et al., 2023). Além de favorecer comportamentos pró-sociais em adolescentes (Zhao et al., 2020; Calabrese & Schoppe-Sullivan, 2023), pode atuar como fator de proteção ou risco, estando associada tanto à prevenção quanto ao surgimento de comportamentos problemáticos internalizantes e externalizantes (Schoppe-Sullivan et al., 2009; Rejaän et al., 2022; Dalla & Pereira Mosmann, 2023).

Embora o termo coparentalidade tenha sido criado para tratar questões relacionadas ao divórcio, o conceito pode envolver qualquer conjunto de adultos participando na criação de filhos. Desta forma, parcerias coparentais podem ser formadas pelos dois pais biológicos da criança, sejam eles casados, divorciados ou nunca casados; por díades avó-mãe; por casais do mesmo sexo; ou por qualquer outro conjunto de adultos que assumam um compromisso de criar a criança conjuntamente (Talbot & McHale, 2004; Grzybowski & Wagner, 2010; Ambrós et al, 2024).

Cumprе salientar que a relação coparental não é vista como uma extensão ou desdobramento da relação conjugal, mas sim como um subsistema independente com características próprias. Nesse sentido, a relação de coparentalidade não inclui os aspectos românticos, sexuais, de companheirismo, emocionais, financeiros e legais do relacionamento

dos adultos que não estão relacionados à criação dos filhos (McHale & Rotman, 2007, Feinberg, 2003).

Além disso, a relação coparental não implica igualdade de autoridade ou responsabilidade entre os pais. O grau de igualdade é definido pelos participantes, influenciados pelo contexto social e cultural que estão inseridos (Feinberg, 2003).

A coparentalidade se torna mais evidente e desafiadora para os pais durante os primeiros anos de vida da criança, que são conhecidos como um período crucial para o desenvolvimento da autonomia e da autorregulação infantil (Ece et al., 2023). Um relacionamento coparental bem coordenado nesse estágio está associado a um melhor ajustamento infantil nos anos posteriores, enquanto padrões conflituosos podem prever problemas comportamentais futuros (McHale & Rotman, 2007).

Diversos são os fatores que podem influenciar a qualidade desse subsistema, dentre eles a comunicação eficaz, a cooperação, a flexibilidade, o apoio mútuo, o respeito mútuo, a definição de acordos claros, as habilidades de resolução de conflitos, o envolvimento dos pais, a rede de apoio e o bem-estar emocional dos pais, as características individuais dos pais, que incluem fatores como atitudes e saúde emocional e mental, o apoio social extrafamiliar e o estresse econômico (McHale et al., 2020; Feinberg, 2003).

O temperamento e o comportamento da criança também são fatores que influenciam a relação coparental. Pesquisas indicam que o nível de suporte ou desentendimento entre os pais pode ser afetado pelo temperamento do bebê ainda nos primeiros meses de vida. Crianças com temperamento difícil geralmente não se acalmam com facilidade, o que limita a eficácia de muitas estratégias parentais e, dessa forma, os pais dessas crianças experimentam mais situações percebidas como "falhas" do que "sucessos", o que contribui para o aumento dos conflitos entre eles (McHale & Rotman, 2007; Barreto et al., 2019).

O contexto de vida é mais um fator relevante para a coparentalidade, pois influencia a dinâmica entre os pais e o modo como exercem suas funções (Feinberg, 2003; McHale et al., 2002). Sob uma perspectiva ecológica, além das influências do ambiente imediato, a coparentalidade também é moldada por fatores sociais, econômicos, culturais e pelas subculturas às quais os pais pertencem. Esses fatores moldam as crenças, os valores e as expectativas parentais (McHale et al., 2002; Feinberg, 2003; Lamela, 2010).

As influências culturais podem afetar a percepção de gênero e as dinâmicas familiares, além de impactar como os pais manifestam suas crenças na prática, considerando também os recursos materiais disponíveis (McHale et al., 2002; Lamela, 2010).

Observa-se, portanto, que as dinâmicas de coparentalidade não são fixas, mas evoluem ao longo do tempo, refletindo variações tanto individuais quanto entre famílias (Feinberg, 2003). Essa característica dinâmica está intrinsecamente ligada à complexidade da coparentalidade enquanto subsistema familiar, cuja organização é influenciada reciprocamente por outros subsistemas, como a conjugalidade e a parentalidade, além de sofrer o impacto de fatores contextuais e ambientais (Feinberg, 2003; McHale & Rotman, 2007, Lamela, 2010; McHale et al., 2002; Fidelis et al., 2022).

Para compreender essas mudanças e adaptações ao longo do tempo, é fundamental considerar como os pais percebem um ao outro e a parceria coparental. Segundo Bronfenbrenner (2011), as percepções desempenham um papel essencial em como entendemos o mundo ao nosso redor e em nossas interações. Elas ajudam a moldar nossos padrões de comportamento, criando expectativas sobre como as interações devem ocorrer e ajustando esses padrões com base nas percepções em curso. Assim, compreender como cada coparente percebe o outro é essencial para uma análise completa da dinâmica coparental (Calabrese & Schoppe-Sullivan, 2023).

Nesse sentido, a abordagem sistêmica proposta pela Teoria Estrutural da Família (TEF) oferece importantes contribuições para a compreensão da coparentalidade, ao enfatizar o ajustamento dos indivíduos dentro de suas redes relacionais (Teubert & Pinquart, 2010; Souza et al., 2016). Sob essa perspectiva, os pais são descritos como integrantes do subsistema executivo da família, responsáveis por gerenciar e tomar decisões sobre a criação dos filhos, função central para o equilíbrio e o funcionamento familiar (Teubert & Pinquart, 2010; Ece et al., 2023).

Como dito anteriormente, embora Minuchin (1985), fundador da TEF, não tenha explorado diretamente o conceito de coparentalidade, sua definição de subsistema executivo apresenta semelhanças com concepções contemporâneas desse termo, frequentemente associadas à coordenação e colaboração entre os pais (Schoppe-Sullivan et al., 2004; Souza et al., 2016).

No entanto, apesar de sua relevância para o estudo das dinâmicas familiares, a TEF oferece contribuições limitadas no que diz respeito à divisão específica de responsabilidades entre os pais. Com o avanço das pesquisas e o crescente reconhecimento da importância da coparentalidade para o bem-estar familiar, novos modelos de estudo têm sido desenvolvidos, enfatizando a colaboração entre os pais no cuidado e na educação dos filhos (Souza et al., 2016).

Esses modelos buscam identificar fatores que fortalecem essa parceria e podem ser adaptados a diferentes configurações familiares e fases do desenvolvimento infantil, ampliando a compreensão sobre o impacto da coparentalidade na vida familiar (Lamela et al., 2010; Souza et al., 2016; Carvalho & Barham, 2016).

Dentre os modelos teóricos utilizados para medir a coparentalidade, esta pesquisa baseia-se no modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico (Feinberg, 2003), por ser um

modelo teórico sistêmico, alinhado aos pressupostos epistemológicos e teóricos desta dissertação.

Como destacam Lamela et al. (2010), esse modelo se tornou um marco importante no desenvolvimento do conceito da coparentalidade e tem sido referência nos estudos sobre o tema. O modelo oferece uma definição clara do subsistema coparental, identifica suas dimensões com base em estudos empíricos e propõe uma integração da aliança coparental ao contexto ecológico.

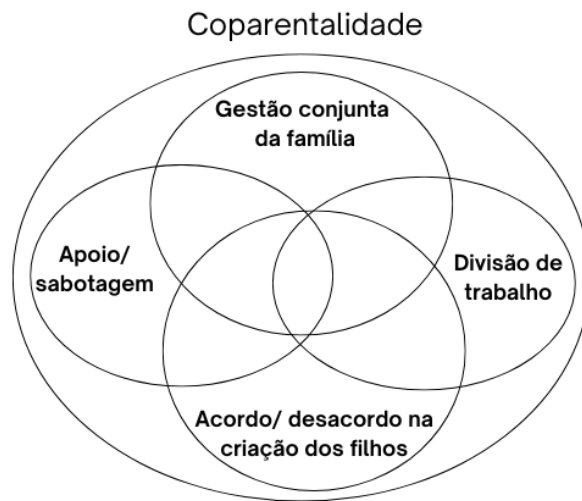
Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade

O modelo sistêmico da Estrutura Interna e Contexto Ecológico, foi desenvolvido por Mark E. Feinberg e se baseia em diversos outros modelos sobre a dinâmica coparental, como, por exemplo, os modelos propostos por Belsky et al., 1996; Brody, Flor & Neubaum, 1998a; Cowan & Cowan, 2020; Ihinger-Tallman, Pasley & Beuhler, 1995; Margolin et al., 2001; McHale, 1995 (Feinberg, 2003).

Este modelo retrata a coparentalidade como um subsistema familiar composto por quatro componentes interligados, que são: o acordo ou desacordo sobre questões de criação dos filhos; a divisão do trabalho relacionado aos filhos; o apoio ou sabotagem ao papel coparental e a gestão conjunta da família (Feinberg, 2003), conforme ilustrado na Figura 4, abaixo.

Figura 4.

Componentes do modelo da Estrutura Interna de Feinberg sobre a Coparentalidade.



Nota. Figura elaborada pela autora no Canva, traduzida e adaptada a partir de *Feinberg* (2003).

De acordo com Feinberg (2003) o primeiro componente, denominado *acordo/desacordo na criação dos filhos*, se refere ao grau de concordância entre os cuidadores em uma variedade de assuntos relacionados à criança, como valores morais, expectativas comportamentais, disciplina, necessidades emocionais, padrões educacionais, segurança e relações sociais.

A *Divisão de trabalho*, segundo componente, envolve a distribuição de deveres, tarefas e responsabilidades nas rotinas diárias de cuidado da criança e afazeres domésticos, além das responsabilidades sobre questões financeiras, legais e médicas relacionadas à criança (Feinberg, 2003).

O terceiro componente, *apoio/sabotagem*, se traduz no suporte mútuo entre os pais e se expressa pelo reconhecimento da competência parental um do outro, pela valorização das contribuições de cada um, e pelo apoio às decisões e autoridade parental do outro. Por outro lado, a falta de apoio ou sabotagem na relação coparental pode ser observada quando há desqualificação outro pai por meio de críticas, menosprezo e culpabilização (Feinberg, 2003).

Por fim, o quarto componente, denominado *gestão conjunta da família*, engloba três dimensões principais. A primeira dimensão, denominada *controle dos comportamentos e da comunicação entre os pais*, se refere ao estabelecimento de limites nos relacionamentos que envolvem outros membros da família e a contribuição equilibrada para interações familiares abrangentes. Estes aspectos abrangem desde a gestão de conflitos hostis entre os pais até a maneira como os pais interagem com seus filhos em contextos familiares (Feinberg, 2003).

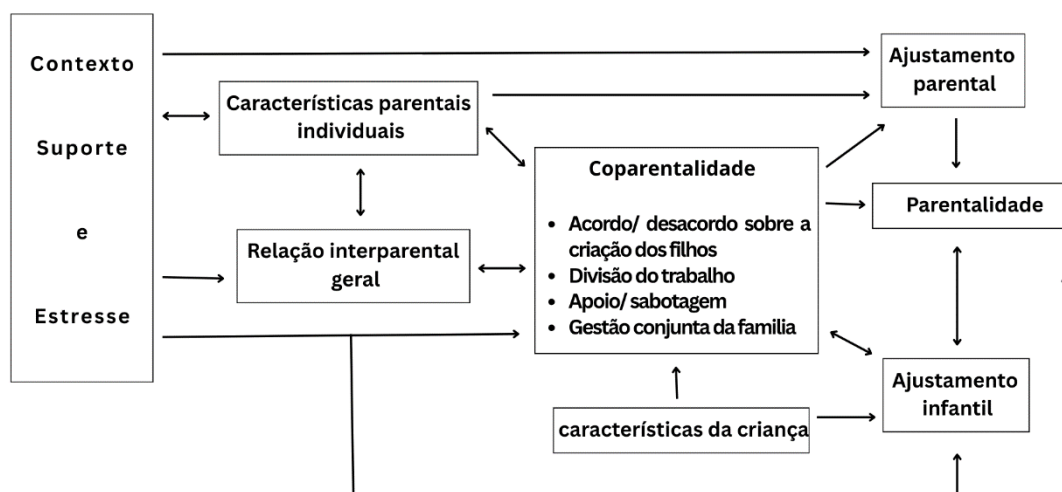
A segunda dimensão, denominada conflito interparental, se refere à exposição das crianças aos desentendimentos entre os pais, especialmente quando esses conflitos são frequentes, não resolvidos e/ou físicos (Feinberg, 2003).

E a dimensão do *equilíbrio nas interações parentais* com a criança, que foca no ajuste das diferentes abordagens que mães e pais adotam ao interagir com os filhos. Esse equilíbrio também inclui a distribuição equitativa do tempo e da atenção que cada pai dedica à criança em momentos em que ambos estão presentes (Feinberg, 2003).

A abordagem ecológica desse modelo se baseia na teoria de estresse e coping de Lerman e Glanz (1997), e propõe que a formação e manutenção do cuidado coordenado da criança é uma tarefa complexa, que exige planejamento e esforço conjunto para dividir as responsabilidades coparentais. Todavia, a capacidade de coordenação e suporte mútuo pode ser afetada de maneira negativa por estressores extrafamiliares (Feinberg, 2003; Lamela et al., 2010).

Figura 5.

Modelo do Contexto Ecológico da Coparentalidade.



Nota. Figura elaborada pela autora no Canva, traduzida e adaptada a partir de *Feinberg* (2003).

Diante dessa abordagem, os quatro componentes da coparentalidade estão inseridos em um contexto ecológico e interagem recursivamente com fatores individuais, familiares e extrafamiliares (Feinberg, 2003; Ambrós et al., 2024, Lamela et al., 2010).

Os fatores individuais que influenciam a coparentalidade se referem às características pessoais dos pais, como atitudes, ao que se inclui as expectativas de papéis e gênero, saúde emocional e mental. Condições como a depressão ou a hostilidade em um ou ambos os pais podem dificultar o apoio emocional interpaparental, prejudicando a resolução produtiva de diferenças na criação dos filhos e o estabelecimento de limites para evitar que as crianças sejam expostas à hostilidade entre os pais (Feinberg, 2003).

Além disso, o temperamento das crianças, como fator individual, também pode impactar a dinâmica coparental. Como já foi dito anteriormente, crianças com temperamento difícil podem aumentar o estresse e o conflito na relação coparental, tornando mais desafiador para os pais manterem a harmonia na relação (Feinberg, 2003).

Quanto aos fatores familiares, Feinberg (2003) destaca o relacionamento interpaparental geral no nível diádico como o fator que mais influencia as relações coparentais,

uma vez que a qualidade do relacionamento entre os pais afeta diretamente a cooperação e o apoio na criação dos filhos. Quando o relacionamento entre os pais é marcado por descoordenação coparental ou conflitos, isso pode levar a maior hostilidade e insatisfação, prejudicando tanto a relação conjugal quanto a coparentalidade (Mosmam et al, 2022).

Os fatores extrafamiliares, incluídos no modelo, dizem respeito aos fatores de estresse e de suporte social. Nesse sentido, o suporte social é visto como um fator protetor na dinâmica coparental, facilitando o enfrentamento familiar a experiências estressantes. As redes de apoio sociais, como amigos, familiares, creches, escolas ou até políticas de apoio estatais, ajudam a lidar melhor com os desafios de cuidado da criança, reduzindo possíveis tensões e fortalecendo a parceria entre os pais (Feinberg, 2003). Já, o estresse econômico, é um fator extrafamiliar que pode atuar como um risco para a relação coparental (Feinberg, 2003).

O modelo ecológico considera a coparentalidade como um fator central nas interações familiares, influenciando tanto a relação entre os pais quanto o desenvolvimento infantil. Esse modelo reconhece que a dinâmica coparental não ocorre isoladamente, mas dentro de uma rede de fatores que envolvem o relacionamento conjugal, o exercício da parentalidade e o ajustamento da criança (Feinberg, 2003).

Nesse contexto, a coparentalidade é compreendida como um mediador de influência sobre resultados familiares relevantes, sustentando-se em evidências de pesquisas anteriores que indicam que diversos fatores impactam a coparentalidade, a qual, por sua vez, exerce influência sobre múltiplos desfechos parentais e infantis (Feinberg, 2003; Feinberg & Kan, 2008).

A título de exemplo, a relação coparental como mediadora, pode explicar como relacionamento entre os pais pode afetar a maneira como eles dividem responsabilidades parentais, e essa dinâmica, por sua vez, pode ter efeitos diretos no desenvolvimento infantil.

A coparentalidade, nesse modelo, também pode moderar a relação entre fatores de risco e os resultados familiares, funcionando como um fator protetor. De acordo com Feinberg (2003) quando as relações coparentais são bem coordenadas, estas podem reduzir os impactos negativos de fatores como a depressão, por exemplo, em um dos pais, protegendo tanto a qualidade da parentalidade quanto o ajuste da criança, bem como pode diminuir os efeitos do conflito conjugal nas crianças.

Dessa forma, conforme o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade, uma relação coparental de qualidade, caracterizada por elevados níveis de fatores positivos, como suporte e concordância coparental, e por baixos níveis de conflito e sabotagem coparental, pode ser vista como um fator protetivo que modera a relação entre fatores de risco e o ajustamento familiar (Campbell, 2022).

Processo Interacional Triádico

Quando uma criança nasce, novas funções surgem no sistema familiar e o funcionamento da unidade conjugal deve ser ajustado para atender às demandas da paternidade (Minuchin, 1985). Dessa forma, o sistema precisa fazer mudanças complexas para evoluir de um sistema de dois para um sistema de três (Minuchin, 1985; McHale, 2004).

Embora as relações de coparentalidade sejam frequentemente desempenhadas por membros de díades conjugais, o conceito de coparentalidade é implicitamente triádico, uma vez que envolve interações centradas no filho do casal e na conexão compartilhada com ele. Assim, as dinâmicas de coparentalidade podem ser vistas como uma forma específica de processo familiar em nível triádico (Talbot & McHale, 2004).

Em estudos com famílias que possuem duas ou mais crianças, a classificação de uma aliança coparental como "cooperativa" ou "competitiva" pode ser desafiadora se não for levado

em conta qual criança está envolvida na interação com os pais. Isso porque a dinâmica coparental pode variar de acordo com a criança em questão (McHale & Kuersten-Hogan, 2004).

Por exemplo, a forma como os pais colaboram ou entram em conflito pode diferir quando interagem com um filho mais velho em comparação com um filho mais novo, ou ainda, quando lidam com uma criança de temperamento mais fácil em contraste com outra de temperamento mais difícil (McHale & Kuersten-Hogan, 2004). Dessa forma, as características individuais de cada criança, como temperamento, necessidades e comportamento, influenciam a maneira como os pais compartilham suas responsabilidades e se apoiam mutuamente (McHale & Rotman, 2007; Barreto et al., 2019).

Por isso, a coparentalidade não pode ser compreendida apenas como uma relação entre dois adultos, mas sim como um processo interacional que envolve necessariamente pelo menos uma criança na dinâmica familiar (Frizzo et al., 2005). Isso reforça a relevância de estudos que investiguem a coparentalidade a partir da observação das interações desse subsistema em um contexto que considere a dinâmica entre pai, mãe e filho (McHale & Kuersten-Hogan, 2004).

Apesar do crescente interesse em estudos sobre coparentalidade e seus impactos nas dinâmicas familiares, ainda há uma significativa lacuna de pesquisas que investiguem esse fenômeno em contextos específicos, como o das famílias ribeirinhas. Uma busca sistemática em bases como Google Acadêmico e Periódicos Capes, utilizando combinações de palavras-chave como “coparentalidade e ribeirinho”, “coparenting e riverside families” e “coparenting e riverine people”, não retornou publicações relevantes sobre o tema.

Diante dessa escassez, o presente estudo se propõe a preencher essa lacuna ao analisar o subsistema coparental em famílias ribeirinhas, por meio da observação sistemática das

interações diádicas entre mãe e pai, em um contexto triádico que inclui a criança, considerando as especificidades desse ambiente de vida singular.

O estudo tem como objetivo principal investigar a relação entre a percepção parental da qualidade da coparentalidade e a percepção sobre os subsistemas conjugal e de envolvimento paterno, bem como examinar como essas percepções se associam a variáveis sociodemográficas, contribuindo para uma compreensão mais contextualizada das dinâmicas familiares em contextos culturalmente diferenciados.

Conjugalidade

A conjugalidade ou relacionamento marital, envolve a relação afetiva entre o casal. Em famílias nucleares, esse subsistema familiar abrange a vida íntima e amorosa dos pais, geralmente precedendo a parentalidade (Minuchin, 1985). Para Minuchin e Fishman (1990), o subsistema conjugal é vital para o crescimento dos filhos, pois ajuda a formar seu modelo de relações íntimas. A transição da fase conjugal para a coparentalidade é um momento crucial no ciclo de vida familiar, pois exige uma reorganização do casal, resultando em mudanças na percepção de si mesmos, na visão que têm um do outro e na dinâmica da relação (Prati & Koller, 2011).

A principal distinção entre coparentalidade e relacionamento conjugal reside no foco de cada um: enquanto a coparentalidade prioriza o bem-estar da criança, o relacionamento conjugal está voltado para o cuidado do parceiro e da própria relação (Frizzo et al., 2005). O nascimento de um filho tem o poder de transformar o relacionamento conjugal, pois exige dos pais um tempo e esforço consideráveis para os cuidados com a criança, o que frequentemente reduz o tempo dedicado ao casal (Carter & McGoldrick, 1995).

Assim, a presença de filhos pode alterar a dinâmica entre os cônjuges, levando à redução da satisfação conjugal conforme o número de filhos aumenta (Bernard et al., 2020). Nesse sentido, a satisfação conjugal se transforma ao longo do ciclo de vida familiar, variando no decorrer dos anos mediante o convívio relacional entre os parceiros.

O nível de satisfação depende de diversas variáveis, tais como: as experiências na família de origem, as características de personalidade, a fase do ciclo de vida em que o casal se encontra e entre outras. Além disso, a satisfação conjugal também se encontra relacionada a realização de necessidades individuais e a renda financeira (Wong & Goodwin, 2009; Bernard et al., 2020).

A qualidade do relacionamento conjugal tem um impacto significativo na coparentalidade. Casais que têm um relacionamento romântico satisfatório tendem a ser mais eficazes no subsistema coparental, colaborando de maneira mais harmoniosa na criação dos filhos (Christopher et al., 2015). Por outro lado, conflitos e insatisfação no relacionamento conjugal tendem a repercutir negativamente nas interações coparentais, comprometendo a cooperação entre os parceiros (Frizzo et al., 2005; Ece et al., 2023).

Contudo, essa relação positiva depende, em grande medida, da participação ativa do pai nas atividades domésticas e na educação dos filhos. Quando o pai se envolve mais nessas áreas, as mães tendem a se perceber como mais cooperativas com seus parceiros, o que fortalece a dinâmica coparental (Fidelis et al, 2022).

O envolvimento paterno mais ativo no cuidado com os filhos tende a diminuir o estresse da mãe, o que pode reduzir os conflitos no relacionamento. Dessa forma, quando as tarefas e responsabilidades parentais são divididas de forma equilibrada e consensual, é mais provável que o casal desenvolva uma relação íntima e satisfatória (Biehle & Mickelson, 2012).

A associação entre conjugalidade e coparentalidade é amplamente respaldada pela literatura (Schoppe-Sullivan et al., 2004; Chen et al., 2017; Young et al., 2017; Zemp et al., 2017). Estudos recentes mostram que níveis mais altos de satisfação conjugal tendem a se associar positivamente à qualidade da parceria coparental (Ronaghan et al., 2024; Kuo & Yang, 2024; Ece et al., 2024), e que a satisfação conjugal se destaca como um dos preditores mais influentes da coparentalidade (Mangelsdorf et al., 2011; Pedro et al., 2012; Christopher et al., 2015; Zhang et al., 2024).

Contudo, é importante ressaltar que, ainda que o relacionamento marital exerça forte influência na coparentalidade, a satisfação conjugal não garante uma boa parceria na criação dos filhos, haja vista que é possível ter um casamento feliz e, ainda assim, encontrar desafios na coparentalidade. Por outro lado, algumas pessoas divorciadas ou que nunca se casaram conseguem ser excelentes parceiros na criação dos filhos, demonstrando que o sucesso na criação dos filhos não depende exclusivamente do estado civil ou da relação conjugal (McHale & Rotman, 2007).

Grande parte das pesquisas sobre a relação entre satisfação conjugal e coparentalidade tem se concentrado no chamado efeito de transbordamento (Liu & Wu, 2018). Esse efeito, também conhecido como spillover, refere-se à forma como tensões e conflitos na relação conjugal podem repercutir em outras áreas da vida familiar, especialmente na coparentalidade e na relação entre pais e filhos (Erel & Burman, 1995; Fidelis, 2022).

Segundo a teoria do efeito de transbordamento, conflitos conjugais podem comprometer a qualidade da interação entre pais e filhos, uma vez que os adultos se tornam menos responsivos às necessidades emocionais da criança. Além disso, a insatisfação conjugal pode enfraquecer o apoio mútuo entre os parceiros no exercício da coparentalidade,

dificultando a cooperação e a coordenação das funções parentais (Erel & Burman, 1995; Parkes et al., 2019)

Considerando a forte influência da qualidade do relacionamento conjugal sobre a coparentalidade, e com base no Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade — que destaca que a eficácia da coparentalidade está fortemente relacionada à qualidade do relacionamento entre o casal (Feinberg, 2003; Kuo et al., 2024) —, esta pesquisa busca relacionar as percepções maternas e paternas sobre esses dois subsistemas familiares, a fim de compreender como as dinâmicas conjugais impactam a cooperação entre os pais na criação dos filhos.

Envolvimento Paterno

A teoria da evolução representa uma das abordagens mais influentes na investigação do comportamento. Desde a publicação do livro "A Origem das Espécies" por Charles Darwin (1859), uma ampla gama de disciplinas científicas surgiu com o intuito de analisar os mecanismos do comportamento sob a perspectiva evolucionária. No que se refere à família, muitos estudiosos evolucionistas reconhecem o cuidado ou investimento parental como um elemento vital para a sobrevivência da espécie humana (De Toni et al., 2004).

A teoria do investimento parental é uma abordagem de natureza evolucionista que se concentra no comportamento dos pais no que diz respeito à criação e proteção de sua prole, com o intuito de melhorar as chances de sobrevivência e sucesso reprodutivo de seus filhos (Lordelo et al, 2006). Entre os mamíferos, os seres humanos representam a espécie mais sofisticada e a mais vulnerável, requerendo um cuidado maior e muito mais prolongado. Portanto, em virtude da necessidade de sobrevivência, a evolução demandou um aumento no

investimento parental, e o desenvolvimento da instituição familiar encontra suas raízes nesse mecanismo natural (De Toni et al., 2004).

Compreende-se que a relação entre pais e filhos é influenciada por uma combinação de fatores individuais, incluindo características biológicas moldadas pela história evolutiva da espécie, bem como influências sociais e ambientais. As variáveis sociais e ambientais incluem as pressões culturais (Lordelo et al., 2006).

Estudos envolvendo investimento parental geralmente focam nas interações e no cuidado da mãe (Wang et al, 2023). Essa tendência encontra respaldo na construção sociocultural de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado do filho, considerando o aspecto biológico referente gravidez e lactação, que conferem a mãe um maior investimento parental (Manfroi et al., 2011).

No entanto, nos últimos anos, o interesse em pesquisas focadas no envolvimento paterno tem crescido consideravelmente (Lamb, 2000; Schoppe-Sullivan & Fagan, 2020; Kara & Sümer, 2022; Novianti et al., 2023). Esse interesse se relaciona ao fato de que, nas últimas décadas, houve mudanças significativas nas famílias, com evoluções nos papéis de gênero, particularmente o crescente reconhecimento das mulheres no mercado de trabalho (d’Orsi et al, 2023).

Essas mudanças impactaram as funções parentais, influenciando a interação dos pais com os filhos e levaram a uma divisão mais equitativa das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, com os pais assumindo um papel mais ativo na educação dos filhos (Beltrame & Bottoli, 2010; Pleck, 1997; Kara & Sümer, 2022; Novianti et al., 2023; Khawaja et al, 2024).

Estudos apontam que o maior envolvimento dos pais nos cuidados com os filhos contribui para reduzir o estresse materno, melhorar a comunicação entre o casal e favorecer uma divisão mais equilibrada de responsabilidades Biehle & Mickelson, 2012; Fidelis et al.,

2022). Esse efeito está relacionado à qualidade da coparentalidade, onde quando há uma relação coparental positiva, observa-se uma divisão mais equilibrada das responsabilidades parentais, favorecendo tanto o bem-estar materno quanto práticas parentais mais positivas (McBride & Rane, 1998; NICHD, 2000; Altenburger, 2022; d’Orsi et al, 2023). Por outro lado, o conflito entre os parceiros tende a reduzir o envolvimento dos pais nas tarefas e cuidados com os filhos (Carlson & McLanahan, 2006; Jouriles & Farris, 1992).

Além disso, envolvimento paterno também tem atraído um crescente interesse acadêmico devido à sua conexão com o desenvolvimento emocional da criança (Khawaja et al, 2024). A participação ativa e responsável dos pais na vida dos filhos está associada a benefícios no desenvolvimento infantil, como o melhor controle de problemas de comportamento, redução de hiperatividade em meninas e aumento de comportamentos pró-sociais em ambos os sexos. Estudos longitudinais indicam que esse envolvimento tem efeitos positivos a longo prazo no desenvolvimento emocional e social das crianças (Khawaja et al, 2024).

Nessa perspectiva, reconhece-se que os homens são capazes de desempenhar um papel ativo nos cuidados e na criação de seus filhos, desempenhando um papel significativo em todos os aspectos do desenvolvimento infantil (Lamb, 1997; Khawaja et al, 2024).

O modelo sobre envolvimento paterno desenvolvido por de Lamb et al (1985), propõe que o conceito é composto por três elementos: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação refere-se ao contato direto do pai com seu filho, envolvendo cuidados como vestir, alimentar, brincar e outras atividades diretas. A acessibilidade envolve a disponibilidade física e psicológica do pai para interagir com a criança, mesmo quando não é face a face, como quando o pai lê o jornal enquanto a criança brinca no mesmo ambiente.

Já a responsabilidade refere-se ao papel do pai em garantir o bem-estar da criança, providenciando cuidados médicos quando necessário e recursos adequados, além de envolver

preocupações e planejamentos relacionados a criança (Lamb et al., 1985; Silva, 2017; Diniz et al, 2021).

No entanto, as formas de envolvimento paterno e seus efeitos no desenvolvimento infantil variam, sendo influenciadas por uma complexa interação de fatores individuais, sociais, culturais e ecológicos (Diniz et al, 2021) e nesse cenário complexo, um importante aspecto da coparentalidade que impacta o envolvimento paterno é o *gatekeeping* (Wang et al, 2023).

O conceito de *gatekeeping* se refere aos esforços de um dos pais para regular ou controlar as interações do outro pai com a criança, seja por meio de incentivo ou de desencorajamento (Altenburger, 2022). A maioria dos estudos sobre *gatekeeping* parental tem focado nas atitudes maternas — incentivando ou dificultando o envolvimento do pai —, enquanto o *gatekeeping* paterno ainda é pouco explorado (Wang et al., 2023). Schoppe-Sullivan et al. (2008) destacam que o comportamento das mães nesse contexto pode ser decisivo para promover ou limitar a participação dos pais na vida dos filhos.

Segundo Allen & Hawkins (1999) o *gatekeeping* materno refere-se a crenças e comportamentos que dificultam a colaboração entre mães e pais nas tarefas familiares, ao restringir as oportunidades dos homens de se envolverem, aprenderem e crescerem no cuidado com os filhos e com o lar. Definido dentro da construção social de gênero, esse conceito envolve três dimensões principais e possui três dimensões: relutância das mães em ceder a responsabilidade familiar estabelecendo padrões rígidos, validação externa da identidade materna e concepções diferenciadas de papéis familiares.

As mães, como "gatekeepers", podem moldar significativamente o nível de envolvimento e a competência dos pais no cuidado dos filhos (Schoppe-Sullivan et al., 2008). O encorajamento materno pode aumentar o envolvimento dos pais, enquanto a crítica pode reduzir esse envolvimento (McBride & Rane, 1998). Nesse sentido, o apoio mútuo na

coparentalidade favorece o envolvimento paterno (Sobolewski & King, 2005, Khawaja et al, 2024) e este, por sua vez, se configura como um importante indicador da qualidade da relação coparental (Varga et al., 2017).

Observa-se, assim, que conjugalidade, parentalidade e coparentalidade são subsistemas interconectados, que podem exercer papéis tanto de proteção quanto de risco para as práticas parentais e para o desenvolvimento dos filhos (Fidelis et al., 2022).

Sob uma abordagem sistêmica e ecológica, este estudo se propõe a analisar a relação coparental em famílias ribeirinhas da Amazônia, levando em consideração variáveis sociodemográficas, além das percepções maternas e paternas sobre a conjugalidade e o envolvimento paterno. A integração desses elementos permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas familiares em contextos específicos, como o das famílias ribeirinhas, destacando a maneira como fatores contextuais influenciam a percepção da qualidade da relação coparental.

Contexto Ribeirinho

Conforme proposto no modelo ecológico de Feinberg (2003), a coparentalidade se encontra inserida em um sistema ecológico mais amplo, no qual interage de maneira recursiva com fatores individuais, familiares e extrafamiliares. Entre esses fatores, os elementos extrafamiliares desempenham um papel crucial ao moldar as dinâmicas coparentais, influenciando direta e indiretamente o ajustamento parental.

Neste capítulo, será abordado o contexto ribeirinho em que esta pesquisa foi desenvolvida, considerando as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais que caracterizam a vida nas comunidades estudadas. Compreender o modo como fatores do contexto de vida, tais como acesso a serviços públicos, condições socioeconômicas, redes de

apoio e valores culturais impactam a coparentalidade em comunidades ribeirinhas é fundamental para interpretar os dados desta pesquisa.

A caracterização do contexto ribeirinho foi realizada a partir da revisão da literatura e mediante aplicação de inventário sociodemográfico aos participantes da pesquisa.

Região Insular de Belém do Pará

A região amazônica destaca-se como a área de maior biodiversidade e detentora da maior bacia hidrográfica do planeta (Silva et al., 2010). Inserido nesse contexto, o município de Belém está localizado à margem direita do rio Amazonas, em uma foz do tipo estuário. A área urbana é caracterizada por uma extensa rede de cursos d'água devido à localização na confluência da baía do Guajará com a foz do rio Guamá. Como resultado desta configuração geográfica, verifica-se a presença de igarapés, várzeas e terra firme (Batista & Gomes, 2015), com uma área que abriga 42 ilhas (Virtanen, 2020).

Figura 6.

Mapa que ilustra a localização das Ilhas.



Nota. Elaborado pela autora no Google MyMaps e editado no Canva.

Nessas ilhas, às margens dos rios, estabelecem-se as comunidades conhecidas como ribeirinhas (Silva et al., 2010), cuja vida cotidiana está profundamente entrelaçada aos recursos naturais e às dinâmicas fluviais da região (Santos et al., 2020; Nunes & Furtado, 2023). Dentre o conjunto de ilhas dessa região, esta pesquisa foi realizada nas ilhas do Combú, Murutucum e Maracujá, localizadas nas proximidades da cidade de Belém.

Ilha do Combú, Ilha do Murutucum e Ilha do Maracujá

A Ilha do Combú está localizada a uma distância de 1,5 km da cidade de Belém do Pará, e compreende a quarta maior ilha do município, com área territorial de 15,972 km². É delimitada ao norte pelo rio Guamá, ao sul pelo furo São Benedito, a leste pelo furo da Paciência e a oeste pela Baía do Guajará (IDEFLOR-Bio, acesso em 18/07/2024). A paisagem da ilha apresenta em torno de 95% da superfície coberta por mata de várzea (Batista & Gomes, 2015; Virtanen, 2020; Nunes & Furtado, 2023).

As várzeas são áreas de terras baixas sujeitas a inundações sazonais ao longo do ano. A variação do nível dos rios determina quatro períodos hidrológicos típicos da região amazônica: enchente, cheia, vazante e seca. Esses aspectos influenciam as duas estações climáticas da região amazônica brasileira, que são definidas principalmente pelo volume de chuvas, e que se diferencia de outras regiões do país (Ferreira & Silva, 2020; Santos et al., 2020).

As estações são: inverno, que corresponde ao período mais chuvoso e o verão, ao mais seco. Durante a vazante, o nível dos rios diminui e as margens ficam expostas; já na enchente, o aumento do volume de água provoca o transbordamento dos rios e a inundação das áreas vizinhas (Santos et al., 2020).

Assim, as várzeas amazônicas são áreas úmidas que sofrem inundações sazonais, promovendo a interação entre os ecossistemas terrestre e aquático. Elas são reconhecidas como um dos ambientes mais ricos, abrigando cerca de 25% das espécies de peixes de água doce do mundo, com uma estimativa de três mil espécies (Santos et al., 2020).

A vegetação predominante é do tipo florestal, composta por árvores de grande porte, sub-bosque e áreas de mata primária e secundária. Entre as espécies mais frequentes, destacam-se palmeiras dos gêneros *Palmae*, *Mauritia* e *Euterpe*, esta última popularmente conhecida como açazeiro, amplamente explorada na região (Cirilo & Almeida, 2015; Santos et al., 2020). Os solos de várzea, onde essa vegetação se desenvolve, estão entre os mais férteis da Amazônia, em razão do acúmulo periódico de sedimentos orgânicos e minerais trazidos pelas águas dos rios. Esse processo natural de renovação dos nutrientes favorece especialmente a agricultura de pequeno porte (Cirilo & Almeida, 2015; Santos et al., 2020).

Figura 7.

Vista da Ilha do Combú, evidenciando a vegetação típica de mata de várzea.

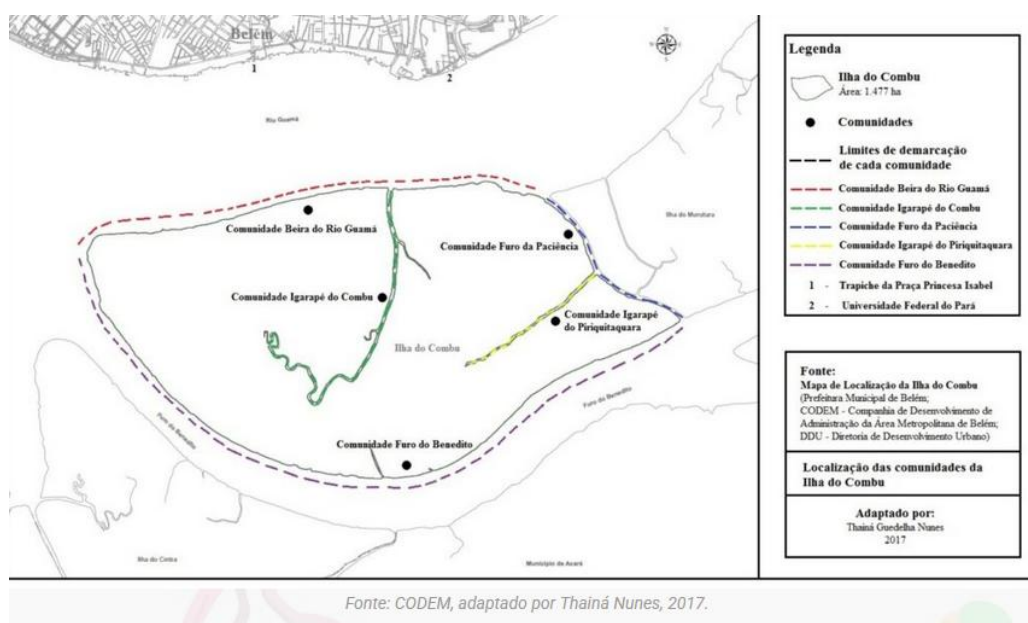


Nota. Imagem do acervo da pesquisa.

Atualmente existem cinco comunidades ribeirinhas na Ilha do Combú: Beira Rio Guamá, Igarapé do Combú, Furo da Paciência, Igarapé do Piriquitaquara e Furo do Benedito (Cirilo & Almeida, 2015: A Ilha do Combú, acesso em 18/07/2024). O acesso às comunidades se dá exclusivamente por meio de transporte fluvial, o que impacta diretamente no cotidiano dos moradores, no acesso a serviços públicos e nas formas de organização comunitária (Santos et al., 2020; Nunes & Furtado, 2023).

Figura 8.

Mapa da Ilha do Combú com a identificação das comunidades.



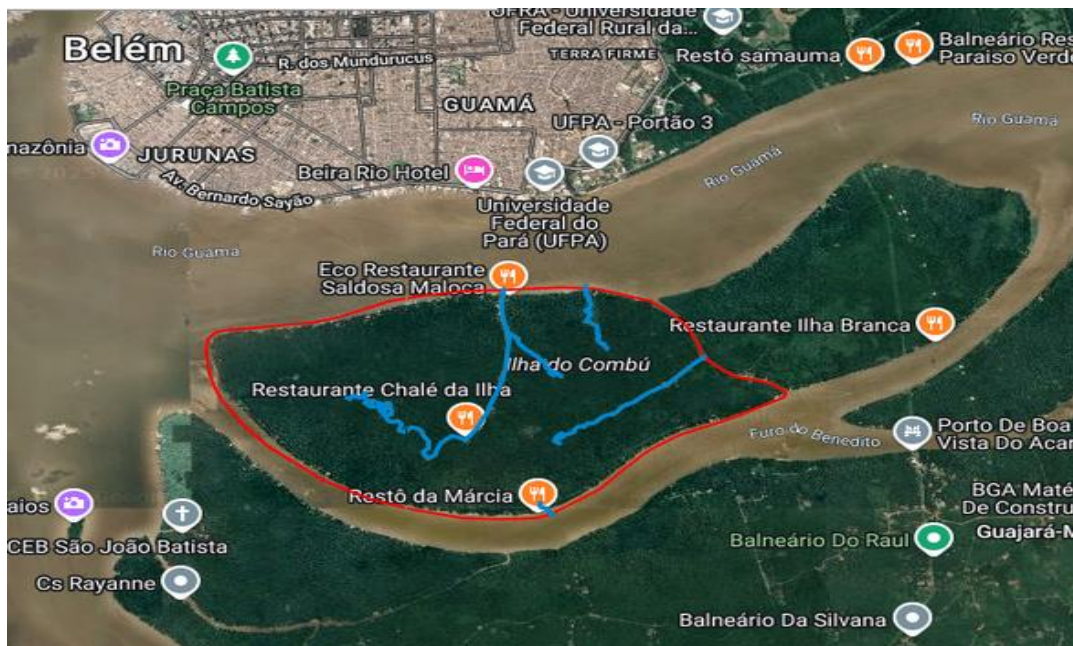
Nota. Fonte: CODEM, adaptado por Thainá Nunes, 2017. Encontrado na página A Ilha do Combú. <https://ilhadocombu.tur.br/a-ilha-do-combu>. Acesso em 18 de julho de 2024.

A Ilha integra uma Área de Proteção Ambiental (APA), que está sob a jurisdição da Amazônia Legal (Instituto Socioambiental -ISA, acesso em 18/07/2024) e a gestão da unidade é realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio).

A APA da Ilha do Combú é uma região destinada à preservação ambiental, formada por terras públicas pertencentes ao governo federal (União). As famílias residentes na ilha não possuem a propriedade dessas terras, mas têm o direito de morar e de usufruir dos recursos naturais por meio de concessão de uso (Cirilo & Almeida, 2015; de Lima, et al, 2020).

Figura 9.

Mapa da APA da Ilha do Combú.



Nota. Fonte: IDEFLOR-Bio. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1BnVt-RMMclueBJx4_eYjKWBdx-iy4NI&ll=-1.5046085583976678%2C-48.462294&z=13.

Para manter o direito de usufruto, os moradores precisam seguir regras definidas pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), que é o órgão responsável por administrar os bens públicos federais. Entre essas regras, uma das principais é que os recursos naturais da ilha, como a floresta, os rios, os animais e o solo, devem ser usados de forma consciente, racional e

sustentável, devendo-se preservar a natureza ao mesmo tempo em que se vive dela (Cirilo & Almeida, 2015).

Entre as medidas adotadas para implantação e funcionamento da APA do Combú destacam-se as seguintes:

A utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção e uso racional dos recursos naturais; Aplicação, quando for necessário, das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental, em especial as atividades de derrubada dos açazeiros, para a retirada do palmito; A divulgação das medidas preventivas desta Lei, objetivando o esclarecimento do povo, em especial, a comunidade local, sobre a APA e suas finalidades (Governo do Estado do Pará, 1997).

A criação da APA contribuiu para o acesso a fundos federais que viabilizaram a eletrificação da ilha, melhorias nas habitações, avanços nos serviços de educação e saúde, além da implementação de programas de capacitação (Virtanen, 2020). Paralelamente, a APA do Combú vem se firmando como um dos principais destinos turísticos de Belém, atraindo visitantes com seus mais de trinta bares e restaurantes à beira do rio, a tradicional Casa do Chocolate da Dona Nena e uma variedade de trilhas e roteiros voltados ao lazer e ao contato com a natureza (A Ilha do Combú, acesso em 18/07/2024).

Entre as comunidades mais beneficiadas pela expansão turística destacam-se Beira do Rio Guamá e Igarapé do Combú, devido à sua maior densidade populacional e à localização mais próxima do continente, o que as torna mais visíveis e acessíveis aos visitantes (Nunes &

Furtado, 2023). Mais recentemente, com a escolha de Belém como cidade-sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), a APA da Ilha do Combú passou a integrar projetos estratégicos voltados ao fortalecimento do turismo sustentável, à valorização das práticas socioambientais locais e à melhoria das condições de infraestrutura (SEBRAE, 2025).

Para viabilizar essas ações, foi instituído um Conselho Gestor com caráter participativo, responsável por assegurar a implementação das diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da APA. Nesse contexto, estão sendo ofertados cursos de capacitação voltados ao ecoturismo e à bioeconomia, promovidos por instituições como o Ideflor-Bio, a Secretaria de Turismo (Setur) e a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) (Sobral, 2024).

Atualmente, 14 empreendimentos com atuação na Ilha participam do projeto, articulando-se em torno dos quatro eixos prioritários definidos para a COP 30: Alimentos e Bebidas, Mobilidade, Hospitalidade e Economia Criativa. A iniciativa busca consolidar a Ilha do Combú como um destino turístico sustentável qualificando os empreendedores da região para receber visitantes locais, nacionais e estrangeiros antes, durante e após o evento internacional (SEBRAE, 2025).

Apesar dos avanços econômicos recentes e da crescente visibilidade da Ilha do Combú, especialmente nas áreas com forte presença do turismo, as comunidades ribeirinhas mais isoladas ainda enfrentam sérias dificuldades no acesso a serviços básicos, como saneamento, educação e saúde. Essa realidade foi evidenciada tanto nos relatos diretos dos moradores durante a pesquisa de campo quanto nos dados obtidos por meio do Inventário Sociodemográfico (ISD) aplicado às famílias participantes do estudo.

Os resultados indicam que os investimentos públicos e privados permanecem concentrados nas regiões com maior presença de restaurantes e empreendimentos turísticos,

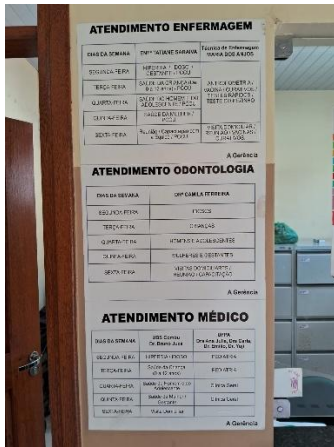
em especial nas comunidades Beira do Rio Guamá, Igarapé do Combú e, mais recentemente, no Igarapé do Piriquitaquara, que vem apresentando crescimento. Assim, embora o turismo tenha impulsionado o desenvolvimento econômico em determinadas áreas, seus benefícios ainda não alcançam de forma equitativa toda a população ribeirinha da ilha.

Nas áreas menos favorecidas e mais distantes, o acesso a serviços públicos essenciais é comprometido por barreiras geográficas e pela limitada infraestrutura. O deslocamento para escolas e unidades de saúde depende quase exclusivamente do transporte fluvial, que sofre com as variações de maré e condições climáticas, dificultando a frequência escolar e o atendimento médico contínuo.

A principal unidade de atendimento à saúde é a Unidade Básica de Saúde (UBS) – Combú (Rede Pará, 2025), que realiza atendimentos médicos e odontológico, ações voltadas à saúde da mulher, campanhas de vacinação e visitas domiciliares, conforme relatado pelas agentes comunitárias de saúde. A ilha conta também com serviço de transporte de fluvial para urgências e emergências.

Figura 10.

(a) Banner com os serviços oferecidos na UBS da Ilha do Combú. (b) Transporte fluvial utilizado para atendimentos de urgência e emergência da UBS da Ilha do Combú.



a)



b)

Nota. (a) Fotografia registrada no interior da UBS. Fonte: acervo da pesquisa. (b) Fotografia do acervo da pesquisa.

No que se refere à educação, a Ilha do Combú conta atualmente com cinco escolas voltadas para a educação infantil e o ensino fundamental: a Escola Municipal de Educação do Campo São Sebastião Quaresma, que possui o anexo escolar Santo Antônio, e a Escola Municipal de Educação do Campo Milton Montes, com os anexos escolares Nazaré e Nossa Senhora dos Navegantes.

O ensino Médio não é ofertado na ilha e os estudantes desse nível precisam se deslocar até a cidade de Belém para frequentar as aulas. A Prefeitura de Belém oferece gratuitamente o transporte escolar tanto para as crianças que estudam nas escolas da própria ilha quanto para os alunos do ensino médio que se deslocam para a cidade. No entanto, esse transporte é diretamente afetado pelas dificuldades de acesso enfrentadas pelos estudantes que vivem em áreas onde o deslocamento depende da cheia do rio, o que compromete a regularidade das aulas e a permanência escolar.

Os maiores desafios enfrentados pelas comunidades concentram-se nos serviços de saneamento básico, sobretudo entre as famílias que vivem nas áreas mais remotas da ilha.

Segundo relatos dos próprios moradores e conforme evidenciado pelos dados do ISD, que será detalhado mais adiante, a região não dispõe de um sistema público de abastecimento de água.

A maior parte das residências utiliza água retirada diretamente do rio ou proveniente de poços, acessada por meio de torneiras públicas. Na maioria dos casos, essa água não recebe nenhum tipo de tratamento, o que representa um risco significativo à saúde. Apenas uma parcela reduzida da população consegue adquirir água potável fornecida por barcos distribuidores.

A coleta de lixo também é precária e desigual. Ela é realizada pela prefeitura de Belém apenas nas áreas de mais fácil acesso. Já nas áreas mais afastadas, onde o acesso depende da maré alta para navegação, não há coleta regular. Nesses locais, o destino comum do lixo é a queima ou o enterro, práticas que podem gerar impactos ambientais e sanitários.

Além disso, não existe um sistema público de esgoto sanitário na ilha. A construção de fossas sépticas fica sob responsabilidade das próprias famílias. Quando isso não é possível, os resíduos são descartados diretamente no rio, gerando riscos de contaminação da água e de saúde pública.

A Ilha do Murutucum também está localizada as margens do Rio Guamá, a cerca de 1,8 km da cidade de Belém do Pará, sendo separada da Ilha do Combú pelo Furo do Paciência, conforme ilustrado na Figura 6. Esta ilha compartilha com a Ilha do Combú características ambientais semelhantes, tanto em termos de fauna e flora, bem como semelhanças quanto ao modo de vida ribeirinho (Lima et al, 2010).

No entanto, ao contrário da Ilha do Combú, a Ilha do Murutucum não está inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Como resultado disto, há uma carência de projetos e investimentos socioambientais voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento local, refletindo diretamente nas desigualdades quanto ao acesso a políticas públicas.

A atividade turística também se desenvolve de forma desigual entre as duas ilhas. Enquanto a Ilha do Combú se consolidou como um dos principais destinos turísticos de Belém, a Ilha do Murutucum ainda não atrai visitantes na mesma proporção. O turismo na região permanece modesto, com poucos restaurantes e atrativos em comparação ao Combú. No entanto, essa realidade começa a se transformar, à medida que novos restaurantes e pequenas pousadas vêm sendo construídos ao longo das margens da ilha, visando atender à crescente demanda gerada pela realização da COP 30.

Em comparação a Ilha do Combú, os moradores da Ilha do Murutucum enfrentam mais dificuldades de acesso a serviços básicos devido à escassez de políticas públicas voltadas para essa região. Em conversas com moradores e agentes de saúde durante a pesquisa de campo, ficou evidente que as comunidades do Murutucum são menos organizadas e influentes do que aquelas do Combú, o que dificulta até mesmo a identificação e quantificação precisa dessas comunidades.

Na ilha do Murutucum pôde-se verificar uma maior concentração de famílias em estado de vulnerabilidade econômica e isolamento social. Os moradores do Murutucum são atendidos pela Unidade Básica de Saúde (UBS) - Combú e a maioria das crianças frequenta as escolas localizadas na Ilha do Combú. Há apenas uma pequena escola para crianças do ensino fundamental I que entrou em funcionamento no corrente ano de 2025 e pertence a gestão do Município do Acará.

O Transporte escolar também é oferecido gratuitamente pela Prefeitura de Belém, mas, assim como no Combú, o deslocamento enfrenta dificuldades em áreas mais isoladas, principalmente devido à dependência da maré.

Os moradores dessa região enfrentam problemas de saneamento similares aos experienciados pelos moradores da ilha do Combú. Na ilha do Murutucum não há sistema

público de abastecimento de água, coleta regular de lixo ou rede de esgoto sanitário. A água utilizada no dia a dia é geralmente retirada diretamente do rio ou de poços e, na maioria dos casos, sem qualquer tipo de tratamento. A coleta de resíduos é irregular e, nas áreas mais remotas, o lixo é frequentemente queimado ou enterrado. Os dejetos, são muitas vezes despejados diretamente nos cursos d'água.

Apesar da proximidade geográfica entre as duas ilhas, o Murutucum não alcançou o mesmo status turístico do Combú, o que contribui para uma menor atenção por parte do poder público. Segundo relatos dos próprios moradores, os principais desafios enfrentados pela comunidade são a dificuldade de acesso à água potável e aos serviços de saúde, principalmente por parte dos ribeirinhos que vivem em áreas mais afastadas e isoladas.

A Ilha do Maracujá está situada no município do Acará, sendo banhada pelo rio Acará, cuja foz deságua na Baía do Guajará, em frente à cidade de Belém. A ilha estende-se ao longo do curso do rio, sendo margeada por diversos igarapés em ambas as margens, compondo um ambiente típico de várzea amazônica (Mácola et al., 2017).

A região abriga aproximadamente 135 famílias, representando em torno de 495 habitantes. A população ribeirinha da Ilha do Maracujá tem como principal fonte de subsistência o extrativismo de frutos e pesca artesanal, além de empregos formais e informais, majoritariamente na cidade de Belém. Essa dinâmica gera deslocamentos diários tanto para a comercialização dos produtos quanto para o trabalho na capital (Mácola et al., 2017; Vicente et al., 2021).

Além dos ribeirinhos, parte dos moradores da ilha se autodeclara quilombola, com descendência do Território Quilombola de Itacoãzinho e Santa Quitéria, localizados na parte continental do Acará (Vicente et al., 2021). Nessa região a cultura quilombola é bastante presente (G1 Pará, 2022).

A população ribeirinha tem como principal fonte de renda a coleta e extração de produtos florestais, como açaí, cacau, andiroba, pupunha, entre outros. Dentre esses, destaca-se o açaí como o produto mais relevante economicamente, cuja comercialização é realizada nos portos de Belém. Além disso, impulsionado pela visibilidade alcançada pela Ilha do Combú como destino turístico, o turismo tem emergido como atividade econômica na ilha, com a instalação de restaurantes às margens dos rios e igarapés (Vicente et al., 2021).

Assim como na Ilha do Murutucum, o acesso da população da Ilha do Maracujá a serviços básicos é limitado. A comunidade conta com um posto de saúde, porém com recursos escassos, e não há infraestrutura adequada de saneamento básico, como abastecimento de água potável e coleta de esgoto. Para acessar serviços especializados de saúde e educação, os moradores precisam se deslocar até Belém ou à parte continental do município de Acará (Vicente et al., 2021).

No entanto, diferentemente da ilha do Murutucum, de acordo com Vicente et al (2021), é possível observar na ilha fortes vínculos comunitários atuantes, como a Colônia de Pescadores, a Associação de Moradores e dos Quilombolas, além de grupos culturais e religiosos. Essas organizações são responsáveis pela realização de reuniões e festividades tradicionais.

Com base na pesquisa bibliográfica, nas entrevistas com moradores e na coleta de dados em campo, observa-se que as Ilhas do Combú, Murutucum e Maracujá compartilham características ambientais semelhantes, especialmente quanto a cobertura vegetal do tipo várzea e ao modo de vida ribeirinho. No entanto, apresentam realidades distintas em relação à infraestrutura, acesso a serviços básicos e visibilidade turística.

A Ilha do Combú se destaca por contar com melhor estrutura e maior inserção no turismo, embora essa atividade esteja concentrada principalmente nas comunidades Beira do

Rio Guamá, Igarapé do Combú e Igarapé do Pririquitaquara. Já as Ilhas do Murutucum e do Maracujá enfrentam menor investimento público, baixa projeção turística e maiores dificuldades no acesso a serviços essenciais, especialmente quando comparadas ao Combú.

População ribeirinha

Os ribeirinhos são comunidades cujo modo de vida, organização social e atividades produtivas estão profundamente integrados à terra e aos recursos naturais. Essas populações mantêm práticas tradicionais de subsistência, utilizam o território de forma contínua e transmitem conhecimentos e saberes por meio das gerações (Costa et al., 2015; Vicente et al., 2021). Suas rotinas, formas de sustento e estruturas sociais são moldadas pela relação direta com o rio e a floresta, sendo fortemente influenciadas pelos ciclos naturais, como enchente, cheia, vazante e seca, que determinam o ritmo das atividades de caça, pesca e agricultura (Santos et al., 2020).

Nessas comunidades, predominam atividades de base extrativista, como a coleta de frutos nativos, a exemplo do açaí, andiroba e cacau, além da pesca artesanal de peixe e camarão e da agricultura familiar voltada à subsistência (Batista & Gomes, 2015; Santos et al., 2020). Dentre essas atividades, destaca-se a coleta diária de açaí que é utilizado tanto como alimento, contribuindo para a segurança alimentar, quanto como fonte de renda (Santos et al., 2020; Ferreira & Silva, 2020)

O extrativismo é realizado com o uso de instrumentos simples e tradicionais, como a peconha, o terçado, o paneiro e o matapi, que fazem parte do cotidiano e da cultura material dessas populações (Batista & Gomes, 2015) e o fruto é amplamente comercializado nas feiras livres de Belém, especialmente em portos como o Porto da Palha, Porto da Conceição, Feira do Açaí no Ver-o-Peso e no Porto do Açaí (Batista & Gomes, 2015; Vicente et al., 2021).

As casas ribeirinhas são construídas em palafitas, elevadas sobre troncos ou pilares de madeira, características comuns em áreas alagadiças, como margens de rios, furos e igarapés (Costa et al., 2015; Vicente et al., 2021). Esse tipo de construção está relacionado a adaptação das famílias ribeirinhas ao regime de cheias do rio, sendo comum haver trapiches ou pontes que facilitam o acesso às residências, (Costa et al., 2015).

Figura 11.

(a) Ribeirinho extrativista transportando cestos de açaí na Ilha do Combú. (b) Casa ribeirinha sobre palafitas com trapiche de acesso.



Nota. Fonte: acervo da pesquisa.

Estudos sobre a Ilha do Combú destacam um modo de vida caracterizado pela organização produtiva em pequenas propriedades familiares e pela diversificação de culturas (Batista & Gomes, 2015). É comum que uma mesma área pertença a uma família extensa, com mais de uma casa abrigando avós, tios e outros parentes. A divisão das terras ocorre de forma informal, delimitada por igarapés, vegetação ou estacas, sendo respeitada por meio de antigos

acordos e mantida pelas boas relações de vizinhança e pelo respeito mútuo entre os moradores (Vicente et al., 2021).

Figura 12.

Agglomerados familiares na comunidade do Cacau, localizada na Ilha do Murutucum.



Nota. Fonte: Acervo da pesquisa.

No que diz respeito à alimentação, os dados obtidos em campo demonstram que esta é determinada pelos recursos naturais e pelas práticas tradicionais, bem como às práticas de consumo de mercado urbano.

Grande parte das famílias cultiva alimentos e frutos para o próprio consumo (Vicente et al., 2021), onde o açaí se destaca como alimento diário dos ribeirinhos (Ferreira & Silva, 2020). A pesca artesanal de peixe e camarão também representa outro componente essencial da segurança alimentar nessas comunidades. Entretanto, durante o trabalho de campo, foi recorrente o relato de que, em determinadas áreas, especialmente nas mais impactadas pela atividade turística, o camarão tem se tornado cada vez mais escasso.

Além dos alimentos produzidos e coletados localmente, as famílias também acessam produtos industrializados, adquiridos semanalmente nos supermercados da cidade de Belém. Itens como arroz, feijão, café, óleo e açúcar compõem a cesta alimentar urbana e integram a alimentação ribeirinha. Esse cenário evidencia o caráter híbrido da alimentação nas ilhas, onde se misturam hábitos tradicionais com práticas de consumo urbano.

Dessa forma, observa-se que a proximidade das ilhas com a cidade de Belém favorece a construção de um modo de vida ribeirinho que, embora enraizado em tradições e práticas extrativistas, estabelece constantes relações com a dinâmica urbana da metrópole (Batista & Gomes, 2015). A comercialização dos produtos extrativistas em portos e feiras da cidade de Belém, favorece o contato frequente dos ribeirinhos com o estilo de vida urbano. Segundo relatos dos moradores, é comum que as famílias realizem programações de lazer na cidade, o que evidencia uma convivência cotidiana entre o modo de vida tradicional e elementos da vida moderna.

Figura 13.

Vista da Ilha do Combú com a cidade de Belém ao fundo, destacando sua proximidade geográfica.



Nota. Fonte: Acervo da pesquisa.

Sob uma perspectiva ecológica, analisar a percepção das relações familiares no contexto ribeirinho requer compreender os significados psicológicos e sociais da população do estudo e compreender como essas famílias dependem e interagem com o ambiente natural ao seu redor, levando em consideração o contexto social e cultural, incluindo tradições, valores e estruturas familiares.

Como destacam Szapocznik e Kurtines (1993), o indivíduo precisa ser compreendido no contexto da família e esta, por sua vez, só pode ser compreendida dentro da cultura. Assim, a cultura se manifesta nas práticas diárias e estrutura as dinâmicas familiares, atuando como elemento central na organização social e simbólica dessas comunidades (Silva et al., 2011).

Pesquisas realizadas em diferentes contextos são uma forma de expandir o conhecimento nas ciências psicológicas e sociais. Elas destacam a conexão entre pesquisa e políticas públicas por meio de projetos que envolvem pesquisadores atuando com famílias em variados contextos ecológicos, muitas vezes caracterizados por situações de risco e vulnerabilidade psicossocial (Afonso et al., 2015).

Objetivos

Geral

Analisar a relação coparental em famílias ribeirinhas da Amazônia Paraense.

Específicos

1. Caracterizar o contexto de vida das famílias ribeirinhas das ilhas próximas a Belém do Pará;
2. quantificar a percepção da mãe e a percepção do pai sobre a relação coparental, relação marital e envolvimento paterno;

3. comparar a percepção da mãe e a percepção do pai sobre a relação coparental, relação marital e envolvimento paterno;
4. correlacionar a variável coparentalidade com as variáveis relação marital e envolvimento paterno;
5. observar e codificar a dinâmica interacional mãe-pai em contexto triádico com o filho;
6. quantificar a sincronia interacional entre mãe e pai em contexto triádico com a criança;
7. correlacionar os resultados da coparentalidade percebida com os resultados da codificação da coparentalidade observada;
8. verificar se os resultados do questionário PATER predizem os resultados médios e globais obtidos pela TIS;
9. correlacionar a categoria coparentalidade do questionário PATER com as variáveis sociodemográficas.

Método

Delineamento da Pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem empírica, de caráter exploratório, com um delineamento transversal e correlacional de dados quantitativos. O levantamento de dados consiste na aplicação de questionários à população de estudo, com perguntas estruturadas e fechadas e observação sistemática das tríades familiares mãe-pai e criança. As situações de observação da interação foram registradas em vídeo por um observador não participante.

Contexto da Pesquisa

O estudo foi conduzido nas comunidades ribeirinhas da ilha do Combú, Murucutum e Maracujá, situadas próximas a Belém do Pará.

Participantes

A amostra é composta por 38 (trinta e oito) famílias ribeirinhas. Os critérios de inclusão abrangem famílias com crianças entre 3 e 5 anos de idade e os critérios de exclusão incluem famílias com crianças nascidas prematuramente (com menos de 36 semanas de gestação), crianças que apresentam desnutrição, problemas graves de saúde e crianças neuro atípicas.

Ambiente de Coleta

A coleta de dados ocorreu dentro das residências dos participantes, utilizando pelo menos dois cômodos diferentes para que os pais pudessem responder aos questionários separadamente, garantindo que os participantes não ouvissem as respostas um do outro. A gravação das interações triádicas foram realizadas preferencialmente na sala de estar das residências das famílias.

Instrumentos para Coleta de Dados

Inventário Sociodemográfico (ISD)

O Inventário Sociodemográfico (ISD) é uma versão adaptada do instrumento elaborado no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O ISD tem como objetivo caracterizar e descrever as famílias participantes da pesquisa. Trata-se de um questionário aplicado separadamente à mãe e ao pai, conduzido como um roteiro de

conversa. A versão destinada às mães é composta por 59 itens, enquanto a versão para os pais contém 32 itens. O instrumento aborda aspectos como a identificação dos participantes, informações demográficas, composição familiar, nível de escolaridade dos pais, ocupação profissional, renda familiar, condições de moradia, acesso a serviços básicos, estilo de vida familiar (incluindo atividades de lazer e práticas religiosas), características das brincadeiras infantis, rede de apoio e descrição do funcionamento do sistema familiar. Esses dados permitem uma compreensão abrangente do contexto socioeconômico, o que é fundamental para a interpretação dos resultados da pesquisa.

Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER)

O PATER é um instrumento criado pelas Professoras Dra. Júlia Scarano de Mendonça e Dra. Vera Sílvia Raad Bussab, com base em trabalhos anteriores de Smith e Howard (2008) e Spanier (1976). Trata-se de um questionário com perguntas fechadas, avaliadas em uma escala Likert de 5 pontos, em que (1) significa nunca, (2) significa raramente, (3) significa às vezes, (4) significa quase sempre e (5) significa sempre (De Mendonça et al, 2015). O questionário foi aplicado separadamente para o pai e para a mãe e tem como objetivo avaliar a percepção parental sobre as dimensões a saber: envolvimento paterno, coparentalidade e relação marital.

Originalmente o instrumento PATER era composto por 16 questões, onde o envolvimento paterno era avaliado em 5 itens, com perguntas direcionadas para a mãe e para o pai separadamente, exemplificado pela pergunta direcionada à mãe “O pai da criança leva a criança a lugares como médicos e creches?” e pela pergunta direcionada ao pai “Você leva a criança a lugares como médicos e creches?” A coparentalidade era avaliada em 2 dois itens, com perguntas direcionadas a ambos os pais, a exemplo da pergunta “Vocês concordam sobre

como criar a criança?” E, por fim, a relação marital era avaliada em 9 itens, também com perguntas direcionadas a ambos os pais, como por exemplo a pergunta “Seu parceiro tem tempo para conversar quando você precisa?”

Objetivando adaptar o questionário para atender aos objetivos do presente estudo foi decidido alterar duas perguntas sobre a dimensão do envolvimento paterno e incluir mais questões sobre as dimensões da coparentalidade e do envolvimento paterno para uma avaliação mais abrangente sobre essas dimensões.

Em relação ao envolvimento paterno, foram feitas duas alterações quanto às questões originais. Observou-se que duas perguntas do questionário da mãe, referentes ao envolvimento paterno, poderiam sugerir interpretação relacionada à dimensão da coparentalidade, uma vez que consideravam as expectativas da mãe sobre o envolvimento do pai. Dessa forma, para evitar possíveis discordâncias de interpretação durante a aplicação do questionário e para garantir uma compreensão mais clara das perguntas, foram realizadas as adaptações apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1.

Questões alteradas do PATER.

Pergunta Original	Alteração
Questão 4. Você pode contar com a ajuda do pai para cuidar da criança quando necessário?	Questão 4. O pai ajuda a cuidar da criança quando necessário?
Questão 5. Você pode confiar que o pai cuidará bem da criança?	Questão 5. O pai cuida bem da criança?

Tendo em vista o baixo número de questões sobre a coparentalidade, foi realizado o aumento do número de perguntas de 2 para o total de 7 para a melhor avaliação dessa dimensão.

Como resultado, foram acrescentadas cinco perguntas ao questionário, focadas na identificação de cooperação, conflito e triangulação na relação coparental.

Segue abaixo as perguntas sobre coparentalidade que foram incluídas no questionário da mãe e do pai, respectivamente.

1. Seu parceiro fala bem de você para o seu filho? / Sua parceira fala bem de você para o seu filho? (dimensão da cooperação);
2. Seu parceiro te critica ou fala mal de você na frente do seu filho ou para seu filho? / Sua parceira te critica ou fala mal de você na frente do seu filho ou para seu filho? (dimensão da triangulação);
3. Quando você e seu parceiro discutem, seu parceiro tenta influenciar seu filho para tomar o partido dele? / Quando você e sua parceira discutem, sua parceira tenta influenciar seu filho para tomar o partido dela? (dimensão da triangulação);
4. Seu parceiro concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o seu filho? / Sua parceira concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o seu filho? (dimensão do conflito);
5. Seu parceiro tira a sua autoridade na frente do seu filho? Sua parceira tira a sua autoridade na frente do seu filho (dimensão do conflito);

Para equilibrar a quantidade de questões entre as diferentes dimensões, decidiu-se acrescentar mais duas questões sobre o envolvimento paterno, aumentando de 5 para 7 o total de questões sobre essa dimensão. Segue abaixo as perguntas sobre envolvimento paterno que foram acrescentadas aos questionários da mãe e do pai, respectivamente.

1. O pai se envolve no cuidado físico e nas necessidades básicas da criança, como alimentação e higiene? / Você se envolve no cuidado físico e nas necessidades básicas da criança, como alimentação e higiene?

2. O pai ajuda a criança nas tarefas escolares? / Você ajuda a criança nas tarefas escolares?

Desta maneira, com as mudanças feitas no instrumento, aumentou-se o total de questões sobre o envolvimento paterno, de 5 para 7 questões, bem como aumentou-se o total de questões sobre a coparentalidade, de 2 para 7 questões. Todavia, manteve-se o total de questões sobre a conjugalidade, como se vê na tabela a seguir.

Tabela 2.

Dimensões do PATER.

Dimensões	Nº de Perguntas antes das alterações	Nº de Perguntas após as alterações
Envolvimento Paterno	5	7
Relacionamento Coparental	2	7
Relacionamento Conjugal	9	9

Após os ajustes, o instrumento PATER agora compreende 23 questões elaboradas para avaliar a percepção materna e paterna sobre as dimensões mencionadas. Essas adaptações foram cuidadosamente implementadas visando uma melhor adequação do questionário aos objetivos específicos da pesquisa.

Todas as alterações foram realizadas com a colaboração e a aprovação da Professora Júlia Scarano de Mendonça, autora da versão original, garantindo assim a integridade e a relevância do instrumento para o estudo.

Em consonância com a Teoria da Estrutura Interna e Contexto Ecológico (Feinberg, 2003), este estudo analisou a percepção da relação coparental considerando tanto os componentes internos desse subsistema familiar quanto fatores familiares e extrafamiliares que podem influenciar a coparentalidade. As adaptações realizadas no PATER — especialmente a

ampliação das questões sobre coparentalidade e envolvimento paterno — possibilitaram uma análise mais consistente dos componentes da estrutura interna (acordo, apoio, sabotagem e gestão conjunta) e do contexto ecológico (relações conjugais, suporte social e condições socioeconômicas). Na tabela a seguir, são apresentados os fatores da teoria de Feinberg operacionalizados por meio do questionário PATER.

Tabela 3.

Dimensões do Modelo da Estrutura Interna e contexto Ecológico investigadas na pesquisa, segundo Feinberg (2003).

Domínio	Fator investigado	Questões Relacionadas na Pesquisa	
		Item	Pergunta
ESTRUTURA INTERNA DA COPARENTALIDADE (Dimensões da Coparentalidade)	Acordo/ Desacordo	Q8	Comunicação sobre criação
		Q9	Consenso sobre criação
		Q13	Acordo sobre disciplina
	Apoio	Q10	Falar bem do parceiro para o filho
	Sabotagem	Q11	Críticas ao parceiro
		Q14	Retirada de autoridade na frente do filho
Gestão Conjunta da Família / Exposição ao Conflito	Q12	Triangulação/ Tentativa de influenciar o filho a tomar partido	

	Divisão de trabalho	Q2	Ajuda nas tarefas domésticas (questão relacionada ao envolvimento paterno)
CONTEXTO ECOLÓGICO (Fatores Familiares)	Conjugalidade	Q15 a Q23	Afeto, apoio e parceria marital
	Envolvimento Paterno	Itens 1 a 5	Cuidado com a criança, divisão de tarefas a apoio financeiro

Assim, a articulação entre o instrumento PATER e a Teoria da Estrutura Interna e do Contexto Ecológico (Feinberg, 2003) visa ampliar a compreensão do subsistema familiar coparental, articulando dimensões relacionais e contextuais.

Taxonomy of Interactional Synchrony (TIS)

Para a análise das interações interparentais, foi utilizado o sistema de codificação *Taxonomy of Interactional Synchrony (TIS)*, desenvolvido pela Professora Dra. Júlia Scarano de Mendonça (Mendonça et al., 2015). Este sistema adota uma abordagem microanalítica e é baseado em comportamentos relacionais não verbais (De Mendonca et al., 2015). A importância dos sinais não verbais para a comunicação é amplamente reconhecida e tem sido considerada crucial para a compreensão das interações familiares, oferecendo uma perspectiva única (De Mendonça et al., 2011).

A Comunicação Não Verbal (CNV) é uma área de estudo de natureza interdisciplinar, dedicada à compreensão das formas de expressão humana que ocorrem por meio de sinais e manifestações que não envolvem a linguagem falada ou escrita (Pires, 2023). Esses sinais

incluem gestos, expressões faciais, postura corporal, tom de voz, contato visual, proximidade física, toque, objetos, roupas e até mesmo a forma como utilizamos o espaço ao nosso redor (Pires, 2023; Matsumoto & Wilson, 2023; Galvano, 2024). Trata-se de uma camada comunicativa que, de maneira ativa, complementa, reforça, contradiz ou substitui as mensagens verbais (Pires, 2023).

Atualmente se reconhece que a CNV é influenciada por múltiplos fatores, sendo reconhecida como um fenômeno híbrido que integra elementos biológicos, evolutivos e culturais (Pires, 2022). Diversas evidências apontam que uma parte significativa da CNV, especialmente no que se refere aos gestos, é fortemente moldada pelo contexto cultural. As variações culturais influenciam diretamente a interpretação e o uso dos gestos, refletindo normas sociais, valores e crenças específicas de cada sociedade (Matsumoto, & Hwang, 2016; Pires, 2022; Galvano, 2024).

Segundo Galvano (2024), métodos etnográficos, como a observação participante, possibilitam que os pesquisadores se aproximem dos contextos culturais investigados, favorecendo a compreensão aprofundada e sensível das práticas comunicativas não verbais. De maneira complementar, estudos experimentais com uso de estímulos em vídeo e observações controladas têm contribuído para investigar as diferenças culturais na forma como os gestos são utilizados e interpretados (Matsumoto, 2006; Galvano, 2024; Rosenstein, 2002).

Nesse sentido, a pesquisa observacional com o uso de filmagem representa um recurso metodológico que permite a coleta de dados que não podem ser obtidos por meio de entrevistas ou questionários (Pinheiro et al., 2005). Entre as vantagens dessa abordagem, destaca-se a possibilidade de identificar contradições entre discurso e comportamento dos participantes da pesquisa (Garcez et al., 2011).

Enquanto os instrumentos de autorrelato coletam informações fornecidas pelos próprios participantes sobre suas percepções, sentimentos e comportamentos (Bastos et al., 2023), a observação direta, com a utilização de filmagem, possibilita o acesso a manifestações espontâneas e contextuais de comportamentos não verbais, como gestos, posturas, expressões faciais e padrões de proximidade ou distanciamento, que revelam formas de apoio, afeto, cooperação ou conflito frequentemente não expressas verbalmente (Pinheiro et al., 2005; Garcez et al., 2011).

Desta maneira, para viabilizar uma avaliação mais precisa da dinâmica coparental e aprofundar a compreensão das percepções parentais sobre a coparentalidade, foi empregado neste estudo o método observacional quantitativo, com utilização de filmagem, e codificação de dados por meio do sistema *Taxonomy of Interactional Synchrony*.

O sistema de codificação foi desenvolvido para ser aplicado em díades Mãe-Pai no contexto triádico com a criança. Todas as categorias, bem como os níveis dentro de cada categoria, foram elaboradas para avaliar a interação entre os parceiros sociais, considerando a dinâmica relacional, e não comportamentos individuais isolados (Mendonça et al., 2015).

A taxonomia compreende cinco categorias: distância interpessoal, orientação visual, orientação da parte superior do corpo, envolvimento diádico e afeto compartilhado. Cada uma dessas categorias é subdividida em uma escala likert, refletindo diferentes "níveis" de sincronia interacional, com números mais altos representando maior sincronia diádica (De Mendonça et al., 2015), conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 4.

Taxonomy of Interactional Synchrony.

Distância interpessoal
4. Contato físico
3. Até 20 cm de distância

2. Mais que 20 cm e menos que 60 cm de distância
1. Mais de 60 cm de distância
0. Não visível
Orientação visual
4. Os parceiros sociais olham um para o outro
3. Os parceiros sociais olham na mesma direção
2. Comportamento unilateral (a mãe olha para o pai ou o pai olha para a mãe)
1. Os parceiros sociais olham em direções diferentes
0. Não visível
Orientação da parte superior do corpo
4. Os parceiros sociais estão posicionados um para o outro
3. Os parceiros sociais estão posicionados para a mesma direção
2. Comportamento unilateral (a mãe está posicionada na direção do pai ou o pai está posicionado na direção da mãe)
1. Os parceiros sociais estão posicionados para direções diferentes.
0. Não visível
Envolvimento diádico
4. Atividade conjunta (envolvendo fala, canto e manipulação de objeto)
3. Atenção conjunta (envolvendo atenção compartilhada)
2. Comportamento unilateral (início de gesto ou fala sem resposta)
1. Sem envolvimento
0. Não visível
Afeto Compartilhado
3. Positivo
2. Neutro
1. Negativo
0. Não visível

Neste estudo, o sistema de codificação de dados observacionais foi utilizado para investigar, de forma específica, a sincronia interacional entre os coparentes em seu ambiente familiar natural e a coleta foi realizada na residência das famílias participantes, preferencialmente na sala de estar, respeitando suas rotinas e dinâmicas cotidianas.

As interações entre mãe e pai foram registradas em um contexto triádico, envolvendo a criança, durante um momento de brincadeira livre, com duração total de 10 minutos. Para o registro das interações, foram utilizadas duas câmeras de vídeo, uma posicionada frontalmente e a outra lateralmente em relação ao espaço da interação, com o objetivo de capturar diferentes ângulos e minimizar possíveis perdas de informação comportamental. O espaço destinado à

observação foi delimitado por um tapete, que servia como referência visual e física para manter os participantes dentro do campo de gravação.

Para este momento da coleta de dados, foram disponibilizados os brinquedos utilizados na brincadeira e o tapete que delimitava o espaço onde as interações deveriam ocorrer. A escolha dos brinquedos foi realizada com base em informações obtidas durante a fase preliminar da pesquisa, no processo de inserção ecológica, por meio de conversas com os moradores das ilhas. Nesse contexto, investigou-se o modo de brincar das crianças e os tipos de brinquedos que elas costumavam ter acesso.

Figura 14.

Registro da gravação da interação familiar, com destaque para os brinquedos e o tapete utilizado na delimitação do espaço de observação.



Nota. Fonte: Acervo da pesquisa.

Desta maneira, foram selecionados brinquedos como bonecas, carrinhos, jogos de montar e fantoches adquiridos em lojas de brinquedos, bem como barquinhos e animais confeccionados artesanalmente por ribeirinhos da região. O tapete utilizado para delimitar a área de interação entre os participantes apresentava caracteres do alfabeto acompanhados de

imagens lúdicas que remetiam às respectivas letras. Antes de ser realizada a gravação, os pais foram orientados a brincar naturalmente com a criança, seguindo suas práticas habituais em casa e os mesmos brinquedos foram utilizados em todas as observações familiares.

Para a codificação dos dados, os dois primeiros minutos de cada gravação foram excluídos para minimizar os efeitos de adaptação à presença da câmera, de modo que a análise considerou os minutos 2 a 10, correspondentes aos segundos 120 a 600, totalizando 8 minutos de interação contínua. A codificação dos comportamentos observados foi realizada a cada 10 segundos, resultando em 48 observações diádicas por categoria. Dessa forma, para cada família, foram obtidos um total de 240 códigos, considerando as cinco categorias avaliadas e ao todo, foram registradas 2.064 observações por categoria do TIS.

Foram analisadas 43 díades familiares, número que se refere ao conjunto de unidades observadas. Esse total inclui 38 famílias distintas, sendo que, em cinco delas, os dados observacionais foram coletados para dois filhos, resultando nas 43 díades. A inclusão dessas díades adicionais permite aproveitar todas as informações disponíveis, aumentando a variabilidade observacional e garantindo maior representatividade das interações familiares, especialmente quando irmãos podem apresentar padrões de comportamento diferentes entre os cuidadores.

As categorias de proximidade física, orientação visual e orientação corporal foram analisadas com base em comportamentos específicos, por meio do método de observação pontual. Para isso, foi considerada a imagem pausada do vídeo a cada intervalo de 10 segundos, sendo codificado o comportamento observado no exato *frame* pausado. Já as categorias de envolvimento diádico e afeto compartilhado foram avaliadas de forma mais ampla, levando em consideração toda a interação social que ocorre ao longo de todo o intervalo de 10 segundos.

A utilização do *Taxonomy of Interactional Synchrony (TIS)* justifica-se por possibilitar a análise microanalítica e objetiva de sinais não verbais — como proximidade, orientação corporal e visual, envolvimento diádico e afeto compartilhado — que refletem a qualidade da coparentalidade. Ao ser aplicado em contexto triádico de brincadeira, o instrumento permite observar manifestações espontâneas de cooperação, apoio ou conflito entre os cuidadores, oferecendo uma perspectiva ecológica e contextualizada da dinâmica relacional. Dessa forma, complementa os dados obtidos pelo questionário PATER e amplia a compreensão da coparentalidade em cenário ecológico e culturalmente significativo.

Procedimento de Coleta

O recrutamento das famílias foi realizado por amostragem não probabilística por conveniência e a coleta de dados das 38 famílias participantes ocorreu entre fevereiro de 2024 e maio de 2025. Para viabilizar esse processo, a professora Júlia Scarano de Mendonça, visitou a Unidade Básica de Saúde (UBS) das comunidades ribeirinhas em busca de colaboração para o recrutamento do projeto guarda-chuva, do qual esse estudo faz parte. Durante a visita, ela apresentou o projeto de pesquisa às agentes comunitárias de saúde, e, após estabelecida a colaboração, ficou acordado que a divulgação ocorreria por meio da distribuição de panfletos às famílias com crianças na faixa etária estudada.

Desta maneira, as agentes de saúde encaminhavam o panfleto de convite, via aplicativo de conversa *WhatsApp*, às famílias que atendiam aos critérios de inclusão da pesquisa. Quando uma família demonstrava interesse em participar, esta era contatada por telefone para receber informações detalhadas sobre o estudo e fornecer seu consentimento oral. Cumpre ressaltar que em respeito aos princípios éticos da pesquisa, os pesquisadores não tiveram acesso aos prontuários das famílias nem a quaisquer dados pessoais armazenados pela

Unidade Básica de Saúde, garantindo a preservação da privacidade e do sigilo dos participantes.

Com o tempo, o recrutamento passou a ser realizado também de forma presencial direta, com deslocamento dos pesquisadores até as residências dos participantes em potencial, com o objetivo de convidá-los a participar da pesquisa. Durante a visita, eram entregues materiais explicativos, como panfletos, e as informações de contato dos interessados eram registradas para um acompanhamento posterior. Após o consentimento oral das famílias participantes, era realizada uma visita domiciliar para coleta de dados que era dividida em dois momentos.

No primeiro momento era fornecida uma explicação mais abrangente sobre o projeto, onde era informado aos participantes sobre a natureza da pesquisa, os questionários que seriam aplicados e as gravações que seriam realizadas com a família, deixando claro os eventuais riscos e desconfortos em participar a pesquisa e a possibilidade de retirar-se da mesma a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Em seguida era obtida a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Autorização de Imagem e Som.

Após a coleta das assinaturas, era aplicado uma parte dos questionários do projeto guarda-chuva, do qual esse estudo faz parte. Nesse momento inicial, tanto a mãe quanto o pai respondiam separadamente ao Inventário Sociodemográfico (ISD). Após a conclusão da primeira parte da coleta era realizado um intervalo de 15 minutos, onde era oferecido um lanche para a criança do estudo e os pais faziam uma pausa de descanso.

O segundo momento compreende a continuação da coleta de dados. Durante essa etapa do estudo era realizada a gravação das interações familiares e eram aplicados os demais questionários do projeto guarda-chuva, e nesse momento o pai e a mãe respondiam

separadamente ao questionário Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER). A duração média do procedimento de coleta foi de 2 horas por família.

Procedimento de Análise

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza descritivo - explicativa e correlacional. A abordagem quantitativa justifica-se pela necessidade de quantificar os dados obtidos e realizar análises estatísticas rigorosas, capazes de identificar padrões e relações entre as variáveis em estudo (Gil, 2019).

A análise dos dados foi realizada a partir de três instrumentos principais da pesquisa, previamente descritos e detalhados no tópico *7 Método*, no subitem *7.5 Instrumentos de Coleta*: o Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade – PATER (ANEXO G e ANEXO H), o *Taxonomy of Interactional Synchrony* – TIS (ANEXO I) e o Inventário Sociodemográfico – ISD (ANEXO F).

Para as análises do PATER, optou-se por considerar apenas um protocolo por família, a fim de preservar a unidade da díade parental. Dessa forma, foram obtidos 38 questionários válidos para os pais e 38 questionários válidos para as mães. Já nas análises dos dados observacionais obtidos por meio do TIS, assim como nas informações sociodemográficas do ISD, manteve-se a inclusão de todas as crianças participantes, contemplando também as famílias com dois filhos. Nesses casos, foram considerados dois protocolos por família, o que resultou em um total de 43 tríades com mãe, pai e criança.

Essa decisão metodológica possibilitou captar de maneira mais ampla e precisa a diversidade das interações familiares, respeitando as particularidades de cada contexto relacional.

No que tange ao tratamento estatístico, primeiramente foi verificada a confiabilidade

interna das subescalas do PATER, por meio do cálculo do alfa de Cronbach. Esse coeficiente mede a consistência entre os itens de uma escala, sendo que valores superiores a 0,70 são considerados satisfatórios em termos de confiabilidade, embora valores entre 0,60 e 0,70 possam ser aceitos em estudos de caráter exploratório (Cronbach, 1951; Hair et al., 2019).

Posteriormente, realizou-se a análise descritiva dos dados. Para os escores do PATER, foram obtidas medidas de tendência central e dispersão, como médias, variâncias e desvios-padrão, além das frequências percentuais. As frequências de respostas do PATER também foram expostas em gráficos de colunas, organizados por subescala, de modo a possibilitar a comparação das respostas entre mães e pais.

No caso dos dados observacionais da TIS, preliminarmente, realizou-se uma análise de concordância entre os avaliadores por meio do coeficiente Kappa não ponderado e do índice de Gwet (AC2) com ponderação ordinal, garantindo a confiabilidade das codificações das interações das díades parentais. Em seguida, calcularam-se as médias, variâncias e frequências de ocorrência dos níveis atribuídos às categorias. Esses resultados foram organizados em gráficos de colunas, que permitiram identificar a distribuição das observações por segundo, e em gráfico de linhas, utilizados para observar tendências de comportamento das tríades ao longo do tempo. Além disso, procedeu-se à análise descritiva dos dados sociodemográficos para caracterização da amostra.

A etapa seguinte consistiu na verificação da distribuição dos dados por meio do teste de Shapiro-Wilk, recomendado para amostras pequenas e médias, a fim de determinar a adequação do uso de testes paramétricos ou não paramétricos (Shapiro; Wilk, 1965). Nos casos em que a normalidade foi confirmada, procedeu-se inicialmente à ANOVA 2x2 de medidas repetidas, adequada para examinar efeitos de fatores intra e intersujeitos (Field, 2013). Quando constatadas diferenças estatisticamente significativas, foram realizados testes post hoc com

correção de Bonferroni, a fim de identificar contrastes específicos e controlar o erro tipo I, entendido como a probabilidade de rejeitar incorretamente a hipótese nula quando esta é verdadeira.

Em seguida, aplicou-se o teste t pareado, utilizado especificamente para comparar médias entre dois grupos dependentes, ou seja, quando as medidas provêm dos mesmos participantes em condições distintas (Field, 2013; Hair et al., 2019). No caso do presente estudo, o teste t foi aplicado aos escores do PATER em três níveis: (a) escore total, para verificar diferenças globais entre mães e pais; (b) subescalas de Envolvimento Paterno, Coparentalidade e Conjugalidade, permitindo observar diferenças mais específicas entre dimensões relacionais; e (c) item a item, a fim de identificar possíveis variações sutis entre as respostas parentais em cada questão do instrumento.

O uso do teste t pareado justifica-se, portanto, pela natureza dos dados, visto que ambos os grupos (mães e pais) avaliaram a mesma realidade relacional e suas respostas encontram-se emparelhadas, possibilitando uma análise precisa das discrepâncias em diferentes níveis de mensuração.

Com o intuito de explorar as relações entre medidas autorrelatadas e observacionais, procedeu-se à regressão linear, de forma a verificar em que medida os escores do PATER predizem os resultados médios e globais obtidos pela TIS. Essa técnica estatística possibilita avaliar a força e a direção da relação entre uma variável independente e uma dependente, fornecendo estimativas que permitem compreender se variações nos relatos de mães e pais sobre a relação interparental predizem de forma significativa padrões de interação captados em situação observacional (Field, 2013; Hair et al., 2019). A regressão múltipla constitui um procedimento adequado para a análise de contextos multifatoriais, nos quais diferentes variáveis independentes podem contribuir de forma diferenciada para a explicação da variável

dependente (Tabachnick; Fidell, 2019).

As análises correlacionais não paramétricas foram realizadas por meio do teste de Kruskal-Wallis, de modo a identificar previamente as associações mais relevantes entre variáveis sociodemográficas, subescalas do PATER e categorias da TIS. Essa etapa serviu como base para a construção de modelos de regressão múltipla.

A codificação dos dados observacionais foi realizada por meio do programa BORIS (Behavioral Observation Research Interactive Software, 2025) e o nível de concordância entre os codificadores foi avaliado utilizando o teste estatístico Kappa. As análises estatísticas foram conduzidas no software R (R Core Team, 2025).

Aspectos Éticos

Esta pesquisa conta com aprovação do Núcleo de Medicina tropical da Universidade Federal do Pará - NMT/UFPS, Número do Parecer: 6.546.944, tendo sido desenvolvida em concordância com os padrões éticos, respeitando a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e com o devido consentimento livre e esclarecido (TCLE) dos participantes.

Todos os protocolos éticos que envolvem os princípios fundamentais da proteção dos direitos, do bem-estar e da dignidade dos participantes foram rigorosamente seguidos. Isso inclui a devida apresentação de informações aos participantes, a garantia da natureza voluntária e anônima de sua participação, a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a estrita confidencialidade de todos os dados coletados e o reconhecimento de seu direito de desistência a qualquer momento durante o curso da pesquisa.

Além disso, durante o processo de coleta de dados, foram adotadas todas as precauções éticas para preservar o bem-estar dos participantes, visando minimizar repercussões emocionais e oferecendo suporte a qualquer momento, quando necessário.

Resultados

Participantes

A amostra dessa pesquisa é formada por famílias ribeirinhas biparentais, com filhos entre 3 e 5 anos de idade. Participaram deste estudo um total de 38 famílias, incluindo 5 famílias que participaram com dois filhos cada. Dessa forma, foram coletados os dados de 38 mães, com idade entre 17 e 43 anos ($M = 29.05$; $DP = 6.68$), 38 pais, com idade entre 21 e 48 anos ($M = 32.03$; $DP = 6.72$), e 43 crianças, cuja média de idade foi de 3,6 anos ($DP = 0.72$), sendo 20 meninas e 23 meninos.

Entre as famílias participantes, 2 casais relataram estar separados, 29 viviam em união estável e 7 eram casados. Quanto à distribuição geográfica, 24 famílias residem na Ilha do Combú, 10 na Ilha do Murutucum e 4 na Ilha do Maracujá, conforme ilustrado na Figura 15.

Figura 15.

Distribuição das famílias participantes da pesquisa por ilha



Nota. Elaborado pela autora no GoogleMaps e editado no Canva.

O Inventário Sociodemográfico (ISD), utilizado para caracterizar as famílias participantes, contemplou variáveis referentes à escolaridade parental, religião, composição familiar e condições de moradia, infraestrutura e saneamento, renda mensal, práticas de cultivo

e participação no programa Bolsa Família. Os resultados das análises descritivas a seguir apresentam a distribuição dessas características na amostra investigada.

Escolaridade

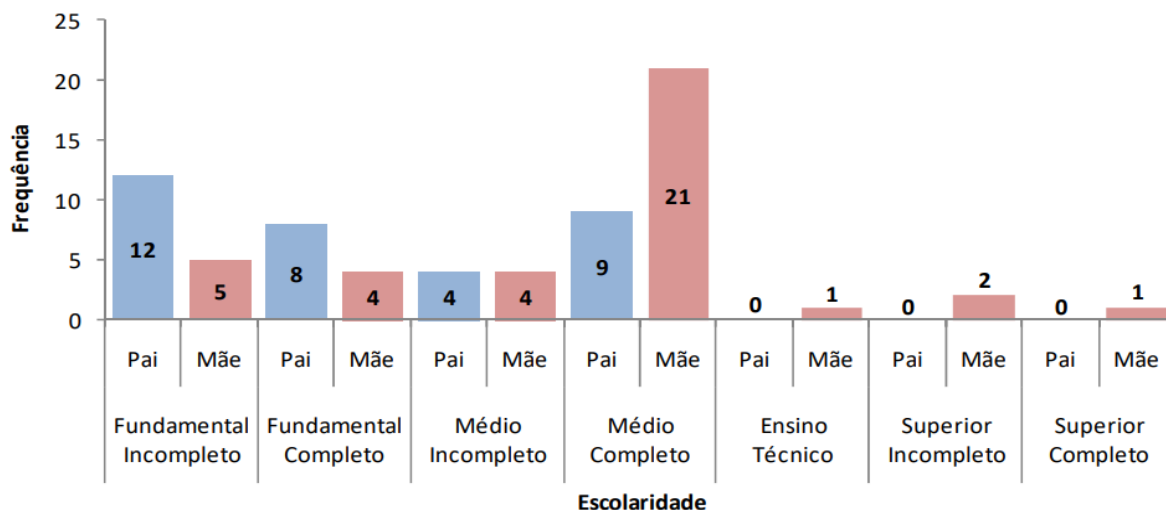
A análise sobre os dados de escolaridade dos participantes da pesquisa revelou que há diferenças significativas entre os níveis de escolaridade entre mães e pais. Entre as 38 mães, 55,3% (n=21) possuem ensino médio completo, indicando que mais da metade alcançou esse nível de escolarização, 13,2% (n=5) possuem ensino fundamental incompleto, 10,5% (n=4) possuem ensino fundamental completo e 10,5% (n= 4) possuem ensino médio incompleto.

A escolaridade superior ainda é pouco representativa entre as mães, onde 5,3% (n=2) possuem ensino superior incompleto, 2,6% (n=1) possuem ensino superior completo e 2,6% (n=1) possuem ensino técnico. Esses dados sugerem que, embora haja concentração no ensino médio completo, o acesso à educação superior ainda é bastante limitado nesse grupo.

Entre os pais participantes, observa-se uma distribuição mais dispersa entre os níveis de escolaridade fundamental e médio. Dessa amostra, 31,6% (n=12) dos pais afirmaram que possuem ensino fundamental incompleto, 23,7% (n=9) possuem ensino médio completo e 21,1% (n= 8) possuem ensino fundamental completo. O ensino médio incompleto foi relatado por 10,5% (n = 4). Nenhum pai relatou ter ensino superior incompleto ou completo e ensino técnico. E 13,15% (n = 5) dos pais não responderam à pergunta sobre escolaridade.

Figura 16.

Frequência dos Níveis de Escolaridade das mães e dos pais participantes da pesquisa.



A comparação entre os dois grupos mostra que as mães, em geral, apresentam um nível educacional mais elevado que os pais. O ensino médio completo, por exemplo, é mais do que o dobro entre as mães (55,3%; n = 21) em comparação aos pais (24,3%; n = 9). Além disso, somente as mães relataram ter concluído o ensino superior ou técnico.

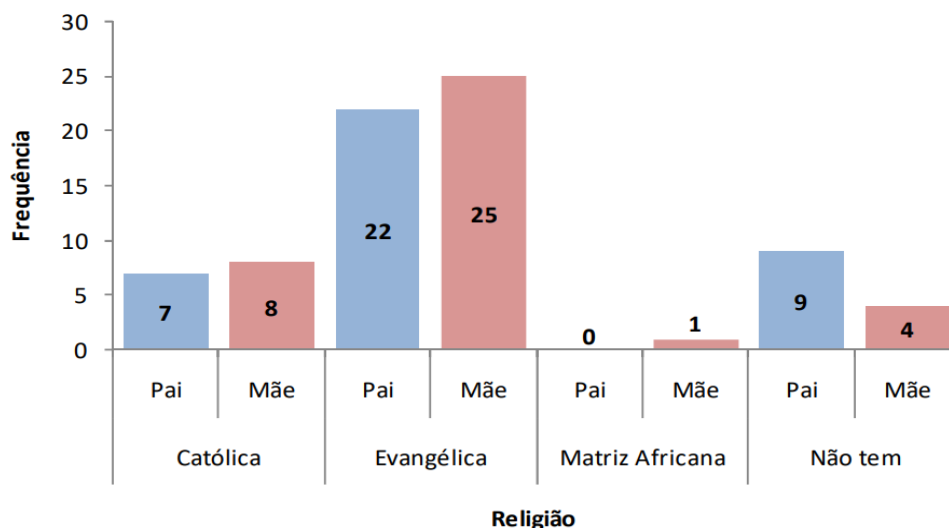
Religião

A maioria dos participantes se identifica com a religião evangélica. Quanto o perfil religioso das mães, 65,8% (n=25) responderam ser da religião evangélica, seguida pela católica em 21,1% (n=8), sem religião em 10,5% (n=4) e, em menor proporção, de religiões de matriz africana em 2,6% (n= 1).

Entre os pais, a predominância da religião evangélica se apresenta em 57,9% (n=22), seguida por indivíduos sem religião em 23,7% (n=9) e católicos em 18,4% (n=7). Diferentemente do perfil observado entre as mães, os pais apresentaram uma proporção mais elevada de ausência de religião.

Figura 17.

Frequência da identificação religiosa das mães e dos pais participantes da pesquisa.



Nas comunidades ribeirinhas investigadas, a religião evangélica se destacou como a mais presente entre os participantes, especialmente entre as mães, ultrapassando a religião católica e outras tradições religiosas.

Composição Familiar e Moradia

Em relação a composição familiar, a maior parte da amostra é do tipo nuclear (78,94%; n= 30), composta por mãe, pai e filhos, enquanto apenas 21,05% (n=8) são do tipo estendida, caracterizadas pela presença de outros parentes consanguíneos ou afins no domicílio, como avós, tios ou primos, que compartilham responsabilidades domésticas e cuidados com os membros do núcleo familiar. Quanto à permanência na comunidade, 89% das mães (n=34) e dos pais (n=34) demonstraram a intenção de continuar residindo no local.

No que se refere à situação habitacional, 84,2% (n=32) das famílias residem em moradia própria. Outras três famílias (7,9%) vivem em moradias cedidas e três (7,9%) em unidades habitacionais com outra forma de posse ou uso. Sobre o tipo de construção, 84,2% (n=32) das casas é de madeira, apenas 7,9% (n=3) é de alvenaria, e 5,3% (n=2) é de construção

mista, madeira e alvenaria. A maioria das casas possuem entre 3 e quatro cômodos (68,4%, n=26), sendo estes sala, quarto, cozinha e banheiro.

Em relação aos itens domésticos, todas as residências possuem fogão e cama. A presença de geladeira e máquina de lavar roupa foi registrada em 86,8% dos domicílios (n=33), enquanto televisão está presente em 91,1% (n=35), ventilador em 89,5% (n=34) e rede em 86,8% (n=33). Quanto ao uso do terreno para cultivo, 97,3% das famílias (n=37) cultivam açaí. Dentre essas, 81% (n=30) também produzem outros frutos, como andiroba e cacau, caracterizando práticas de agricultura de subsistência diversificada.

Infraestrutura Local e Acesso a Saneamento

Nas ilhas onde vivem as famílias ribeirinhas participantes da pesquisa, não existe infraestrutura pública para distribuição de água tratada. Diante disso, as famílias precisam recorrer a alternativas locais, como poços (34,2%; n = 13), e, com frequência preocupante, ao uso direto da água do rio (42,10%; n = 16), seja de forma exclusiva ou combinada com outras fontes como a água de poço. Embora essas estratégias sejam compreensíveis frente à falta de opções, a água do rio pode estar contaminada e seu consumo oferece riscos sérios à saúde, especialmente em comunidades onde o tratamento da água nem sempre é garantido.

Quanto ao tratamento da água, 63,2% das famílias (n = 24) afirmaram tratar a água antes do consumo, enquanto 34,2% (n = 13) afirmaram consumir água sem qualquer tipo de tratamento, o que agrava ainda mais o risco de doenças relacionadas à qualidade da água.

Em relação à coleta de lixo, 44,7% das famílias (n = 17) contam com coleta pública, mas muitas ainda precisam queimar seus resíduos (31,6%; n = 12) ou combinar coleta com queima (21,1%; n = 8). Segundo relatos das próprias famílias, a queima de lixo ocorre

principalmente pela demora na coleta e pela dificuldade de acesso do barco coletor durante os períodos de vazante do rio, o que afeta especialmente as comunidades mais isoladas.

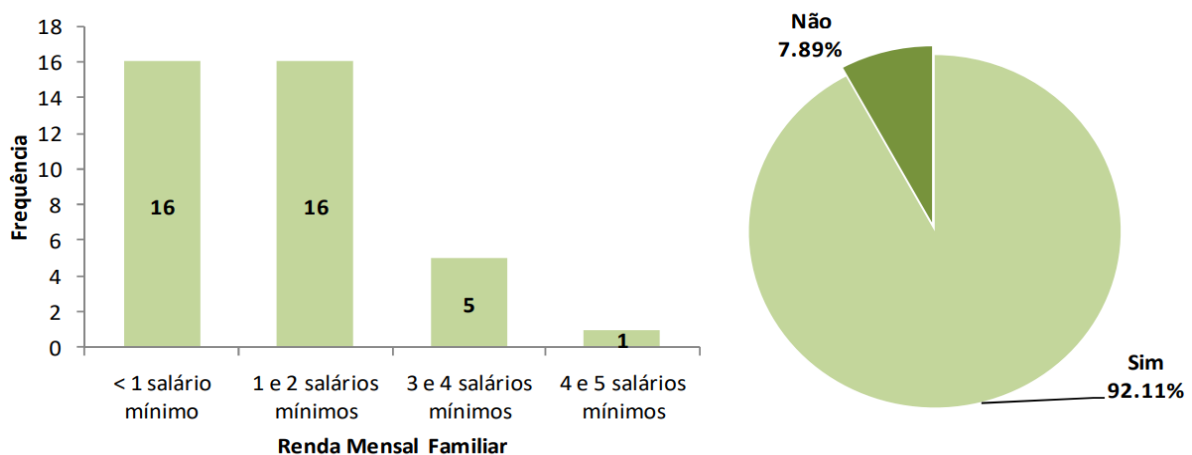
Sobre o acesso a esgoto sanitário, 47,4% (n = 18) das casas possuem fossa séptica, mas 15,8% (n = 6) despejam os dejetos diretamente no rio, o que aumenta mais ainda o risco de consumo da água do rio. Quanto ao acesso à energia elétrica, 44,7% (n = 17) das casas possuem relógio próprio, enquanto 39,5% (n = 15) dependem de relógios comunitários. Ainda há 10,5% (n = 4) com ligações improvisadas e 5,3% (n = 2) que não informaram como acessam a energia.

Renda

A análise da renda mensal familiar dos participantes evidencia um perfil predominantemente de baixa renda, com maior concentração nas faixas de até dois salários mínimos.

Figura 18.

Frequência da Renda Mensal Familiar e Percentual de Recebimento de Bolsa Família.



Das 38 famílias, 42% (n=16) possuem renda familiar inferior a 1 salário-mínimo e outros 42% (n=16) apresentam renda entre 1 e 2 salários-mínimos, representando a maioria dos

casos. Nas faixas seguintes, a participação reduz-se significativamente, em que 13,5% (n=5) das famílias relataram rendimento entre três e quatro salários-mínimos e apenas 2,6% (n=1) relatou renda entre quatro e cinco salários mínimos.

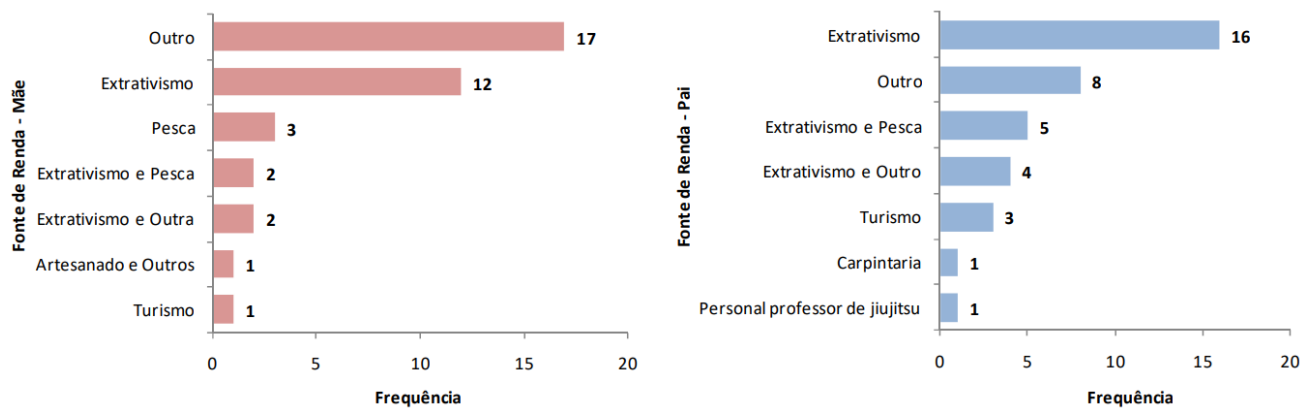
Esse panorama socioeconômico encontra correspondência no elevado percentual de famílias que recebem benefícios governamentais. Conforme os dados apresentados, 92,11% (n= 35) dos participantes afirmaram ser beneficiários do Bolsa Família, enquanto apenas 7,89% (n= 3) não recebem nenhum auxílio.

Fonte de Renda

A análise das fontes de renda revelou distinções importantes entre mães e pais das famílias ribeirinhas.

Figura 19.

Frequência da Fonte de Renda das mães e dos pais participantes da pesquisa.



Observa-se que, entre os pais, 42,1% (n=16) relataram o extrativismo como a principal fonte de renda, reforçando a centralidade dessa prática como estratégia tradicional de subsistência e de inserção no mercado. Em contrapartida, entre as mães, embora o extrativismo também apresente relevância com 31,6% (n=12) das mães relatando essa ser a principal fonte

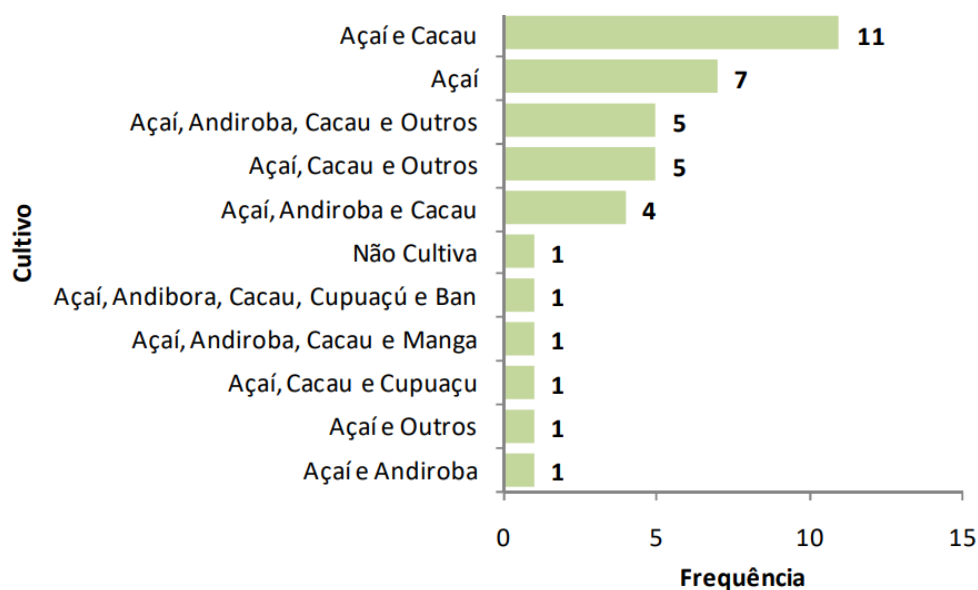
de renda, a categoria “outro” ocupa posição de destaque com 44,7% (n=17) das mães relatando ocupação diversa como fonte de renda, indicando que as mulheres se vinculam majoritariamente a ocupações diversificadas e não enquadradas nas categorias convencionais.

Cultivo

A agricultura de subsistência aparece como um elemento central na vida das famílias ribeirinhas, com 97,36% (n=37) dos participantes cultivando açaí para venda e consumo próprio, e, em sua maioria, complementando com outras frutas como cacau (73,6%, n=28) e andiroba (31,5%, n=12). Essas práticas mostram não apenas uma forma de sustento, mas também a manutenção de saberes tradicionais no uso da terra.

Figura 20.

Frequência do Cultivo no terreno dos participantes da pesquisa.



Observa-se a presença de diversificação agrícola em diferentes combinações, como açaí, andiroba e cacau, bem como arranjos envolvendo cupuaçu (5,2%, n=2), banana (3,8%, n=1), manga 3,8%, n=1) e outros (28,9%, n= 11), ainda que em menor frequência.

Percepção da Relação Interparental

Para avaliar os aspectos relacionais da coparentalidade, bem como as influências das dinâmicas familiares da conjugalidade e do envolvimento paterno sobre o subsistema coparental, foi utilizado a adaptação do Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER).

A consistência interna dos itens do PATER foi avaliada por meio do coeficiente alfa de Cronbach. Esse procedimento permitiu verificar o grau de homogeneidade entre os itens que compõem as subescalas de coparentalidade, conjugalidade e envolvimento paterno, assegurando a confiabilidade das medidas utilizadas. Essa etapa é essencial para assegurar que os resultados reflitam de maneira fidedigna os conceitos propostos pelo instrumento.

Inicialmente, o alfa foi calculado considerando todos os itens, o que permitiu identificar a necessidade de excluir dois itens do questionário (itens 6 e 7) e a inversão da direção de 4 itens (11, 12, 14 e 23) com base nas correlações item-total, indicando que suas respostas seguiam uma direção contrária à dos demais itens.

O item 7 (“Você ajuda a criança nas tarefas escolares?”, versão paterna; “O pai ajuda a criança nas tarefas escolares?”, versão materna) foi excluído devido ao fato de a maioria das crianças participantes ainda não frequentar a escola formal, o que gerou uma predominância de dados faltantes e poderia comprometer a validade das respostas. Também foi excluído o item 6 (“Você se envolve no cuidado físico e nas necessidades básicas da criança, como alimentação e higiene?”, versão paterna; “O pai se envolve no cuidado físico e nas necessidades básicas da criança, como alimentação e higiene?”, versão materna), uma vez que apresentou correlação negativa com o primeiro componente principal (dimensão central que sintetiza o padrão comum dos demais itens), além de indicativos de baixa consistência em relação ao

conjunto dos itens. Assim, a exclusão de ambos os itens, nas versões paterna e materna, visou assegurar maior validade e coerência às medidas obtidas.

Tanto na versão paterna como na materna, os itens 11, 12, 14 e 23 apresentaram correlação inversa com o total da escala e foram recodificados. Por isso, foram decodificados para alinhar semanticamente com o restante da escala, ou seja, para que os valores mais altos correspondessem, de maneira consistente, a percepções mais positivas no contexto das dimensões avaliadas.

Após os ajustes realizados, o coeficiente alfa de Cronbach obtido para o PATER Geral foi de 0,90 para os pais e 0,92 para as mães, indicando excelente consistência interna em ambas as versões. As versões padronizadas apresentaram valores semelhantes, reforçando a robustez e confiabilidade do instrumento. Seguem abaixo as análises descritivas das subescalas e os valores do α de Cronbach.

Tabela 5.

Estatísticas descritivas e consistência interna do questionário PATER.

Questionário	Nº Itens	Média (DP)		α de Cronbach	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe
PATER Geral	21	4.36 (1.00)	4.35 (1.10)	0.90	0.92
Subescala					
Envolvimento Paterno	5	4.43 (0.90)	4.20 (1.24)	0.65	0.74
Coparentalidade	7	4.37 (0.95)	4.57 (0.86)	0.82	0.72
Conjugalidade	9	4.31 (1.07)	4.27 (1.16)	0.88	0.93

As análises por subescala demonstraram variações na consistência interna. Na subescala de Envolvimento Paterno (EP), composta por 5 itens (após exclusão dos itens 6 e 7 devido à baixa consistência), o coeficiente alfa foi de 0,65 para os pais e 0,74 para as mães, indicando consistência interna satisfatória para as mães e limítrofe para os pais. A subescala de Coparentalidade (COP), composta por 7 itens, apresentou $\alpha = 0,82$ para os pais e $\alpha = 0,72$

para as mães, sugerindo boa consistência interna em ambas as versões. Já a subescala de Conjugalidade (CONJ), composta por 9 itens, apresentou os melhores resultados entre as subescalas, com $\alpha = 0,88$ para os pais e $\alpha = 0,93$ para as mães, ambos considerados altos.

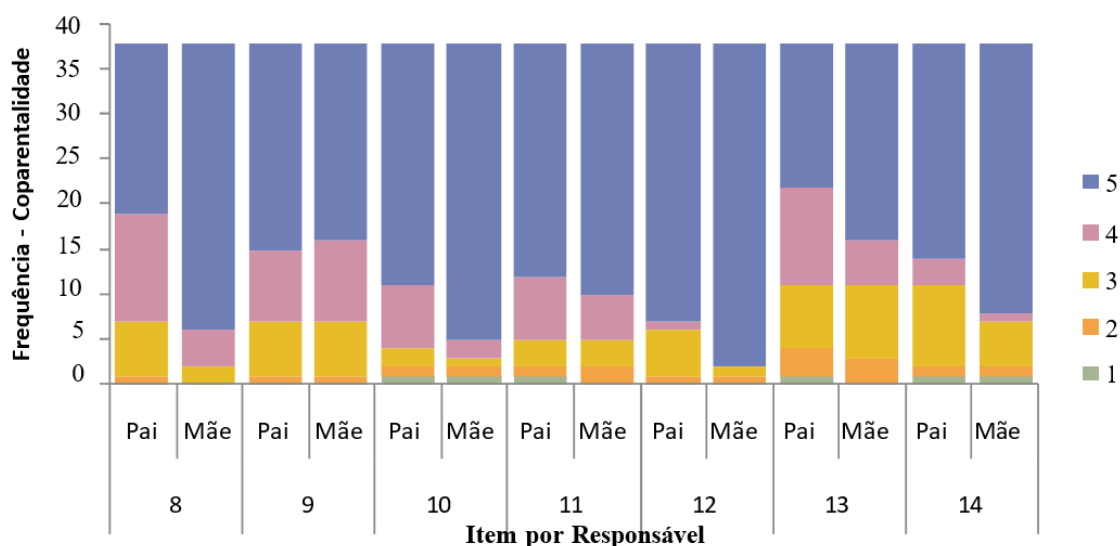
Em relação às estatísticas descritivas gerais, o escore médio do PATER Geral foi de 4,36 (DP = 1,00) para os pais e 4,35 (DP = 1,10) para as mães. Na subescala de Envolvimento Paterno, as médias foram de 4,43 (DP = 0,90) para os pais e 4,20 (DP = 1,24) para as mães. Na subescala de Coparentalidade, os escores médios foram de 4,37 (DP = 0,95) entre os pais e 4,57 (DP = 0,86) entre as mães. Por fim, na dimensão da Conjugalidade, os pais apresentaram média de 4,31 (DP = 1,07), e as mães, 4,27 (DP = 1,16).

Coparentalidade – COP

Os dados da subescala Coparentalidade indicam padrões consistentes entre os itens, com alta convergência em percepções positivas tanto nos itens que tratam da relação conjunta quanto naqueles que avaliam individualmente o comportamento do(a) parceiro(a). Em todos os itens, as frequências foram distribuídas em cinco níveis de resposta, conforme a escala Likert empregada: 1 = Nunca, 2 = Raramente, 3 = Às vezes, 4 = Quase sempre, e 5 = Sempre, conforme abaixo.

Figura 21.

Distribuição das frequências por nível de resposta nos itens da subescala Coparentalidade.



Nos itens que abordam a dinâmica relacional entre os cuidadores, ou seja, comportamentos que indicam apoio e alinhamento mútuo, observa-se uma predominância marcante do nível 5 (Sempre) tanto na percepção dos pais quanto das mães. No Item 8 (“Vocês conversam sobre os problemas referentes à criação da criança”), 19 pais e 31 mães marcaram o nível 5. As médias de resposta foram de 4,78 (DP = 0,53) para as mães e 4,29 (DP = 0,84) para os pais, evidenciando uma percepção elevada de diálogo entre os cuidadores. Já no Item 9 (“Vocês concordam sobre a forma de criar a criança”), 23 pais e 22 mães marcaram o nível 5. As médias 4,37 (DP = 0,85) para as mães e 4,39 (DP = 0,86) para os pais indicam que ambos os responsáveis reconhecem um alto grau de consenso nas práticas parentais. Esses resultados sugerem que os cuidadores se percebem como parceiros atuantes e colaborativos na tomada de decisões, o que fortalece a base da coparentalidade.

Já os itens que avaliam a percepção de um cuidador sobre o comportamento do outro parceiro (Itens 10 a 14) também revelam um cenário amplamente positivo. O Item 10 (“Seu parceiro fala bem de você para o filho”) teve 27 respostas paternas e 32 maternas no nível 5 (Sempre). As médias de resposta foram de 4,70 (DP = 0,88) entre as mães e 4,53 (DP = 0,92) entre os pais, reforçando a valorização percebida entre os cuidadores. No Item 13 (“Seu

parceiro concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o filho”), 16 pais e 22 mães também escolheram o ponto máximo da escala. As médias, 4,21 (DP = 1,04) para as mães e 4,00 (DP = 1,09) para os pais, apontam para uma percepção consistente de apoio mútuo nas práticas disciplinares. Esses dados indicam que os participantes se sentem valorizados e respaldados pelo(a) parceiro(a) em suas práticas parentais.

Nos itens que avaliam comportamentos negativos, é importante destacar que o nível 5 (“Sempre”) corresponde à ocorrência constante do comportamento positivo oposto ao descrito na pergunta, ou seja, indica a ausência do comportamento negativo. Assim, a predominância no nível 5 reforça a percepção positiva da coparentalidade. No Item 11 (“Seu parceiro te critica ou fala mal de você para o filho”), 26 pais e 28 mães marcaram o nível 5. As médias foram de 4,55 (DP = 0,86) para as mães e 4,47 (DP = 0,95) para os pais, sinalizando baixa percepção de críticas ou comentários depreciativos diante da criança. No Item 12 (“Quando discutem, seu parceiro tenta influenciar o filho para tomar partido dele”), 31 pais e 36 mães também indicaram o nível 5. As médias 4,87 (DP = 0,58) para as mães e 4,63 (DP = 0,82) para os pais reforçam a percepção de que o parceiro evita envolver a criança em conflitos.

O mesmo ocorre no Item 14 (“Seu parceiro tira a sua autoridade na frente do filho”), no qual 24 pais e 30 mães marcaram o nível 5. As médias de 4,53 (DP = 1,01) para as mães e 4,26 (DP = 1,08) para os pais indicam que, em geral, o parceiro respeita a autoridade parental diante da criança. Esses resultados apontam para uma baixa ocorrência de desqualificação, triangulação ou desrespeito à autoridade, contribuindo para um ambiente coparental mais respeitoso e equilibrado.

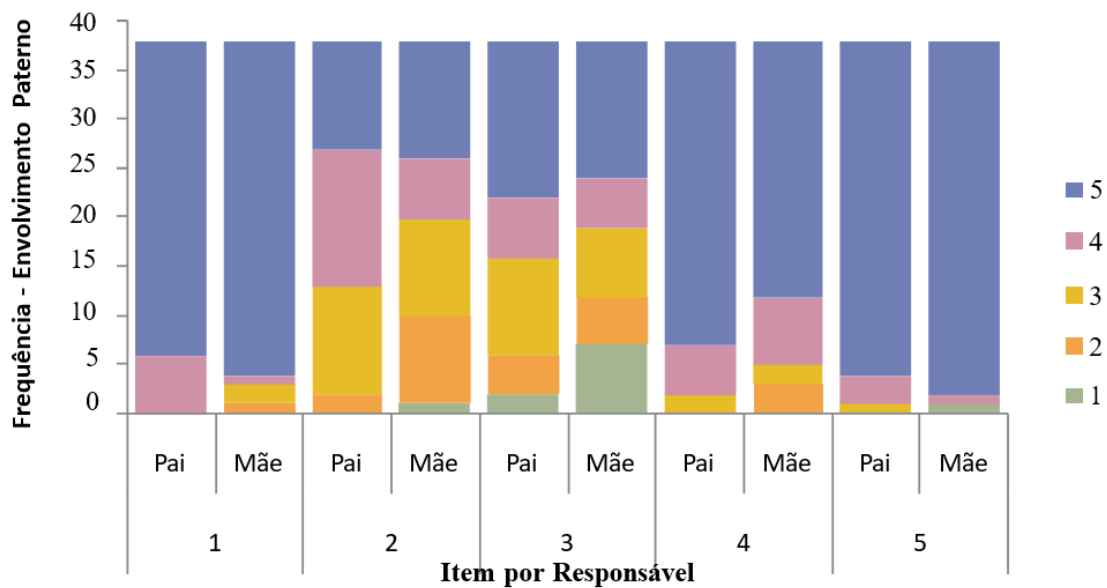
Envolvimento Paterno – EP

A análise da subescala Envolvimento Paterno, composta por cinco itens avaliativos,

revela um padrão de respostas que sugere percepções semelhantes entre mães e pais quanto ao grau de envolvimento do pai nas rotinas domésticas e no cuidado com os filhos.

Figura 22.

Distribuição das frequências por nível de resposta nos itens da subescala Envolvimento Paterno.



No Item 1 (“Ajuda nas despesas da casa e com a criança”), tanto mães quanto pais atribuíram predominantemente o nível 5 (Sempre), com 32 mães e 34 pais selecionando essa opção. As médias de resposta reforçam essa tendência, sendo 4,79 (DP = 0,66) entre as mães e 4,84 (DP = 0,37) entre os pais, o que indica uma forte percepção compartilhada de participação paterna no sustento financeiro e no cuidado cotidiano com a criança.

Padrão semelhante foi observado no Item 4 (“Ajuda a cuidar da criança quando necessário”), no qual também houve maior concentração de respostas no nível 5, com 31 pais e 26 mães indicando que o pai está frequentemente disponível para oferecer suporte prático quando necessário. As médias de 4,47 (DP = 0,92) entre as mães e 4,76 (DP = 0,54) entre os

pais reforçam essa convergência de percepções, destacando a presença paterna em situações de cuidado emergente ou cotidiano.

A consistência desse padrão é ainda mais evidente no Item 5 (“Cuida bem da criança”), que apresentou as maiores frequências absolutas no ponto máximo da escala: 36 mães e 34 pais marcaram o nível 5 (Sempre). As médias, praticamente idênticas, de 4,87 (DP = 0,66) para as mães e 4,87 (DP = 0,41) para os pais, sugerem um alto grau de consenso quanto à qualidade do cuidado paterno, destacando essa dimensão como um dos aspectos mais positivamente avaliados do envolvimento paterno.

No Item 2 (“Ajuda nas tarefas domésticas”), observou-se uma maior dispersão nas respostas atribuídas pelas mães, com 10 respostas no nível 3 (Às vezes) e 12 no nível 5, enquanto os pais tendem a se autoperceber mais consistentemente nos níveis 3, 4 (Quase sempre) e 5, com 11, 14 e 11 respostas, respectivamente. As médias de resposta foram de 3,50 (DP = 1,25) entre as mães e 3,89 (DP = 0,89) entre os pais, sugerindo uma discrepância na percepção quanto à participação paterna nas tarefas domésticas.

No Item 3 (“Leva a criança a locais necessários”), observa-se uma predominância do nível 5 (Sempre), com 16 respostas entre os pais e 14 entre as mães. Em seguida, destaca-se o nível 3 (Às vezes), com 10 respostas paternas e 7 maternas. As médias, 3,37 (DP = 1,55) para as mães e 3,79 (DP = 1,26) para os pais, indicam que a maioria dos responsáveis reconhece uma atuação frequente do pai nesse aspecto do cuidado, embora uma parcela relevante dos participantes perceba esse comportamento como menos consistente.

Conjugalidade – CONJ

De modo geral, os dados apontam para avaliações majoritariamente positivas, com algumas divergências pontuais na percepção entre mães e pais.

Nos itens 16 (“Expressam amor e afeição por você”), 17 (“Te encoraja a fazer coisas que são importantes para você”), 18 (“Se sente próximo do parceiro(a)?”), 19 (“Se sentir capaz de relaxar e ser você mesmo com seu parceiro”), 20 (“Sentir que o parceiro estará sempre ao seu lado”) e 21 (“Sentir que o parceiro entende seus sofrimentos e alegrias”), observou-se uma predominância clara de respostas no nível 5 (“Sempre”), tanto entre os pais quanto entre as mães. Esses itens investigam aspectos positivos da convivência conjugal, como afeto, apoio emocional, parceria e escuta mútua, sendo considerados indicativos de uma relação saudável. Mais especificamente, as frequências mais altas de respostas no nível máximo foram de 28, 31, 32, 32, 24 e 16 entre os pais, e de 25, 27, 25, 27, 28 e 20 entre as mães, respectivamente.

As médias reforçam esse padrão positivo: Item 16 — mães 4,32 (DP = 1,20), pais 4,58 (DP = 0,83); Item 17 — mães 4,41 (DP = 1,19), pais 4,66 (DP = 0,88); Item 18 — mães 4,41 (DP = 1,04), pais 4,82 (DP = 0,46); Item 19 — mães 4,41 (DP = 1,19), pais 4,71 (DP = 0,77); Item 20 — mães 4,43 (DP = 1,14), pais 4,32 (DP = 1,09); Item 21 — mães 4,14 (DP = 1,16), pais 3,95 (DP = 1,14). No conjunto, os resultados sugerem uma percepção amplamente positiva da relação conjugal, marcada por compreensão, proximidade e confiança mútua, ainda que pequenas diferenças entre mães e pais possam ser observadas em alguns itens.

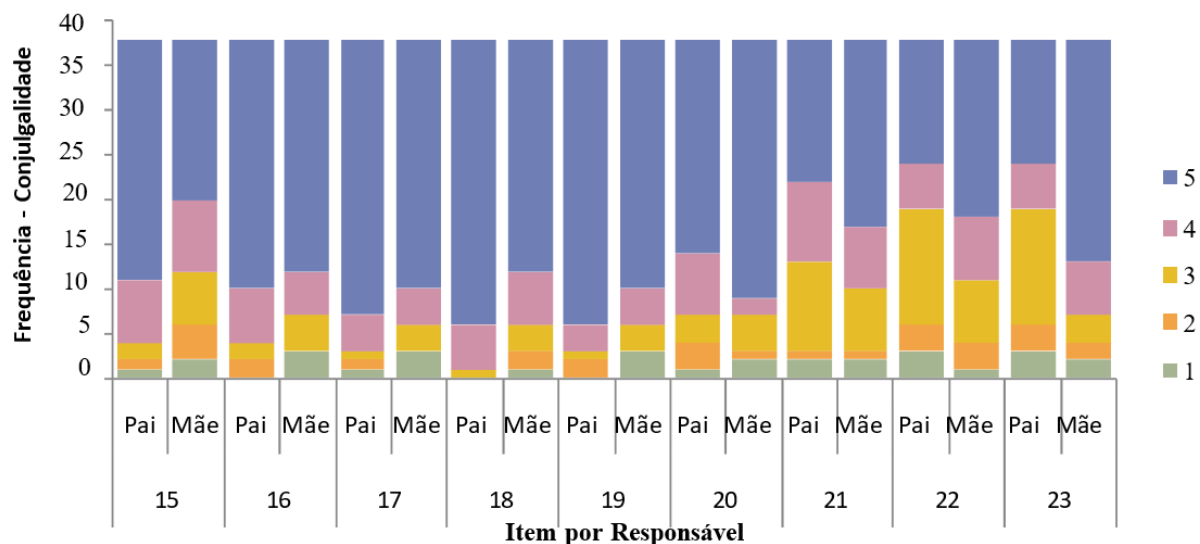
O Item 15 (“Disponibilidade para conversar quando necessário”) também demonstrou uma tendência positiva. No nível 5, 27 pais e 17 mães marcaram essa opção, seguidos pelos níveis 4 (7 pais e 8 mães). As médias reforçam essa percepção: 3,92 (DP = 1,26) para as mães e 4,53 (DP = 0,92) para os pais, indicando comunicação geralmente acessível e aberta, ainda que as mães apresentem respostas mais distribuídas, sugerindo variações na experiência dessa disponibilidade.

O Item 22 (“Justo e disposto para negociar em situações de conflito”) apresentou uma maior dispersão de respostas. Entre os pais, 14 indicaram o nível 5, 5 o nível 4 e 13 o nível 3.

Já entre as mães, 19 marcaram o nível 5 e 7 os níveis 4 e 3. As médias foram de 4,08 (DP = 1,14) para as mães e 3,63 (DP = 1,28) para os pais, sugerindo que, embora o nível mais alto concentre a maioria das respostas, especialmente entre as mães, a negociação em situações de conflito é percebida de forma menos consistente pelos pais. Essa diferença pode indicar assimetrias na percepção da equidade e da disposição para o diálogo, refletindo possíveis tensões nesse aspecto da convivência conjugal.

Figura 23.

Distribuição das frequências por nível de resposta nos itens da subescala Conjugalidade.



No Item 23 (“Insulta ou critica você e suas ideias”), a predominância do nível 5 (Sempre) indica que o parceiro sempre evita insultos ou críticas depreciativas, ou seja, esses comportamentos negativos são percebidos como pouco frequentes, especialmente pelas mães (25 respostas no nível máximo). Para os pais, observaram-se 14 respostas no nível 5, mas também 13 no nível 3, sugerindo maior variabilidade nas experiências individuais. As médias foram de 4,11 (DP = 1,29) para as mães e 3,63 (DP = 1,28) para os pais, reforçando, de modo geral, uma avaliação positiva do relacionamento conjugal nesse aspecto.

Teste de Normalidade

Para verificar a adequação da distribuição das respostas fornecidas pelos pais e pelas mães, foi realizado o teste de normalidade de Shapiro-Wilk. O resultado obtido ($W = 0,97$; $p = 0,27$) indicou que não houve evidência estatística para rejeitar a hipótese nula de normalidade, uma vez que o valor de p foi superior ao nível de significância convencional ($\alpha = 0,05$). Dessa forma, considera-se que as diferenças apresentaram distribuição aproximadamente normal, o que permite prosseguir com o teste t pareado para comparar as médias de forma apropriada e robusta.

ANOVA 2x2 de medidas repetidas e post hoc

Para analisar possíveis diferenças nas pontuações do Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER) entre mães e pais, bem como entre as subescalas avaliadas, foi conduzida uma análise de variância fatorial 2×2 de medidas repetidas, considerando como fatores as subescalas (Envolvimento Paterno, Coparentalidade e Conjugalidade) e o responsável (mãe ou pai).

Tabela 6.

Resultados da ANOVA 2x2 de medidas repetidas do questionário PATER.

Teste	Efeito	df	F	p-valor
Teste 1	Subescala	63.98	2.97+	0.066+
Teste 2	Responsável	37	0.30	0.587
Teste 3	Subescala x Responsável	73.42	4.02*	0.022*

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Os resultados da ANOVA indicam que o efeito principal da subescala apresentou tendência à significância ($F = 2,97$; $p = 0,06$), sugerindo diferenças nas pontuações médias

entre as dimensões avaliadas, indicando tendência à significância estatística. O efeito principal do responsável (mãe ou pai) não foi significativo ($F = 0,30$; $p = 0,58$), indicando que, de forma geral, mães e pais relataram médias semelhantes nas subescalas. Entretanto, a interação entre subescala e responsável foi significativa ($F = 4,02$; $p = 0,02$), o que significa que as diferenças entre as subescalas dependem do respondente: em algumas dimensões, mães podem apresentar médias ligeiramente mais altas ou mais baixas que os pais, evidenciando variações na percepção de acordo com o gênero do responsável.

Análises post hoc com ajuste de Tukey para comparações múltiplas foram realizadas com o objetivo de detalhar as possíveis diferenças entre as combinações avaliadas no questionário PATER, conforme podemos observar na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7.

Comparações pós-hoc (ajuste de Tukey) referentes às respostas parentais ao questionário PATER.

Contrast	Estimate	SE	df	t.ratio	p-value
EP MÃE - COP MÃE	-0.3689	0.095	37	-3.871	0.0053**
EP MÃE - CONJ MÃE	0.0333	0.155	37	0.215	0.9999
EP MÃE - EP PAI	-0.2316	0.124	37	-1.873	0.4338
EP MÃE - COP PAI	-0.1684	0.130	37	-1.294	0.7865
EP MÃE - CONJ PAI	-0.1129	0.115	37	-0.979	0.9218
COP MÃE - CONJ MÃE	0.4023	0.165	37	2.438	0.1698
COP MÃE - EP PAI	0.1373	0.119	37	1.155	0.8547
COP MÃE - COP PAI	0.2005	0.129	37	1.560	0.6292
COP MÃE - CONJ PAI	0.2561	0.125	37	2.054	0.3328
CONJ MÃE - EP PAI	-0.2649	0.203	37	-1.303	0.7813
CONJ MÃE - COP PAI	-0.2018	0.191	37	-1.054	0.8962
CONJ MÃE - CONJ PAI	-0.1462	0.171	37	-0.855	0.9546

EP PAI - COP PAI	0.0632	0.123	37	0.512	0.9954
EP PAI - CONJ PAI	0.1187	0.120	37	0.987	0.9193
COP PAI - CONJ PAI	0.0556	0.064	37	0.875	0.9501

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Entre as mães, observou-se que as pontuações atribuídas ao Envolvimento Paterno (EP) foram significativamente maiores do que as de Coparentalidade (COP) ($p = 0.005$). Isso sugere que, na percepção materna, os pais estão mais presentes com os filhos do que colaborativos na parentalidade. Por outro lado, não foram encontradas diferenças significativas entre EP e Conjugalidade (CONJ) ($p = 0.99$), nem entre COP e CONJ ($p = 0.16$).

Nas comparações entre mães e pais não foram identificadas diferenças significativas em nenhuma das combinações: EP Mãe vs. EP Pai ($p = 0.43$), COP Mãe vs. COP Pai ($p = 0.62$), CONJ Mãe vs. CONJ Pai ($p = 0.95$), bem como nas comparações cruzadas (todas com $p > 0.3$). Isso indica que as avaliações maternas e paternas apresentaram padrões semelhantes em relação às três dimensões.

No grupo paterno, também não foram observadas diferenças significativas entre as subescalas: EP e COP ($p = 0.99$), EP e CONJ ($p = 0.91$), nem COP e CONJ ($p = 0.95$). Ou seja, os pais avaliaram de forma equilibrada o próprio envolvimento, a cooperação parental e os aspectos conjugais.

Em síntese, a única diferença estatisticamente significante ocorreu no grupo materno, no qual o Envolvimento Paterno foi percebido como mais positivo do que a Coparentalidade. Já entre os pais, bem como nas comparações diretas entre mães e pais, não se verificaram diferenças significativas, sugerindo avaliações próximas entre os grupos quanto ao Envolvimento, Coparentalidade e Conjugalidade.

É importante salientar que, após a aplicação e análise post hoc, podem emergir

divergências nos resultados das comparações entre subescalas. Tais diferenças decorrem das particularidades dos métodos estatísticos empregados, uma vez que cada procedimento utiliza critérios próprios de estimação e ajuste.

Enquanto alguns testes consideram médias corrigidas pelo erro padrão e aplicam ajustes para múltiplas comparações (como Bonferroni ou Tukey), outros priorizam contrastes específicos entre grupos ou assumem pressupostos distintos sobre homogeneidade de variâncias. Assim, variações nos valores de significância e nos padrões de associação observados refletem não apenas as diferenças reais entre as subescalas, mas também a lógica matemática e os parâmetros subjacentes a cada técnica.

Teste t- pareado

Com base nos resultados do teste de normalidade aplicado às diferenças das médias entre as respostas de mães e pais, que indicaram distribuição normal ($p > 0,05$), optou-se pela utilização do teste t pareado para as análises subsequentes. Assim, os escores obtidos nos questionários PATER para as mães e para os pais foram comparados de maneira detalhada, iniciando-se pela análise do escore total, seguida pela comparação entre subescalas e, posteriormente, por análises item a item. Esse procedimento visou aprofundar a compreensão das possíveis assimetrias nas percepções parentais em diferentes níveis de avaliação. Os resultados estão sistematizados na Tabela 8, e a descrição completa dos itens avaliados encontram-se nos anexos G e H.

Tabela 8.

Comparação entre os escores atribuídos por mães e pais ao questionário PATER (teste t pareado).

Questionário	Média - Pai	Média - Mãe	t	p-valor	IC 95%	Cohen's d
--------------	-------------	-------------	---	---------	--------	-----------

Teste Geral						
Score Médio	4.36	4.35	0.1384	0.4453	[-0.19; 0.22]	0.0119
Envolvimento Paterno	4.43	4.20	1.873	0.0344*	[-0.02; 0.48]	0.3825
Item 1	4.84	4.78	0.467	0.3218	[-0.18; 0.28]	0.1117
Item 2	3.89	3.50	1.894	0.0330*	[-0.03; 0.82]	0.3595
Item 3	3.79	3.37	1.569	0.0625	[-0.12; 0.96]	0.2978
Item 4	4.76	4.47	1.640	0.0498*	[-0.07; 0.65]	0.3834
Item 5	4.87	4.87	0.000	0.5000	[-0.24; 0.24]	0.0000
Coparentalidade	4.37	4.57	-1.562	0.0633+	[-0.46; 0.06]	-0.3397
Item 8	4.29	4.66	-1.865	0.0350*	[-0.76; 0.03]	-0.5278
Item 9	4.39	4.37	0.136	0.4464	[-0.37; 0.42]	0.0234
Item 10	4.53	4.58	-0.233	0.4086	[-0.51; 0.41]	-0.0555
Item 11	4.47	4.55	-0.334	0.3703	[-0.56; 0.40]	-0.0882
Item 12	4.63	4.87	-1.389	0.0865+	[-0.58; 0.11]	-0.3386
Item 13	4.00	4.21	-0.870	0.1949	[-0.70; 0.28]	-0.1967
Item 14	4.26	4.53	-1.081	0.1434	[-0.76; 0.23]	-0.2583
Conjugalidade	4.31	4.14	1.039	0.1526	[-0.17; 0.52]	0.1778
Item 15	4.52	3.82	2.694	0.0053**	[0.18; 1.25]	0.6354
Item 16	4.58	4.21	1.771	0.0423*	[-0.05; 0.79]	0.3585
Item 17	4.66	4.30	1.977	0.0277*	[-0.01; 0.75]	0.3443
Item 18	4.82	4.29	2.477	0.0089**	[0.10; 0.96]	0.6601
Item 19	4.71	4.29	2.249	0.0152*	[0.04; 0.80]	0.4196
Item 20	4.32	4.32	0.000	0.5000	[-0.43; 0.43]	0.0000
Item 21	3.95	4.03	-0.298	0.3837	[-0.62; 0.46]	-0.0697
Item 22	3.63	3.97	-1.333	0.0952+	[-0.86; 0.18]	-0.2803
Item 23	3.63	4.13	-1.960	0.0287*	[-1.02; 0.02]	-0.3888

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Para as análises realizadas, foram considerados 21 itens do questionário PATER, tendo em vista a exclusão do item 6 e 7, conforme critérios previamente definidos. Na subescala de Envolvimento Paterno, os pais responderam sobre si mesmos, enquanto as mães responderam sobre o pai da criança. Já nas subescalas de Coparentalidade e Conjugalidade, tanto mães quanto pais avaliaram a atuação de seus respectivos parceiros. Essa configuração metodológica permite comparar a autoavaliação dos pais com a percepção das mães sobre eles, bem como identificar possíveis divergências nas avaliações conjugais e coparentais.

A análise do escore médio geral do PATER não revelou diferença estatisticamente significativa entre as respostas dos pais ($M = 4,36$) e das mães ($M = 4,35$), com $t = 0,13$ e $p = 0,44$. O intervalo de confiança de 95% $[-0,19; 0,22]$ abrange o zero, e o tamanho de efeito (Cohen's $d = 0,0119$) indica ausência de diferença prática entre os grupos. Considerando as diferentes naturezas das subescalas (autoavaliação paterna versus percepção materna no Envolvimento Paterno) e avaliação recíproca entre parceiros nas demais subescalas, os resultados sugerem que, de modo geral, pais e mães apresentam percepções bastante semelhantes acerca da atuação paterna e da dinâmica familiar em alguns aspectos, embora possam divergir em outros.

Observa-se que as mães tendem a avaliar a relação coparental de forma ligeiramente mais positiva do que os pais (Mães = 4,57; Pais = 4,37; $t = -1,562$; $p = 0,0633$). Embora essa diferença não atinja significância estatística, o efeito quase significativo sugere uma tendência das mães perceberem a parceria coparental de maneira mais favorável.

Na subescala Envolvimento Paterno, observou-se uma diferença estatisticamente significativa ($t = 1,87$; $p = 0,03$), com os pais relatando maior envolvimento ($M = 4,43$) do que o percebido pelas mães ($M = 4,20$). O intervalo de confiança de 95% $[-0,02; 0,48]$ sugere que essa diferença é sutil, e o tamanho de efeito ($d = 0,38$) indica uma magnitude pequeno a moderado. Esses resultados sugerem que os pais tendem a se perceber como mais envolvidos do que aquilo que lhes é atribuído pelas mães.

A análise item a item reforça essa divergência em alguns comportamentos específicos. No Item 2 (“Ajuda nas tarefas domésticas”), por exemplo, os pais atribuíram a si mesmos escores mais altos ($M = 3,89$) do que os atribuídos pelas mães ($M = 3,50$), com $p = 0,03$ e $d = 0,36$, sugerindo que os pais percebem maior participação nas tarefas domésticas do que é percebido pelas mães.

Resultado semelhante ocorreu no Item 4 (“Ajuda a cuidar da criança quando necessário”), com médias de 4,76 (pais) e 4,47 (mães), $p = 0,04$; $d = 0,38$, indicando uma leve tendência dos pais a se avaliarem como mais disponíveis para cuidados eventuais. No Item 3 (“Leva a criança a locais necessários”) apresentou uma diferença próxima à significância estatística ($p = 0,06$), com os pais também atribuindo média ligeiramente superior (3,79) em comparação às mães (3,37), $d = 0,30$, reforçando uma tendência geral de os pais se avaliarem mais positivamente em alguns aspectos práticos do cuidado.

Por outro lado, os Itens 1 (“Ajuda nas despesas da casa e com a criança”) e 5 (“Cuida bem da criança”) não apresentaram diferenças significativas ($p = 0,32$ e $p = 0,5$, respectivamente), com tamanhos de efeito pequenos ($d = 0,12$ e $d = 0,00$). Isso sugere uma elevada concordância entre mães e pais quanto a esses aspectos específicos do envolvimento paterno, apontando para percepções similares em relação ao suporte financeiro e à qualidade do cuidado oferecido pelo pai.

Na subescala Coparentalidade, embora o p -valor não tenha alcançado significância, aproxima-se do limiar convencional, sugerindo uma tendência de diferença. O intervalo de confiança de 95% $[-0,46; 0,06]$ inclui o zero, mas o tamanho de efeito ($d = -0,34$) indica uma tendência de que as mães percebam seus parceiros como mais cooperativos na coparentalidade do que os pais percebem em relação às mães.

Entre os itens analisados, o Item 8, que avalia se mãe e pai conversam entre si sobre os problemas relacionados à criação dos filhos, apresentou diferença estatisticamente significativa ($p = 0,03$). As mães atribuíram média maior ($M = 4,66$) do que os pais ($M = 4,29$), com tamanho de efeito moderado ($d = -0,53$), sugerindo que as mães percebem uma maior abertura ao diálogo coparental do que os próprios pais relatam em relação à parceira.

Além do item 8, o Item 12 (“Quando discutem, seu parceiro tenta influenciar o filho

para tomar partido dele”) apresentou uma tendência à significância estatística ($p = 0,08$), com média de 4,63 para os pais e 4,87 para as mães. O intervalo de confiança de 95% $[-0,58; 0,11]$ inclui o zero, e o tamanho de efeito pequeno a moderado ($d = -0,34$) sugere uma tendência de que as mães percebam menos esse comportamento negativo em seus parceiros do que os pais em relação às mães.

Já os demais itens da subescala, Item 9 (“Vocês concordam sobre a forma de criar a criança”), Item 10 (“Seu parceiro fala bem de você para o filho”), Item 11 (“Seu parceiro te critica ou fala mal de você para o filho”), Item 13 (“Seu parceiro concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o filho”) e Item 14 (“Seu parceiro tira a sua autoridade na frente do filho”), não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre as respostas de mães e pais. Todos os p -valores foram superiores a 0,05, e os tamanhos de efeito foram pequenos, indicando ausência de discrepância consistente entre as avaliações parentais.

Dessa forma, embora a maioria dos itens dessa subescala não tenha apresentado diferenças estatisticamente significativas, observou-se uma tendência à significância em determinados indicadores, sugerindo a presença de variações sutis nas percepções maternas e paternas acerca do exercício da coparentalidade. De modo geral, as mães apresentaram escores superiores em praticamente todos os itens, o que indica uma possível diferença na forma como avaliam as práticas coparentais, tanto no que se refere ao apoio quanto aos comportamentos potencialmente conflitivos. Assim, ainda que os resultados não confirmem diferenças estatísticas robustas, eles apontam para uma tendência diferenciada de percepção entre mães e pais, que merece ser considerada na interpretação das dinâmicas coparentais observadas no contexto estudado.

No que se refere à subescala Conjugalidade, não foi identificada diferença estatisticamente significativa entre as médias atribuídas por pais ($M = 4,31$) e mães ($M = 4,14$),

com $t = 1,03$ e $p = 0,15$. O intervalo de confiança de 95% $[-0,17; 0,52]$ inclui o zero, e o tamanho de efeito muito pequeno ($d = 0,18$) indica elevada semelhança entre as avaliações de pais e mães quanto à qualidade da relação conjugal.

Entretanto, a análise item a item evidenciou diferenças pontuais nas percepções dos responsáveis sobre seus parceiros(as). No Item 15, que avalia a disponibilidade do(a) parceiro(a) para o diálogo em momentos de necessidade, os pais atribuíram médias significativamente mais altas às mães ($M = 4,52$), em comparação às médias atribuídas pelas mães aos pais ($M = 3,82$), com $p = 0,005$ e tamanho de efeito moderado ($d = 0,64$). Isso sugere que os pais percebem suas parceiras como mais disponíveis para o diálogo do que o contrário.

Padrão semelhante foi observado no Item 16 (“Expressam amor e afeição por você”). Novamente, os pais avaliaram mais positivamente suas parceiras ($M = 4,58$) do que as mães avaliaram seus parceiros ($M = 4,21$), com $p = 0,04$ e um tamanho de efeito pequeno a moderado ($d = 0,36$). No Item 17, sobre o encorajamento do(a) parceiro(a) em atividades importantes, também houve diferença significativa: os pais atribuíram média de 4,66 às mães, enquanto estas atribuíram 4,30 aos pais ($p = 0,02$; $d = 0,36$). Esses achados indicam que, nesses aspectos afetivos e de apoio, as mães tendem a ser percebidas de forma mais positiva pelos parceiros do que o contrário.

No Item 18, que aborda a percepção de proximidade emocional com o(a) parceiro(a), os pais atribuíram médias mais altas às mães ($M = 4,82$) do que as mães atribuíram aos pais ($M = 4,29$), com $p = 0,008$ e tamanho de efeito moderado ($d = 0,57$). Isso sugere que os pais se sentem mais próximos emocionalmente de suas parceiras do que o inverso. Observou-se, também, no Item 19 (“Se sentir capaz de relaxar e ser você mesmo com seu parceiro”), os pais atribuíram média de 4,71 às mães, enquanto as mães atribuíram 4,29 aos pais ($p = 0,01$; $d = 0,48$), indicando novamente uma percepção mais positiva dos homens em relação à qualidade

da convivência íntima.

No Item 23, relacionado à frequência com que se sentem criticados ou insultados pelo parceiro, foi identificada uma diferença estatisticamente significativa ($p = 0,02$), com as mães atribuindo médias mais altas ($M = 4,13$) que os pais ($M = 3,63$). O intervalo de confiança de 95% $[-1,02; 0,02]$ e o tamanho de efeito pequeno a moderado ($d = -0,39$) indicam que as mães relatam sentir-se menos criticadas ou insultadas pelos parceiros do que o contrário, sugerindo uma discrepância significativa na percepção desse aspecto da relação.

No Item 22, que trata da justiça e disposição do parceiro para negociar em situações de conflito, não foi identificada diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($p = 0,09$), embora o tamanho de efeito ($d = -0,28$) sugira uma tendência de que as mães percebam seus parceiros de forma ligeiramente mais positiva nesse aspecto.

Nos Itens 20 (“Sentir que o parceiro estará sempre ao seu lado”) e 21 (“Sentir que o parceiro entende seus sofrimentos e alegrias”), não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. Ambos atribuíram médias semelhantes ao parceiro no Item 20 ($M = 4,32$), e no Item 21 as mães avaliaram ligeiramente melhores seus parceiros ($M = 4,03$) do que os pais as parceiras ($M = 3,95$) ($p = 0,38$; $d = -0,07$). Esses resultados indicam que pais e mães, ao avaliarem seus respectivos cônjuges, expressaram percepções bastante semelhantes nesses aspectos relacionais.

Regressão linear simples e múltipla das categorias

A análise das regressões lineares simples, considerando a *Coparentalidade* como variável dependente, revelou diferenças expressivas entre mães e pais quanto aos fatores que mais influenciam sua percepção da parceria parental, conforme se vê na Tabela 9.

Tabela 9.

Regressões lineares simples da Coparentalidade em função do Envolvimento Paterno e da Conjugalidade.

Subescalas	R^2	R^2 ajustado	Correlação	Intercepto (a)	Coef. De Regressão (b)	p-valor
Mãe						
Envolvimento Paterno	0.3301	0.3115	0.5746	2.793	0.4227	<0.0001***
Conjugalidade	0.2246	0.2030	0.4739	3.684	0.2140	0.0026**
Pai						
Envolvimento Paterno	0.0128	-0.0147	0.1130	3.683	0.1546	0.4994
Conjugalidade	0.7026	0.6943	0.8382	1.074	0.7638	<0.0001***

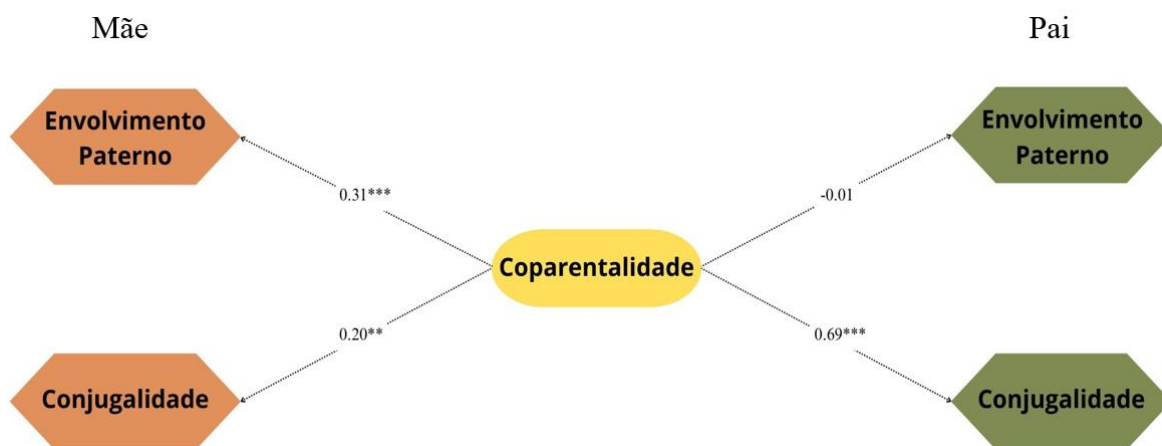
Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

No grupo das mães, observou-se que o *Envolvimento Paterno* (avaliado por elas em relação ao pai) apresentou efeito positivo e significativo sobre a Coparentalidade. O modelo explicou aproximadamente 33% da variabilidade dos escores de Coparentalidade ($R^2 = 0,33$; $R^2_{aj} = 0,31$; $p < 0,0001$), com coeficiente de regressão de 0,4227. Isso indica que, quanto maior a participação prática do pai nas tarefas domésticas, cuidados com a criança e responsabilidade financeira, maior tende a ser a percepção materna de uma parceria coparental consistente.

A *Conjugalidade*, também avaliada pelas mães, mostrou-se igualmente significativa, ainda que com efeito moderado ($R^2 = 0,2246$; $R^2_{aj} = 0,2030$; $p = 0,0026$). Nesse caso, o coeficiente de regressão (0,2140) aponta que aspectos conjugais como afeto, disponibilidade e negociação influenciam a percepção da mãe sobre a qualidade coparental, mas em menor intensidade quando comparados ao envolvimento paterno.

Figura 24.

Associações entre a subescala Coparentalidade em função das subescalas Envolvimento Paterno e Conjugalidade.



Nota. Valores representam correlações de Pearson (r). * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Entre os pais, por sua vez, o padrão de resultados foi distinto. A autoavaliação de *Envolvimento Paterno* não apresentou relação estatisticamente significativa com a Coparentalidade ($R^2 = 0,0128$; $R^2_{aj} = -0,0147$; $p = 0,4994$), sugerindo que o quanto o pai se percebe envolvido com os filhos não se traduz, necessariamente, em sua percepção de parceria parental.

Em contrapartida, a *Conjugalidade* (avaliada pelo pai em relação à mãe) mostrou-se fortemente associada à Coparentalidade ($R^2 = 0,7026$; $R^2_{aj} = 0,6943$; $p < 0,0001$), com coeficiente de regressão de 0,7638. Esse resultado indica que, para o pai, a qualidade da relação conjugal (expressa por apoio emocional, comunicação, justiça e resolução de conflitos) é o principal preditor da percepção de alinhamento coparental, explicando cerca de 70% da variabilidade nos escores.

Comparativamente, verifica-se que, para as mães, a Coparentalidade está mais vinculada ao envolvimento visível do pai nos cuidados e responsabilidades cotidianas com a criança, enquanto, para os pais, a percepção da Coparentalidade depende majoritariamente da qualidade da relação conjugal. Essa discrepância sugere que a experiência de parceria parental

é filtrada por diferentes referenciais: comportamentais e concretos no caso da mãe, relacionais e conjugais no caso do pai.

Considerando a forte associação teórica e empírica entre conjugalidade e coparentalidade, procedeu-se à análise de regressão múltipla a fim de controlar o efeito da conjugalidade nas percepções de parceria parental. Esse controle estatístico possibilitou examinar se os preditores identificados nas análises simples se mantinham significativos quando avaliados simultaneamente, isolando o impacto específico de cada variável.

A incorporação da regressão múltipla ao conjunto de análises buscou conferir maior robustez aos achados provenientes das regressões lineares simples, permitindo verificar a consistência das associações inicialmente identificadas e controlar o efeito simultâneo das subescalas predictoras. Nas análises simples, observou-se que, para as mães, o *Envolvimento Paterno* (avaliado por elas em relação ao pai) apresentou-se como principal fator associado à *Coparentalidade*, enquanto, para os pais, foi a *Conjugalidade* (avaliada em relação à mãe) que se destacou como determinante.

Tabela 10.

Regressão Múltipla da Coparentalidade em função do Envolvimento Paterno e da Conjugalidade para as mães.

Índices Globais do Modelo				
R2 (Coef. de determinação)	R ² ajustado	Ryx (Coef. correlação múltipla)	F (regressão)	p-valor do F
0.3644	0.3281	0.6036	10.032	0.0006***
Regressão Múltipla (Modelo Final)				
Parâmetro	Coefficiente (b)	Valor t	p-valor	
Intercepto	2.761	6.531	< 0.0001	
Envolvimento Paterno	0.3313	2.775	0.0088	
Conjugalidade	0.1007	1.373	0.1783	

Nota. * p < .05. ** p < .01. *** p < .001.

No conjunto de mães, a regressão múltipla com *Coparentalidade* como variável dependente e *Envolvimento Paterno* e *Conjugalidade* como preditores foi estatisticamente significativa ($R^2 = 0,3644$; R^2 ajustado = 0,3281; $F(2, 35) = 10,032$; $p = 0,0006$). O *Envolvimento Paterno* manteve-se como preditor independente e significativamente associado à *Coparentalidade* ($b = 0,3313$; $t = 2,775$; $p = 0,0088$), indicando que, controlando a conjugalidade, um aumento de 1 ponto no envolvimento paterno reportado pela mãe está associado a um acréscimo médio de ~0,33 ponto na *Coparentalidade* percebida.

A *Conjugalidade*, embora correlacionada com *Coparentalidade* em análise bivariada, não apresentou efeito único significativo no modelo múltiplo ($b = 0,1007$; $p = 0,1783$), sugerindo que a relação entre conjugalidade e coparentalidade na perspectiva materna é em grande parte compartilhada com o envolvimento paterno.

Tabela 11.

Regressão Múltipla da Coparentalidade em função do Envolvimento Paterno e da Conjugalidade para os pais.

Índices Globais do Modelo				
R2 (Coef. de determinação)	R^2 ajustado	Ryx (Coef. correlação múltipla)	F (regressão)	p-valor do F
0.7172	0.7011	0.8469	44.385	< 0.0001***
Regressão Múltipla (Modelo Final)				
Parâmetro	Coeficiente (b)	Valor t	p-valor	
Intercepto	1.701	2.895	0.0065	
Envolvimento Paterno	-0.172	-1.346	0.1870	
Conjugalidade	0.7951	9.338	< 0.0001	

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

No conjunto de pais, a regressão múltipla com *Coparentalidade* como variável dependente e *Envolvimento Paterno* e *Conjugalidade* como preditores também foi estatisticamente significativa ($R^2 = 0,7172$; R^2 ajustado = 0,7011; $F(2, 35) = 44,385$; $p <$

0,0001). A *Conjugalidade* emergiu como preditor independente e fortemente associado à Coparentalidade ($b = 0,7951$; $t = 9,338$; $p < 0,0001$), indicando que, ao controlar o nível de envolvimento paterno autoavaliado, um aumento de 1 ponto na conjugalidade percebida pelo pai corresponde a um acréscimo médio de $\sim 0,80$ ponto na Coparentalidade relatada.

O *Envolvimento Paterno*, por sua vez, não apresentou efeito significativo no modelo múltiplo ($b = -0,172$; $p = 0,1870$), sugerindo que, na perspectiva paterna, a percepção de coparentalidade está menos vinculada à sua própria avaliação de envolvimento e mais fortemente atrelada à qualidade da relação conjugal com a mãe.

A regressão múltipla confirmou esses achados, demonstrando que o efeito do Envolvimento Paterno se mantém como preditor independente da Coparentalidade no grupo materno, mesmo após o controle pela conjugalidade. Já entre os pais, verificou-se que a Conjugalidade constitui o principal fator explicativo da Coparentalidade, enquanto o auto-relato de envolvimento paterno não se mostrou significativo quando considerado em conjunto com a relação conjugal. Esses resultados, ao integrarem os dois métodos, sugerem que a percepção materna da coparentalidade está mais sensível às práticas de envolvimento do pai, ao passo que, para os pais, a coparentalidade é fortemente ancorada na qualidade da relação conjugal, reforçando a complexidade e a complementaridade das dimensões analisadas.

Observação da Interação Social Mãe-Pai

Para a análise das interações interparentais, foi utilizado o sistema de codificação *Taxonomy of Interactional Synchrony* (TIS), composto por cinco categorias observacionais: distância interpessoal, orientação visual, orientação corporal, envolvimento diádico e afeto compartilhado. Cada categoria segue uma escala tipo Likert, em que escores mais altos indicam maior sincronia e coordenação relacional (De Mendonça et al., 2015).

Concordância entre Avaliadores

A confiabilidade das observações das interações das díades parentais, realizadas por dois avaliadores, foi avaliada por meio do coeficiente Kappa não ponderado. A escala utilizada é ordinal, apresentando uma ordem natural de magnitude, mas sem pressupor igualdade de intervalos entre os pontos. O Kappa não ponderado considera apenas a concordância exata entre os avaliadores, tratando todos os desacordos de forma igual (Simon, 2006). Adotou-se o critério de fidedignidade de 0,7 como ponto de corte para a concordância entre os avaliadores, considerando valores iguais ou superiores como indicativos de confiabilidade aceitável. Os valores de Kappa para cada categoria estão apresentados na Tabela 12.

Tabela 12.

Valores de Kappa por categoria.

Categoria	Kappa (κ)	Interpretação
Distância interpessoal	0,70	Acordo substancial
Orientação visual	0,72	Acordo substancial
Orientação corporal	0,53	Acordo moderado
Envolvimento diádico	0,75	Acordo substancial
Afeto compartilhado	0,80	Acordo substancial

Os resultados obtidos por categoria foram os seguintes: Distância interpessoal ($\kappa = 0,70$), Orientação visual ($\kappa = 0,72$), Orientação corporal ($\kappa = 0,53$), Envolvimento diádico ($\kappa = 0,75$) e Afeto compartilhado ($\kappa = 0,80$). Esses valores indicam acordo substancial nas categorias de Distância interpessoal, Orientação visual, Envolvimento diádico e Afeto compartilhado, enquanto a categoria de Orientação corporal apresentou acordo moderado.

Embora o valor de Kappa na categoria orientação corporal seja relativamente baixo ($\kappa = 0,58$), a concordância absoluta entre os avaliadores foi de 97,9%, com apenas 5 códigos

discordantes em 240. Essa discrepância ocorre devido à baixa variabilidade dos códigos, concentrando-se quase exclusivamente na categoria 3, o que eleva a concordância esperada por acaso e reduz o valor do Kappa.

A Tabela 13 apresenta a distribuição detalhada dos códigos atribuídos pelos avaliadores entre os níveis da categoria Orientação Corporal, evidenciando a concentração em um único nível e a ocorrência mínima de discordâncias.

Tabela 13.

Distribuição dos códigos dos avaliadores entre os níveis da categoria Orientação Corporal.

Avaliador	Nível	Contagem	Proporção
Avaliador 1	0	1	0,004
Avaliador 1	2	3	0,013
Avaliador 1	3	234	0,975
Avaliador 1	4	2	0,008
Avaliador 2	2	3	0,013
Avaliador 2	3	233	0,971
Avaliador 2	4	4	0,017

Na categoria Orientação Corporal observa-se o fenômeno conhecido como paradoxo do Kappa. Esse paradoxo ocorre quando a baixa variabilidade das categorias avaliadas concentra a maior parte das observações em um único nível, aumentando a concordância esperada pelo acaso e, conseqüentemente, reduzindo o valor do Kappa, mesmo que a concordância observada seja elevada (Simon, 2006; Zec et al., 2017).

Para superar as limitações do Kappa, foi calculado o índice de concordância de Gwet (AC2) com ponderação ordinal, adequado para escalas com categorias desiguais e ordinais (Zec

et al., 2017). O resultado obtido para a categoria Orientação Corporal foi $AC2 = 0,9898$ (IC 95%: 0,979–1), indicando concordância quase perfeita entre os avaliadores. A concordância observada ($pa = 0,9903$) e a baixa concordância esperada pelo acaso ($pe = 0,0463$) corroboram que os avaliadores apresentaram alto nível de acordo, mesmo considerando a concentração das observações em um único nível.

A Tabela 14 apresenta a matriz de pesos utilizada na análise, evidenciando que pequenas discrepâncias entre categorias foram penalizadas de forma proporcional, como esperado para escalas ordinais.

Tabela 14.

Matriz de pesos ponderada utilizada no cálculo do AC2.

	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Nível 2	1,000	0,667	0,000
Nível 3	0,667	1,000	0,667
Nível 4	0,000	0,667	1,000

Dessa forma, o índice de Gwet AC2 confirma a confiabilidade das observações, superando as limitações do Kappa em situações de baixa variabilidade e reforçando a consistência dos dados coletados nas interações das díades parentais. De modo geral, os resultados indicam que os avaliadores apresentaram consistência substancial na codificação das categorias da escala TIS, garantindo a confiabilidade dos dados para as análises subsequentes.

Análises Descritivas das Categorias Observacionais

Distância Interpessoal (Interpersonal Distance)

A análise descritiva revelou uma média geral de 2,45 para a categoria de Distância Interpessoal, indicando que, de modo geral, os parceiros sociais permaneceram a uma distância moderada entre 20 e 60 centímetros, com registros frequentes de proximidade maior, de até 20 centímetros (nível 3), embora sem contato físico.

A variância foi de 0,46 e o desvio padrão de 0,68, refletindo uma dispersão mais contida dos escores em torno da média. Esses resultados sugerem menor variabilidade nos níveis de proximidade física registrados, com a maioria das interações concentrando-se em distâncias intermediárias e menores frequências de episódios extremos, como afastamento acentuado ou contato físico direto, como podemos observar na Tabela 15.

Tabela 15.

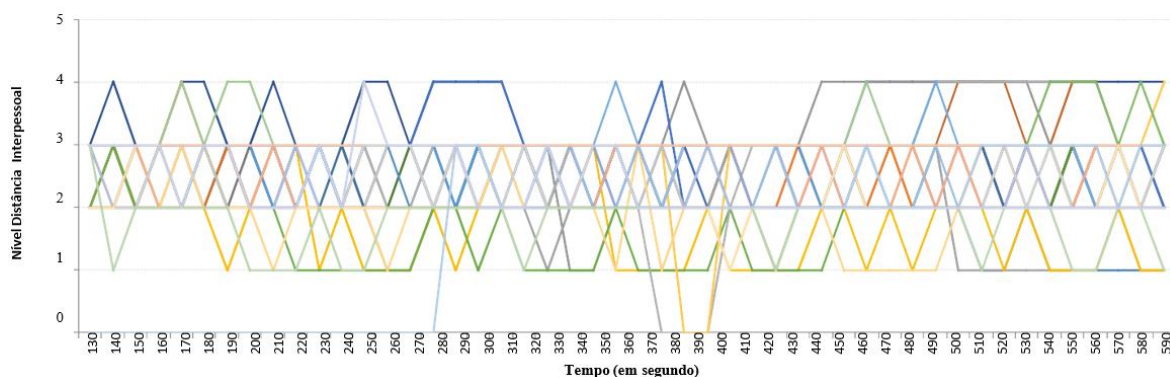
Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Distância Interpessoal (TIS).

Global		Frequência (%) Níveis				
Média (DP)	Variância	0	1	2	3	4
2.45 (0.68)	0.46	21 (1.0%)	88 (4.3%)	954 (46.2%)	935 (45.3%)	66 (3.2%)

A Figura 25 apresenta a trajetória da Distância Interpessoal ao longo dos 480 segundos analisados, permitindo visualizar a dinâmica de proximidade física entre os coparentes durante a interação. Cada linha representa o percurso individual de uma das 43 díades e indica como a distância variou segundo a segundo ao longo do tempo.

Figura 25.

Trajетória dos Níveis da Distância Interpessoal por Família ao Longo do Tempo (TIS).



A análise dessas trajetórias revelou uma clara predominância dos níveis 2 e 3, o que indica que, de forma consistente, os parceiros sociais permaneceram próximos, mantendo-se majoritariamente entre 20 e 60 centímetros ou a menos de 20 centímetros de distância um do outro. Os níveis 1 e 4 foram registrados apenas ocasionalmente, sinalizando que tanto os afastamentos mais expressivos quanto os episódios de contato físico direto ocorreram com baixa frequência.

A análise descritiva por família revelou que as médias gerais de Distância Interpessoal variaram entre 1,6 e 3,5, indicando uma diversidade considerável nos padrões de proximidade física ao longo das interações. A maior concentração das médias ocorreu entre os valores de 2,0 e 2,9, o que corresponde predominantemente aos níveis 2 (mais de 20 cm e menos de 60 cm de distância) e 3 (até 20 cm de distância).

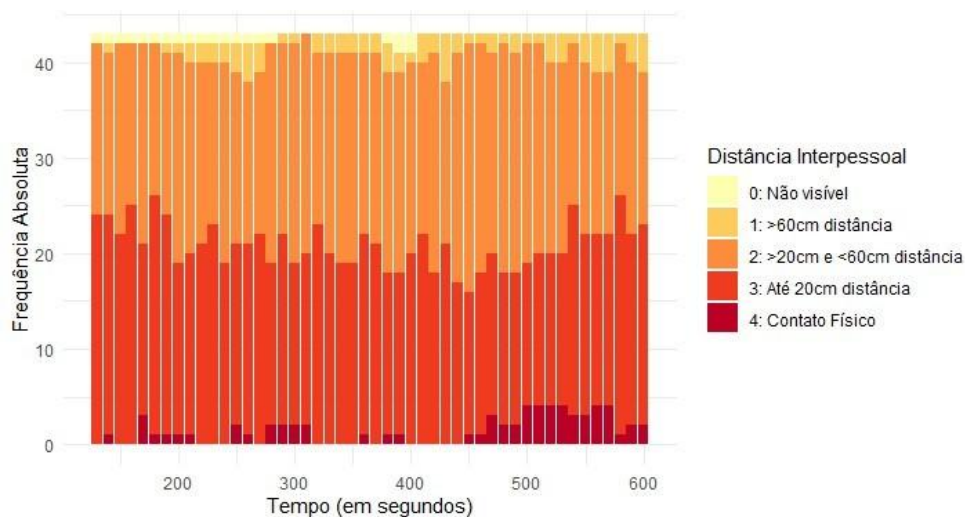
As variâncias entre as díades oscilaram entre 0,0 e 1,40, com predominância de valores entre 0,10 e 0,27. Esse padrão indica uma baixa variabilidade intra-díade ao longo do tempo de observação, sugerindo que, para a maioria das famílias, a distância interpessoal manteve-se relativamente constante, sem grandes oscilações entre os diferentes níveis da escala. O desvio padrão, que variou entre 0,0 e 1,18, com maior concentração entre 0,28 e 0,50, reforça essa interpretação, mostrando que os escores, na maior parte dos casos, se afastaram pouco da média, permanecendo próximos a um mesmo nível de proximidade física.

Em termos práticos, isso significa que boa parte das díades apresentou um padrão interativo consistente, com interações centradas em zonas de proximidade física moderada a estreita, sem transições frequentes para os extremos da escala, como afastamento superior a 60 cm (nível 1) ou contato físico direto (nível 4).

O panorama geral, apresentado na Figura 26, evidencia que os níveis 2 (distância entre mais de 20 cm e menos de 60 cm) e 3 (distância de até 20 cm) dominaram amplamente as interações, totalizando, juntos, 1.889 das 2.064 observações (91,5%). O nível 2 apresentou 954 registros (46,2%), enquanto o nível 3 foi identificado em 935 momentos (45,3%).

Figura 26.

Frequência dos Níveis da Distância Interpessoal ao Longo do Tempo (TIS).



Em comparação, os demais níveis foram consideravelmente menos frequentes. O nível 1 (mais de 60 cm de distância), que indica afastamento mais pronunciado entre os membros da díade, apareceu em apenas 88 registros (4,3%), sem se concentrar em momentos específicos da interação. Já o nível 4, representando contato físico direto, foi observado em 66 ocasiões (3,2%), surgindo de forma pontual e sem configurar uma tendência consistente.

Em síntese, a distribuição dos níveis de Distância Interpessoal revela um padrão

centrado na copresença moderada, com predomínio quase equilibrado entre os níveis 2 (46,2%) e 3 (45,3%). Esses dados indicam que, embora a maioria das díades se mantivesse fisicamente próxima durante as interações, esse contato não se dava, na maior parte do tempo, em distâncias muito curtas. A expressiva presença do nível 2, que representa mais de 20 cm de separação entre os parceiros, pode sinalizar uma tendência sutil de afastamento.

Orientação Visual (Visual Orientation)

A análise descritiva apontou uma média geral de 2,17, indicando que, embora o nível 3 (alinhamento visual parcial, olhares voltados para o mesmo espaço interacional) tenha sido o mais frequente, ainda ocorreram registros expressivos do nível 1 (olhares opostos), o que contribuiu para que a média permanecesse relativamente baixa.

A variância observada foi de 1,10 e o desvio padrão de 1,05, evidenciando uma dispersão moderada dos escores em torno da média. Esses resultados sugerem que a orientação visual entre os membros da díade variou de forma mais expressiva ao longo do tempo, com alternâncias frequentes entre momentos de sintonia visual e episódios de desalinhamento.

Tabela 16.

Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Orientação Visual (TIS).

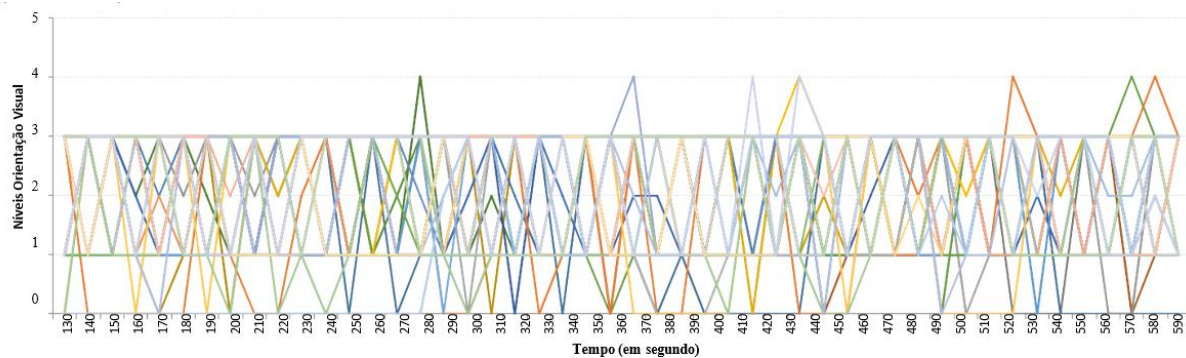
Global		Frequência (%) Níveis				
Média (DP)	Variância	0	1	2	3	4
2.17 (1.05)	1.10	95 (4.6%)	703 (34%)	39 (1.9%)	1.21 (59%)	8 (0.39%)

A Figura 27 ilustra a evolução da Orientação Visual ao longo dos 480 segundos observados, possibilitando acompanhar a variação do direcionamento do olhar entre os coparentes durante a interação. Cada linha representa a trajetória individual de uma das 43 díades, indicando, segundo a segundo, como se configurou a coordenação visual entre os

parceiros sociais.

Figura 27.

Trajetória dos Níveis da Orientação Visual por Família ao Longo do Tempo (TIS).



A análise dessas trajetórias evidenciou uma predominância clara do nível 3, que corresponde à situação em que ambos os parceiros direcionam o olhar para a mesma direção ou espaço interacional. Em seguida, observou-se uma frequência significativa do nível 1, sinalizando momentos em que os olhares se dirigiam para espaços distintos, sugerindo desalinhamento visual.

O nível 4, em que os parceiros olham diretamente um para o outro, foi praticamente ausente nas observações, aparecendo de forma pontual e pouco representativa. Da mesma forma, o nível 2 (comportamento unilateral) foi registrado apenas esporadicamente, sem configurar uma tendência relevante ao longo da série temporal.

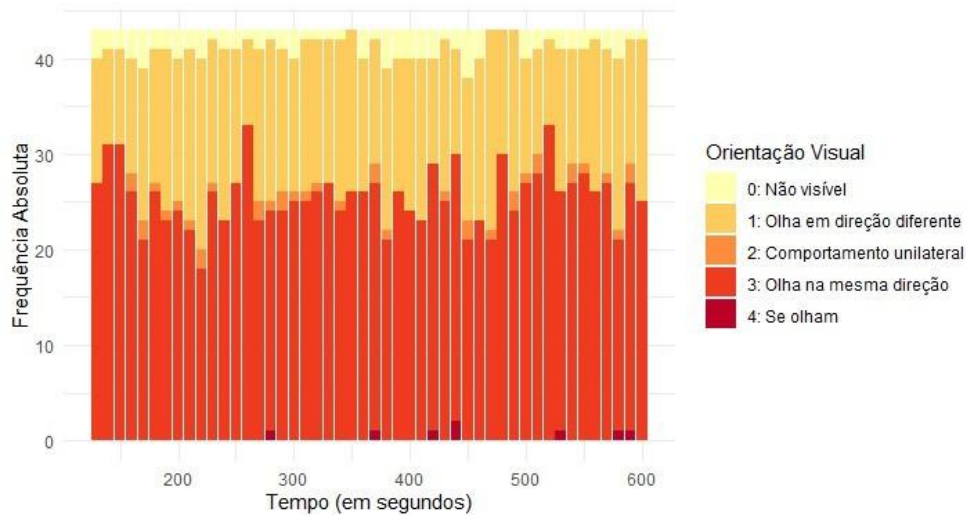
A análise descritiva por díade mostrou que as médias individuais da variável Orientação Visual oscilaram entre 1,29 e 2,77. Ainda que essa variação aponte para diferentes padrões de direcionamento do olhar entre os coparentes, observou-se uma concentração mais expressiva de médias no intervalo entre 2,02 e 2,60, indicando uma tendência predominante à coordenação visual moderada, com os parceiros frequentemente olhando para a mesma direção ou espaço interacional.

A variância entre as díades variou de 0,35 a 2,10, com a maior parte dos casos situando-se entre 0,72 e 1,21, o que sugere uma flutuação considerável, mas não extrema, no comportamento ao longo do tempo. De modo semelhante, os desvios padrão oscilaram entre 0,59 e 1,45, com maior concentração entre 0,75 e 1,10, reforçando a ideia de que, embora houvesse mudanças no padrão de orientação visual durante as interações, essas variações tendiam a ocorrer dentro de uma faixa relativamente estável.

As ocorrências mais distantes desses intervalos foram pontuais e não representaram a tendência geral do grupo, sugerindo que, na maioria das díades, a orientação visual manteve certa consistência, com os parceiros frequentemente dirigindo o olhar a um espaço comum. Ainda assim, observaram-se momentos pontuais de desalinhamento visual ou de tentativas de engajamento não correspondidas, refletindo variações no grau de coordenação atencional ao longo do tempo. A distribuição torna-se ainda mais evidente na Figura 28, que apresenta a frequência absoluta de cada nível ao longo do tempo observado, por meio de colunas empilhadas.

Figura 28.

Frequência dos Níveis da Orientação Visual ao Longo do Tempo (TIS).



O padrão mais expressivo refere-se ao nível 3 (quando os parceiros olham na mesma direção), com 1.219 das 2.064 observações (59,06%), mantendo uma presença contínua ao longo de toda a série temporal, geralmente entre 25 a 30 famílias por segundo.

Em seguida, destaca-se o nível 1 (olhares em direções diferentes), que apareceu em 703 ocasiões (34,06%) e oscilou entre 6 a 10 famílias por segundo, configurando-se como o segundo padrão mais comum. Os demais níveis ocorreram de forma bastante pontual: o nível 2 (comportamento unilateral) apareceu apenas 39 vezes (1,89%) e o nível 4 (olham um para o outro) foi o menos frequente, com somente 8 ocorrências (0,39%).

Esse panorama sugere uma dinâmica predominantemente voltada para um foco compartilhado no ambiente, com poucos momentos de contato visual direto ou assimetria visual entre os parceiros sociais.

Com base nos resultados obtidos, a categoria Orientação Visual revelou um padrão de interação marcado, sobretudo, por uma coordenação atencional compartilhada, ainda que de forma indireta. A predominância do nível 3, em que os parceiros sociais direcionam o olhar para o mesmo espaço interacional, sugere uma tendência dos coparentes a manterem uma sintonia visual voltada ao ambiente ou à criança, em vez de um engajamento visual direto entre

si. O nível 1, segunda ocorrência mais frequente, indica que o desalinhamento visual também esteve presente em parte significativa das interações, refletindo momentos de atenção divergente ou dispersão na dinâmica entre os parceiros.

A baixa frequência dos níveis 2 e 4 reforça esse padrão: o contato visual direto (nível 4) foi praticamente inexistente, enquanto os comportamentos unilaterais ocorreram de forma pontual.

Orientação da Parte Superior do Corpo (Upper Body Orientation)

A análise descritiva da variável Orientação da Parte Superior do Corpo indicou uma média geral de 2,76, o que revela uma predominância de posturas em que os parceiros sociais estavam voltados na mesma direção (nível 3) ou voltados um para o outro, ou para a interação do outro com a criança (nível 2).

A variância foi de 0,48 e o desvio padrão de 0,69, sugerindo uma dispersão moderada dos escores ao longo do tempo. Esses resultados apontam para certa estabilidade na forma como os adultos se orientavam corporalmente entre si, com variações pontuais, mas sem oscilações extremas entre os diferentes níveis da escala.

Tabela 17.

Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Orientação da Parte Superior do Corpo (TIS).

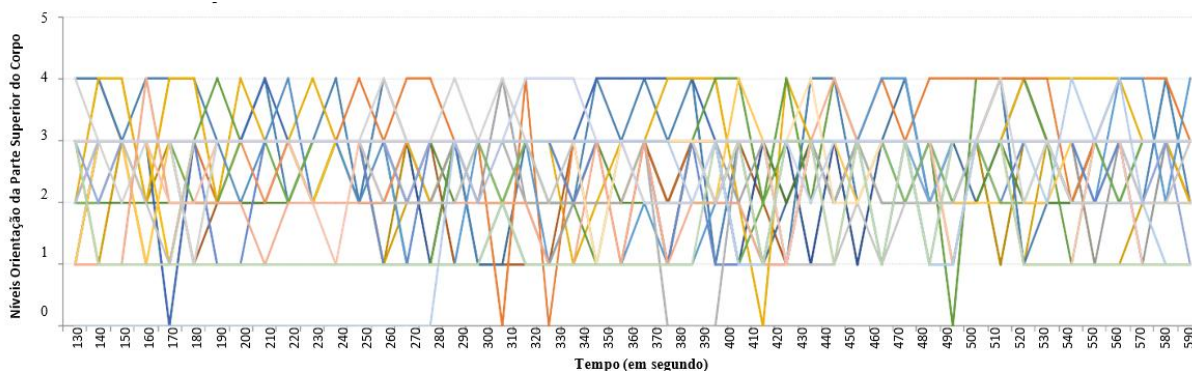
Global		Frequência (%) Níveis				
Média (DP)	Variância	0	1	2	3	4
2.76 (0.69)	0.48	24 (1.2%)	150 (7.3%)	209 (10.1%)	1.596 (77.3%)	85 (4.1%)

A Figura 29 apresenta a trajetória da Orientação da Parte Superior do Corpo ao longo dos 480 segundos observados, permitindo acompanhar como os coparentes se posicionaram

corporalmente durante as interações. Cada linha corresponde a uma das 43 díades analisadas e evidencia as variações de orientação corporal segundo a segundo.

Figura 29.

Trajetória dos Níveis da Orientação da Parte Superior do Corpo por Família ao Longo do Tempo (TIS).



Observa-se a predominância acentuada do nível 3, que indica situações em que ambos estavam voltados para a mesma direção, sugerindo um alinhamento espacial comum, possivelmente direcionado à criança ou a uma atividade conjunta. Os demais níveis apareceram com bem menos frequência: os níveis 2 e 1 foram registrados ocasionalmente e de forma semelhante entre si, sinalizando momentos de orientação unilateral ou posições divergentes. O nível 4, que aponta interação face a face, surgiu pontualmente.

A análise descritiva por díade revelou que as médias gerais da Orientação da Parte Superior do Corpo variaram entre 1,44 e 3,06. Apesar dessa amplitude, a maioria dos valores concentrou-se entre 2,71 e 3,00, o que aponta uma tendência predominante dos parceiros sociais se orientarem corporalmente para a mesma direção durante a interação.

A variância apresentou uma oscilação mais ampla entre as díades, variando de 0,00 a 2,03. No entanto, quase todas as famílias situaram-se abaixo de 1,00, com apenas dois casos isolados ultrapassando esse valor, o que indica que, embora existam exceções pontuais, a

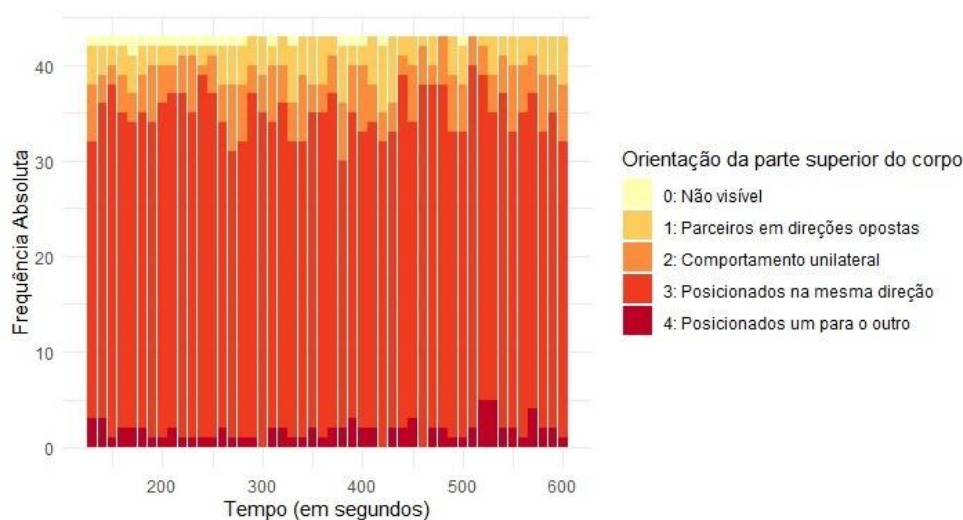
variação intra-díade foi, em geral, moderada.

Da mesma forma, os desvios padrão oscilaram entre 0,00 e 1,43, com maior concentração entre 0,31 e 0,97, sugerindo que a maioria das díades manteve certa consistência na forma como se posicionavam corporalmente ao longo do tempo, com variações pontuais, mas não acentuadas. Esses resultados indicam uma relativa estabilidade no padrão de orientação corporal entre os coparentes durante as interações observadas.

A Figura 30 destaca a presença maciça do nível 3 (quando os parceiros sociais estão orientados para a mesma direção) codificada em 1.596 das 2.064 observações (77,3%), mantendo-se constante durante praticamente toda a série temporal.

Figura 30.

Frequência dos Níveis da Orientação da Parte Superior do Corpo ao Longo do Tempo (TIS).



Em escala significativamente menor, aparecem os níveis 2 (comportamento unilateral), com 209 ocorrências (10,1%), e 1 (parceiros orientados para direções diferentes), com 150 registros (7,3%), indicando episódios pontuais de desalinhamento corporal, mas sem configurar uma tendência dominante.

O nível 4 (quando os parceiros se orientam um para o outro) foi observado em 85

momentos (4,1%), sugerindo ocasiões mais específicas de orientação recíproca direta. Essa composição reforça a estabilidade da orientação corporal entre os coparentes ao longo da interação, com predominância clara de alinhamento direcional e ocorrência pontual de variações.

Em síntese, os resultados obtidos para a variável Orientação da Parte Superior do Corpo revelam um padrão interacional marcado por alinhamento direcional entre os coparentes, especialmente voltado para a mesma direção. A predominância expressiva do nível 3 ao longo das interações, sustentada por médias elevadas e baixa dispersão intra e entre díades, sugere que os parceiros sociais, na maior parte do tempo, compartilham um foco comum.

As ocorrências pontuais dos demais níveis indicam que momento de desalinhamento corporal seja unilateral, divergente ou face a face, foram relativamente raros e não comprometeram a estabilidade geral do padrão observado.

Envolvimento Diádico (Dyadic Involvement)

A análise descritiva revelou uma média geral de 2,32 para a categoria de Envolvimento Diádico, indicando que, de modo geral, as interações tenderam a ocorrer em contextos de atenção conjunta ou atividade compartilhada entre os membros da díade. A variância foi de 1,80 e o desvio padrão de 1,34, o que representa uma dispersão mais ampla dos escores em torno da média.

Tabela 18.

Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Envolvimento Diádico (TIS).

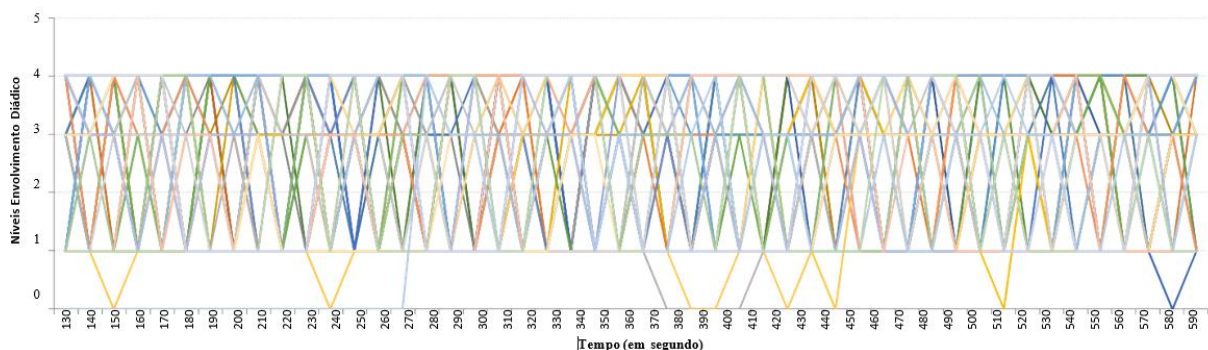
Global		Frequência (%) Níveis				
Média (DP)	Variância	0	1	2	3	4
2.32 (1.34)	1.80	27 (1.3%)	960 (46.6%)	0 (0.0%)	488 (23.6%)	589 (28.5%)

Esses resultados sugerem maior variabilidade nos níveis de engajamento observados ao longo do tempo, com flutuações mais acentuadas entre episódios de menor e maior coordenação entre os participantes.

A Figura 31 apresenta a trajetória do Envolvimento Diádico ao longo dos 480 segundos analisados, permitindo visualizar a dinâmica de engajamento nas interações entre os coparentes. Cada linha representa o percurso individual de uma das 43 díades e indica como o envolvimento variou segundo a segundo ao longo do tempo. A análise dessas trajetórias revelou predominância do nível 1, indicando que, na maior parte do tempo, as interações foram marcadas por ausência de envolvimento entre os membros da díade, caracterizadas por atividades paralelas ou tentativas unilaterais de engajamento sem reciprocidade.

Figura 31.

Trajetória dos Níveis de Envolvimento Diádico por Família ao Longo do Tempo (TIS).



Em seguida, os níveis 3 e 4 também foram registrados com frequência, embora com ocorrência aproximadamente pela metade em relação ao nível 1, refletindo momentos de atenção e atividade conjunta ativo entre os coparentes. O nível 2 não foi observado em nenhuma das díades analisadas.

A análise descritiva por família revelou que as médias gerais de Envolvimento Diádico variaram entre 1,1 e 3,1, indicam que a maioria das famílias vivenciou interações situadas entre

os níveis 2 (comportamento unilateral) e 3 (atenção conjunta), sugerindo predomínio de um engajamento moderado a alto. A maior concentração ocorreu entre os valores de 2,0 e 2,9, reforçando a ideia de que, na média, as díades interagiram de forma coordenada, mas com variações em intensidade e reciprocidade.

As variâncias entre as díades oscilaram entre 0,60 e 2,17, com a maioria das famílias apresentando valores entre 1,01 e 1,99. Esses níveis de variabilidade são expressivos, indicando que, mesmo nas díades com médias moderadas, houve flutuação relevante entre os diferentes momentos observados. Em termos práticos, isso significa que muitas famílias alternaram entre níveis baixos (por exemplo, 1: ausência de envolvimento ou 2: tentativas unilaterais) e níveis mais altos (3 ou até 4: atividade conjunta recíproca), ao longo do tempo de observação.

O desvio padrão, que variou entre 0,77 e 1,47, com maior concentração entre 1,06 e 1,38, reforça essa interpretação, ao apontar que os escores frequentemente se afastaram da média em mais de um nível da escala, o que é considerável dentro de uma faixa de apenas cinco pontos possíveis (0 a 4). Os valores mais extremos de média, variância e desvio padrão foram pontuais e concentrados em poucas díades, não representando o padrão geral do grupo.

O padrão predominante revela a prevalência do nível 1 (ausência de envolvimento), registrado em 960 das 2.064 observações (46,5%) ao longo de praticamente toda a série temporal. Esse nível apareceu, em média, entre 24 a 34 díades por segundo, caracterizando interações marcadas por atividades paralelas ou tentativas de engajamento não recíprocas.

Em seguida, com ocorrências consideráveis, estão os níveis 4 (alto envolvimento), com 589 registros (28,5%), e 3 (envolvimento moderado), com 488 registros (23,6%). Ambos estiveram presentes de forma constante, especialmente nos momentos intermediários e finais das interações, sendo observados, respectivamente, entre 16 a 25 e 15 a 25 famílias por

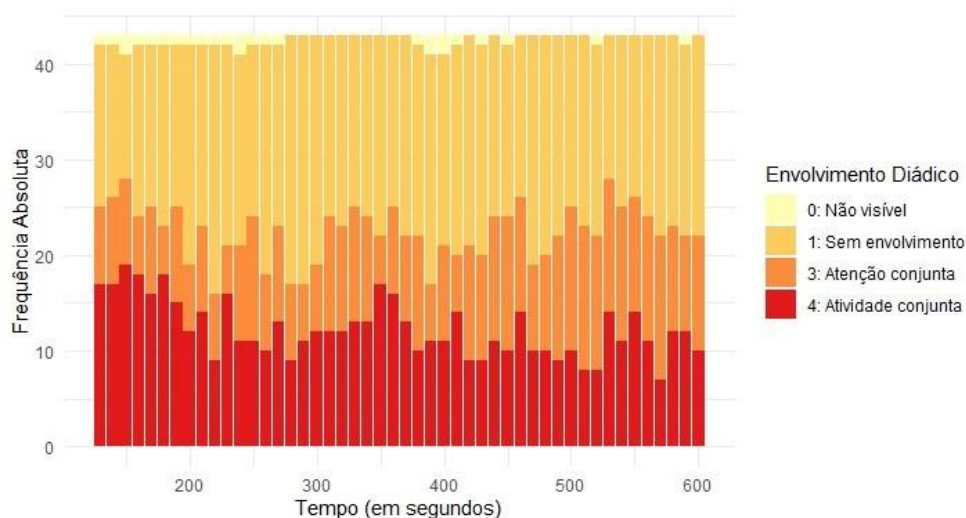
segundo.

A ausência de registros no nível 2 (envolvimento neutro) indica que, nas interações analisadas, o envolvimento raramente se manteve em uma zona intermediária, oscilando predominantemente entre ausência e alto engajamento.

Essa composição evidencia uma dinâmica interacional marcada por contrastes: ora pela ausência de conexão, ora por níveis elevados de envolvimento mútuo, refletindo a variabilidade expressiva no padrão de participação entre as díades ao longo dos oito minutos analisados. Resultados apresentados na Figura 32 a seguir.

Figura 32.

Frequência dos Níveis de Envolvimento Diádico ao Longo do Tempo (TIS).



Com base nas análises realizadas, conclui-se que o Envolvimento Diádico caracterizado por um padrão geral de oscilação entre momentos de baixo e alto engajamento. Embora a média geral (2,32) indique uma tendência a interações com atenção conjunta ou atividade compartilhada, os elevados índices de variância (1,80) e desvio padrão (1,34) evidenciam uma considerável variabilidade nos níveis de engajamento, tanto ao longo do tempo quanto entre as díades analisadas.

A predominância do nível 1 (ausência de envolvimento) em quase metade das observações revela que, com frequência, os coparentes permaneceram sem qualquer tentativa clara de engajamento mútuo. No entanto, a expressiva presença dos níveis 3 e 4, que juntos representaram mais de 50% das observações, aponta para episódios relevantes de coordenação recíproca e atividade conjunta. A ausência do nível 2 reforça a ideia de que os momentos observados tenderam a se distribuir entre extremos de envolvimento, do desengajamento ao engajamento intenso, em vez de se manterem em zonas intermediárias.

Assim, os dados revelam um panorama relacional marcado por alternância e contraste, refletindo diferentes estilos e padrões de coparentalidade no grupo observado, em que a estabilidade do engajamento não foi homogênea nem constante ao longo do tempo.

Afeto Compartilhado (Dyadic Warmth)

A análise descritiva revelou uma média geral de 2,26, indicando que, de modo geral, as interações tenderam a um padrão afetivo neutro (nível 2), com presença expressiva de manifestações positivas (nível 3). A variância média foi de 0,24 e o desvio padrão de 0,4945, o que representa uma baixa dispersão dos escores em torno da média. Esse resultado sugere que os níveis de afeto compartilhado se mantiveram relativamente estáveis entre as díades observadas, com poucas variações extremas ao longo do tempo de análise.

Tabela 19.

Média, Variância e Distribuição dos Níveis da Categoria Afeto Compartilhado (TIS).

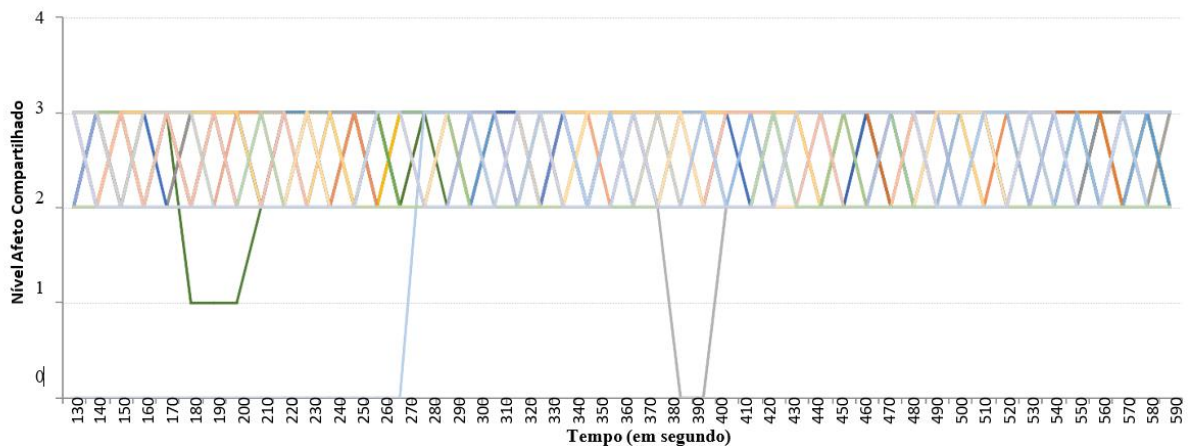
Global		Níveis - Frequência (%)			
Média (DP)	Variância	0	1	2	3
2.26 (0.49)	0.24	17 (0.8%)	3 (0.1%)	1.471 (71.3%)	573 (27.8%)

A Figura 33 apresenta a trajetória do Afeto Compartilhado ao longo dos 480 segundos analisados, permitindo visualizar a dinâmica emocional das interações entre os coparentes.

Cada linha representa o percurso individual de uma das 43 díades e indicam como o afeto compartilhado variou segundo a segundo, revelando a dinâmica afetiva da interação.

Figura 33.

Trajetória dos Níveis de Afeto Compartilhado por Família ao Longo do Tempo (TIS).



A análise dessas trajetórias mostrou-se, predominantemente, no nível 2, indicando a ocorrência frequente de interações em que não foram observadas manifestações explícitas de afeto, sejam positivas ou negativas. Embora menos frequentes, picos de nível 3 (positivo) foram identificados, demonstrando momentos específicos de afeto, como toques, sorrisos e olhares afetuosos. Em contraste, o nível 1 (negativo) foi raramente registrado, aparecendo de forma pontual e esporádica.

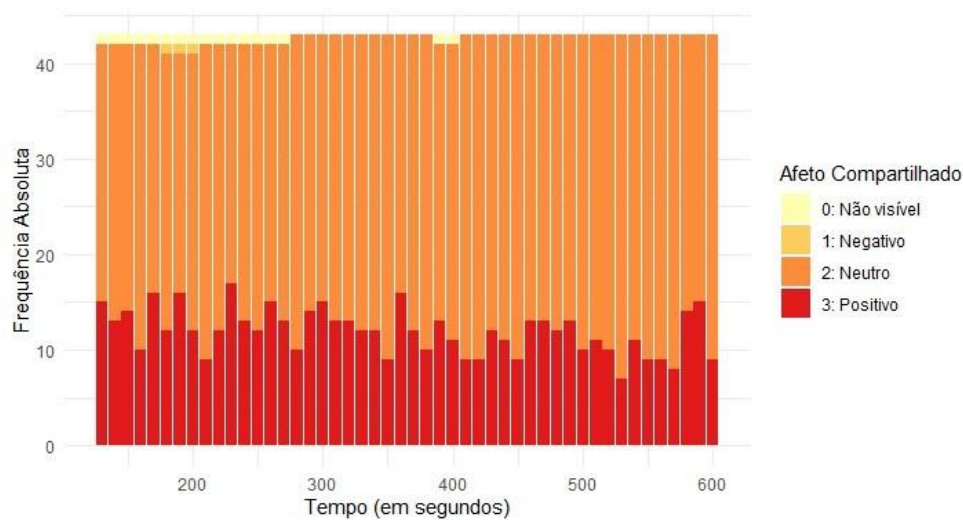
A análise descritiva por família revelou que as médias gerais, obtidas a partir das 48 observações realizadas para cada díade, variaram entre 1,6 e 2,7. No entanto, a maior concentração dos valores situou-se no intervalo entre 2,1 e 2,4, evidenciando uma tendência predominante à interações neutras com inclinação positiva. A variância entre as díades apresentou uma amplitude de 0 a 1,39, mas, de modo geral, os valores mais frequentes ficaram entre 0,11 e 0,25, indicando uma dispersão moderada.

De maneira semelhante, o desvio padrão variou entre 0 e 1,18, sendo que a maioria das

díades apresentou desvios entre 0,33 e 0,51. Os valores mais extremos de média, variância e desvio padrão foram pontuais e restritos a poucas famílias, não representando o padrão geral do grupo. Esses resultados confirmam que, embora haja alguma variabilidade entre as famílias quanto à expressão de afeto durante as interações, os padrões tendem a ser relativamente estáveis, com flutuações afetivas moderadas ao longo do tempo.

Figura 34.

Frequência dos Níveis de Afeto Compartilhado ao Longo do Tempo (TIS).



Os resultados apresentados na Figura 34 reforçam a presença majoritária do nível 2 (interações neutras), codificado em 1.471 das 2.064 observações (71,3%), ao longo de quase toda a série temporal, com esse nível aparecendo em média entre 25 a 35 famílias por segundo. Já o nível 3 (positivo), com 573 ocorrências (27,8%), se manteve presente, ainda que em menor escala, aparecendo com frequência entre 5 a 15 famílias por segundo. Por outro lado, o nível 1 (negativo), apareceu apenas 3 vezes (0,1%), mostrando-se-se praticamente ausente em todo o intervalo, com registros extremamente baixos e isolados.

Essa composição comprova o padrão de estabilidade emocional ao longo dos oito

minutos analisados, com predominância de interações neutras, intercalada por manifestações positivas pontuais e consistentes. Comportamentos afetivos negativos ou ausência de visibilidade foram praticamente inexistentes.

Regressão Linear Simples PATER e TIS

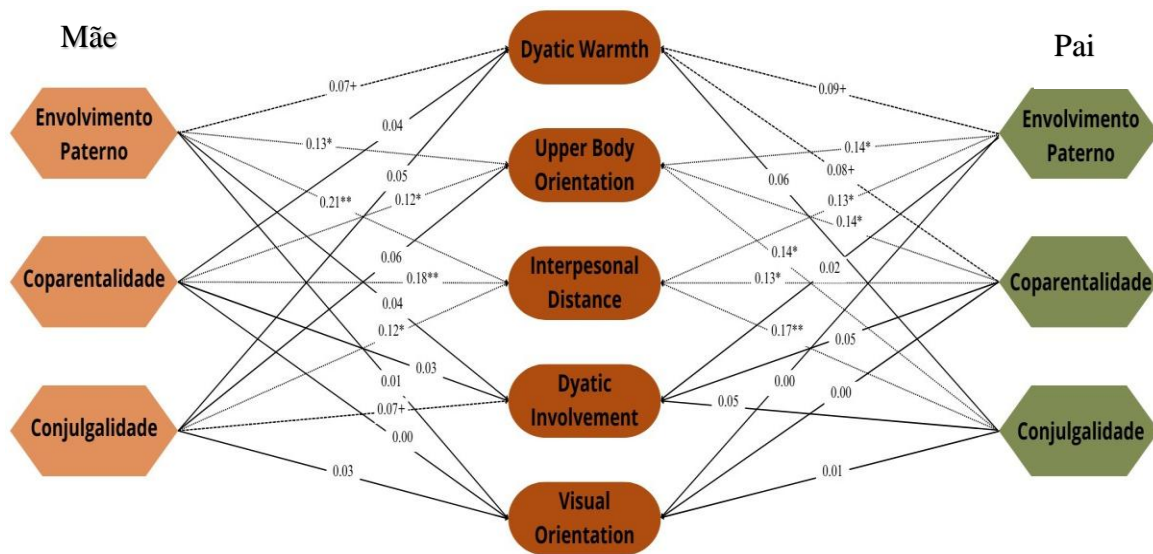
Os resultados apresentados referem-se às análises de regressão linear simples que examinaram a associação entre as dimensões autorrelatadas no questionário PATER, que avalia Envolvimento Paterno, Coparentalidade e Conjugalidade, e os indicadores observacionais provenientes do *Taxonomy of Interactional Synchrony*, composto pelas categorias Distância Interpessoal, Orientação Visual, Oreintação da Parte Superior do Corpo, Envolvimento Diádico e Afeto Compartilhado.

Os dados observacionais das díades parentais resultaram 48 avaliações por categoria, das quais se calculou a média global, representando a medida final considerada nas análises. No caso do PATER, as respostas de mães e pais foram coletadas separadamente e, para cada responsável, obteve-se a média de cada subescala, de modo que tanto os relatos subjetivos quanto as observações em vídeo foram reduzidos a indicadores médios por díade.

Essa abordagem possibilitou contrastar como as percepções de cada parceiro se associam aos mesmos padrões comportamentais observados, permitindo investigar a correspondência entre relatos individuais e manifestações interacionais objetivas. A Figura 35 apresenta uma síntese visual dos resultados obtidos.

Figura 35.

Associações entre PATER (respondido por ambos os responsáveis) e indicadores observacionais de interação diádica.



Nota. Valores representam correlações de Pearson (r). * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

O diagrama organiza, à esquerda, as dimensões avaliadas pelo questionário PATER (versão respondida pelas mães), ao centro as categorias observacionais do *Taxonomy of Interactional Synchrony*, e à direita novamente as escalas autorrelatadas, mas agora na versão obtida pelos pais. Os valores indicados correspondem ao R^2 ajustado de cada modelo de regressão linear simples, enquanto os símbolos remetem ao nível de significância estatística, distinguindo efeitos significativos, tendências e relações não significativas. Essa representação gráfica permite uma visão panorâmica das associações, que serão detalhadas a seguir.

Coparentalidade

Nos relatos maternos, a Coparentalidade apresentou associação significativa com a *Orientação da Parte Superior do Corpo* ($\beta = 1.63$; $p = 0.02$) e *Distância Interpessoal* ($\beta = 1.42$;

$p = 0.004$). Esses resultados sugerem que uma percepção mais positiva da cooperação entre os parceiros na criação dos filhos está vinculada a posturas corporais mais orientadas entre si e menor afastamento físico durante as interações observadas em vídeo.

Na avaliação paterna, verificou-se o mesmo padrão: *Orientação da Parte Superior do Corpo* ($\beta = 1.722$; $p = 0.01$) e *Distância Interpessoal* ($\beta = 1.189$; $p = 0.01$) também mostraram associações significativas. Além disso, apenas nos relatos paternos a categoria *Afeto Compartilhado* apresentou efeito marginal ($p = 0.07$), sugerindo uma possível relação entre a coparentalidade percebida e o clima afetivo geral da díade, ainda que de forma menos robusta. Como a subescala de Coparentalidade também contempla aspectos de crítica e desqualificação do parceiro diante do filho, é plausível que esses elementos negativos afetem de modo mais indireto e específico a atmosfera afetiva quando relatados pelo pai.

Por outro lado, categorias como *Orientação Visual*, *Envolvimento Diádico* e *Afeto Compartilhado* (no caso dos relatos maternos) não mostraram associações significativas. Isso indica que a cooperação coparental tende a se expressar mais claramente em padrões estruturais de alinhamento corporal (distância e orientação do tronco) do que em aspectos mais explícitos, como a direção do olhar, o envolvimento diádico ou a atmosfera afetiva da díade, pelo menos a partir da percepção materna.

Em conjunto, os resultados de mães e pais apontam para uma relação consistente entre cooperação coparental e sincronia comportamental, sobretudo nas dimensões corporais da interação. No entanto, a tendência observada apenas nos relatos paternos para a dimensão de *Afeto Compartilhado* sugere que a percepção masculina da coparentalidade pode estar mais vinculada ao clima afetivo da díade do que a percepção materna.

Regressão Linear Múltipla entre a Subescala Coparentalidade (PATER) e Variáveis Sociodemográficas (ISD)

Para compreender de maneira mais aprofundada como a relação coparental, avaliada pelo PATER se relaciona com diferentes características sociodemográficas, foram realizadas análises por meio de regressões múltiplas. Essas análises têm como objetivo identificar quais fatores sociodemográficos exerce maior influência sobre os escores da subescala da coparentalidade, permitindo avaliar simultaneamente o efeito de múltiplas variáveis e construir modelos que reflitam com maior precisão os padrões de comportamento parental e de interação familiar.

Antes de avançar para os modelos de regressão, foi necessário realizar uma etapa exploratória para verificar possíveis associações. Para isso, aplicamos os testes de Kruskal-Wallis e ANOVA, além de calcular o eta para cada par de variáveis. Essa análise preliminar possibilitou avaliar, de maneira inicial, as relações entre a subescala do PATER e os indicadores sociodemográficos, permitindo identificar quais apresentavam maior potencial explicativo para posterior inclusão nos modelos de regressão múltipla.

Em seguida, foram construídos os modelos de regressão múltipla. Considerando a existência de versões distintas do instrumento respondidas por mães e por pais, os modelos foram ajustados separadamente para cada grupo, a fim de controlar diferenças de percepção e assegurar a análise das especificidades de cada perspectiva parental.

A apresentação dos resultados a seguir foca nos modelos que melhor se ajustaram, destacando os preditores sociodemográficos mais relevantes. Dessa forma, é possível compreender não apenas quais fatores influenciam diretamente as práticas parentais, mas também a magnitude e a direção dessas relações, oferecendo um panorama detalhado do contexto familiar em estudo.

Coparentalidade e ISD

A subescala de Coparentalidade avalia a percepção que cada genitor tem do outro em relação ao quanto este coopera nas responsabilidades parentais e na parceria para o cuidado com os filhos. No modelo de regressão múltipla para as mães, observou-se que os preditores explicaram 18,3% da variância da coparentalidade ($R^2 = 0,18$; R^2 ajustado = 0,11), com correlação múltipla moderada ($R_{yx} = 0,4288$). O teste F global ($F = 2,55$; $p = 0,07$) não foi estatisticamente significativo ao nível de 5%, mas indicou uma tendência de que, em conjunto, os preditores possam exercer alguma influência sobre a percepção materna da coparentalidade.

Tabela 20.

Modelo final da Regressão Múltipla para Subescala Coparentalidade, do questionário PATER, respondido pelas mães em relação às variáveis predictoras (sociodemográficas).

Índices Globais do Modelo				
R2 (Coef. de determinação)	R2 ajustado	Ryx (Coef. correlação múltipla)	F (regressão)	p-valor do F
0.1838	0.1118	0.4288	2.553	0.0707
Regressão Múltipla (Modelo Final)				
Parâmetro	Coefficiente (b)	Valor t	p-valor	
Intercepto	4.557	11.938	< 0.0001	
Religião Pai	-0.1019	-2.282	0.0288	
Fonte de Renda Pai	-0.0336	-0.9617	0.3429	
Benefícios de Bolsa	0.3780	1.171	0.2497	

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Entre os preditores, destacou-se a *Religião do Pai*, que apresentou efeito negativo e estatisticamente significativo ($b = -0,10$; $t = -2,28$; $p = 0,02$). Esse resultado sugere que determinadas afiliações religiosas do pai se associam a percepções maternas menos positivas sobre a coparentalidade, possivelmente refletindo diferenças culturais ou de valores na forma como o apoio e a colaboração são percebidos. Já a *Fonte de Renda do Pai* ($b = -0,03$; $p = 0,34$)

e os *Benefícios de Bolsa* ($b = 0,37$; $p = 0,24$) não mostraram significância estatística, indicando ausência de associações consistentes com a percepção materna da coparentalidade.

De forma geral, os resultados indicam que os fatores sociodemográficos analisados explicam apenas uma parcela limitada da percepção materna da coparentalidade. Ainda assim, a *Religião do Pai* foi a variável que melhor se ajustou ao modelo, sendo a única a alcançar significância estatística.

No modelo de regressão múltipla para os pais, os preditores explicaram 16,8% da variância da coparentalidade ($R^2 = 0,16$; R^2 ajustado = 0,09), com correlação múltipla moderada ($R_{yx} = 0,41$). O modelo global não atingiu significância estatística ($F = 2,29$; $p = 0,09$), mas indicou uma tendência de explicação parcial da percepção paterna sobre a coparentalidade.

Tabela 21.

Modelo final da Regressão Múltipla para Subescala Coparentalidade, do questionário PATER, respondido pelos pais em relação às variáveis predictoras (sociodemográficas).

Índices Globais do Modelo				
R2 (Coef. de determinação)	R2 ajustado	Ryx (Coef. correlação múltipla)	F (regressão)	p-valor do F
0.1685	0.0951	0.4105	2.296	0.0941
Regressão Múltipla (Modelo Final)				
Parâmetro	Coefficiente (b)	Valor t	p-valor	
Intercepto	5.136	10.391	< 0.0001	
Religião Mãe	0.05	0.6784	0.5021	
Fonte de Renda Mãe	-0.062	-1.647	0.1086	
Benefícios de Bolsa	-0.5692	-1.486	0.1465	

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

No exame dos preditores individuais, nenhum apresentou significância estatística ao nível de 5%. A *Religião da Mãe* ($b = 0,05$; $p = 0,50$) mostrou-se neutra, sem efeito relevante sobre a percepção paterna. A *Fonte de Renda da Mãe* apresentou tendência negativa ($b = -$

0,06; $p = 0,10$), sugerindo que diferentes formas de participação financeira materna poderiam influenciar, de maneira sutil, a forma como os pais percebem a cooperação coparental. Já os *Benefícios de Bolsa* ($b = -0,56$; $p = 0,14$) também não foram estatisticamente significativos, mas indicaram uma possível associação negativa com a percepção paterna, ainda que sem robustez.

De forma geral, os resultados mostram que as variáveis sociodemográficas analisadas explicam uma parcela limitada da percepção dos pais sobre a coparentalidade. Apesar da ausência de significância estatística, a Fonte de Renda da Mãe e os Benefícios de Bolsa foram as variáveis que melhor se ajustaram ao modelo, ainda que de maneira não conclusiva.

Discussão

Caracterização das Famílias Participantes

Nesta pesquisa, a caracterização sociodemográfica das famílias ribeirinhas evidenciou uma realidade marcada por desafios socioeconômicos e de infraestrutura, mas também por estratégias de adaptação. Quanto aos desafios identificados, as análises sociodemográficas indicaram que as famílias apresentam vulnerabilidade econômica, escolaridade limitada e vivem em contexto que apresenta saneamento básico precário.

Com relação a vulnerabilidade econômica, de acordo com o critério governamental brasileiro de perfil socioeconômico (CadÚnico, 2025) os dados descrevem um perfil predominante de baixa renda, com 84% das famílias apresentando renda de até dois salários-mínimos. Também se verifica a alta incidência de famílias que recebem Bolsa Família, com 92,11% das famílias inscritas no programa assistencial.

A relação entre os indicadores da Frequência da Renda Mensal Familiar e Percentual de Recebimento de Bolsa Família (Figura 18) sugere que a vulnerabilidade econômica das

famílias pesquisadas as torna fortemente dependentes de políticas de assistência social, que se apresentam como instrumentos fundamentais para a manutenção da subsistência e a redução das desigualdades (Freire et al., 2013; Gonçalves et al., 2024). Assim, os resultados revelam não apenas a fragilidade econômica do grupo estudado, mas também a relevância das transferências governamentais como apoio complementar à renda familiar.

De acordo com a Figura 19, entre as categorias de fonte de renda, 52,6% das mães relataram a categoria “outro” como principal fonte de renda, incluindo 7,8% que relataram combinações entre a categoria “outro” e extrativismo e artesanato. Os resultados sugerem uma divisão de papéis econômicos marcada por gênero, onde os homens permanecem mais ligados às atividades extrativistas, ao passo que as mulheres assumem funções diversificadas, frequentemente relacionadas a trabalhos informais, serviços domésticos ampliados e artesanato. A elevada incidência da categoria 'outros' também pode estar associada à expressiva proporção de famílias beneficiárias do Bolsa Família, o que sugere que parte significativa das mães tenha referido o programa social como fonte de renda.

No que se refere à escolaridade, neste estudo identificaram-se trajetórias educacionais distintas entre homens e mulheres da amostra. Os dados revelam que as mães apresentam maior frequência de conclusão do ensino médio (55,3%) e, em alguns casos, avançam para níveis mais elevados de formação (superior incompleto, 5,3%; superior completo, 2,6%; ensino técnico, 2,6%).

Por outro lado, os pais tendem a interromper a trajetória escolar antes do ensino médio (fundamental incompleto, 31,6%; fundamental completo, 21,1%). Esse padrão sugere maior propensão masculina à evasão escolar nos anos finais do ensino fundamental, enquanto as mulheres permanecem na escola até, em sua maioria, concluir o ensino médio.

A literatura aponta que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, influenciado por desigualdades sociais e econômicas, bem como por fatores individuais, familiares e institucionais (Araújo et al., 2025; Ramos & Gonçalves Junior, 2024; Brito et al., 2025; de Souza et al., 2025). No contexto de vulnerabilidade econômica estudado, a interrupção da escolarização dos homens pode estar associada à necessidade de complementar a renda familiar. Assim, é possível supor que, no ambiente ribeirinho, as meninas recebam maior incentivo para permanecer na escola, ao passo que os meninos sejam socialmente encorajados a ingressar precocemente em atividades econômicas, sobretudo no extrativismo.

Os dados do estudo também revelam um cenário de infraestrutura sanitária precária, onde o uso de água sem tratamento (34,2%), o despejo de esgoto diretamente no rio (15,8%), e a queima de lixo (52,7%) evidenciam os desafios sanitários e ambientais persistentes que oferecem riscos à saúde e o meio ambiente (Rodrigues & Palheta, 2019; Tavares et al., 2021). A ausência de saneamento básico na região, evidencia a negligência do Estado com essa população (Tavares et al., 2021).

No entanto, apesar dos desafios mencionados, a agricultura de subsistência, a organização familiar em aglomerados e o tipo de moradia surgem como estratégias possíveis de mitigar as dificuldades enfrentadas pelas famílias ribeirinhas.

Segundo a literatura, a agricultura familiar favorece práticas sustentáveis, essenciais para a resiliência dos sistemas alimentares e para a sustentabilidade ambiental (dos Santos, 2023; Lima et al., 2024). A pesca e o cultivo de frutos como açaí, cacau e andiroba para consumo próprio, contribuem para a segurança alimentar, além de que o cultivo dos frutos mencionados também contribui para a geração de renda familiar (Farias & Costa, 2024).

A diversificação do cultivo de frutos demonstra que as famílias adotam práticas de pluriatividade agrícola (Schneider, 2003; da Silva & Halan, 2023), o que lhes permite não

apenas ampliar as possibilidades de renda, mas também reduzir a vulnerabilidade frente à sazonalidade da produção e às oscilações de preço dos produtos, especialmente do açaí, que se destaca como o fruto mais consumido e comercializado na região (Martins da Silva & Moraes Peixinho, 2023; Mota et al., 2025). Observa-se ainda que apenas uma família declarou não cultivar, o que reforça o lugar central da agricultura no cotidiano local, tanto para a geração de renda quanto para o consumo familiar.

Em relação a organização familiar, observa-se a predominância do tipo nuclear (78,94%), formado por mãe, pai e filhos vivendo na mesma residência, porém em terreno com outras residências de familiares extensos. Durante o trabalho de campo, constatou-se que a ocupação nas ilhas mantém um padrão de aglomerados familiares, com casas de membros de uma mesma família extensa distribuídas em amplas áreas de vegetação. De acordo com relatos de moradores, essa organização decorre de um processo de permanência territorial, em que filhos e netos dos moradores originais constroem suas residências nos terrenos herdados ou doados pelos seus antecessores.

Essa configuração familiar reforça os laços e promove a continuidade da presença da família na comunidade. O apoio e a convivência proporcionados nesses aglomerados familiares contribuem para mitigar os desafios enfrentados pelos ribeirinhos, oferecendo suporte social, compartilhamento de recursos e cuidados mútuos.

Essa proximidade física entre familiares também favorece o estabelecimento de uma rede de suporte com os cuidados das crianças, o que pode reduzir o estresse parental e favorecer a coparentalidade (Feinberg, 2003; Coltro et al., 2020). Além disso, a maioria dos participantes (89%) demonstrou intensão em permanecer na comunidade em que vive, sugerindo vínculos afetivos e territoriais consolidados.

Ainda sobre a capacidade de adaptação das famílias ribeirinhas, destaca-se o tipo de moradia característico dessa população. As residências, em sua maioria próprias (84,2%), construídas em madeira (84,2%) e com poucos cômodos, refletem condições habitacionais simples, porém sustentáveis, que se adaptam ao ciclo hidrológico, e são relativamente estáveis, conferindo continuidade à vida familiar em harmonia com o meio ambiente (Costa et al., 2015; Vicente et al., 2021).

Em síntese, os resultados revelam um modo de vida ribeirinho caracterizado por desafios e adaptações, onde ao mesmo tempo em que as famílias ribeirinhas convivem com limitações econômicas, educacionais e de infraestrutura, as mesmas demonstram uma notável capacidade de adaptação. Essa resiliência é construída por meios de vínculos familiares e territoriais fortes, na diversidade de atividades que garantem a subsistência e a renda, e na preservação de práticas culturais e agrícolas transmitidas ao longo das gerações (Santos et al., 2020; Vicente et al., 2021; Costa et al., 2015; Batista & Gomes, 2015).

Entender a forma como a população ribeirinha se relaciona com o ambiente é um passo fundamental para interpretar as percepções parentais acerca da coparentalidade e a maneira como se configuram as interações familiares.

Coparentalidade Percebida (PATER)

A percepção dos pais sobre a relação Interparental foi avaliada mediante aplicação do questionário PATER. As estatísticas descritivas do instrumento indicam que, de maneira geral, tanto mães quanto pais apresentam percepções positivas das dimensões da coparentalidade, envolvimento paterno e a qualidade conjugal, com médias elevadas, próximas a 4,3–4,5 em uma escala de 1 a 5. O escore médio geral do PATER, considerando as três dimensões analisadas, foi de 4,36 (DP = 1,00) para os pais e 4,35 (DP = 1,10) para as mães.

Os resultados da subescala de Coparentalidade, apontam para um quadro amplamente favorável dessa relação parental, com média de 4,37 (DP = 0,95) para os pais e 4,57 (DP = 0,86) para as mães. A análise dos itens da escala revela que os cuidadores demonstram alto grau de concordância na criação da criança e colaboração ativa nas decisões parentais (“Vocês concordam sobre a forma de criar a criança”; “Seu parceiro concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o seu filho?”; “Vocês conversam sobre os problemas referentes à criação da criança”), bem como alto nível de apoio mútuo (“Seu parceiro fala bem de você para o seu filho?”).

Por outro lado, comportamentos negativos, como conflitos e triangulação familiar (“Seu parceiro te critica ou fala mal de você na frente do seu filho ou para seu filho?”; “seu parceiro tira a sua autoridade na frente do seu filho?”; “Quando você e seu parceiro discutem, seu parceiro tenta influenciar seu filho para tomar o partido dele?”), foram percebidos como raros.

O alto escore em todas as questões do questionário, à luz do Modelo da Estrutura Interna (Feinberg, 2003), indica uma relação coparental de excelente qualidade, altamente cooperativa e harmoniosa. De acordo com as dimensões do modelo de Feinberg (2003), os pais demonstram alto *acordo* nas decisões de criação e disciplina, alto *apoio* com suporte mútuo, reconhecimento e validação positiva do papel parental do outro perante o filho, e baixo índice de *sabotagem*, evitando conflitos parentais e triangulação.

Dessa forma, a amostra da pesquisa apresenta percepção coparental altamente positiva e consistente, configurando um potente fator de proteção que favorece a estabilidade e o bom funcionamento das dinâmicas familiares (Feinberg, 2003, McHale et al., 2020; De Palma et al., 2023; Lamela & Figueiredo, 2010; Dourado et al., 2017).

Os resultados da subescala Conjugalidade também revelam, de modo geral, percepções predominantemente positivas sobre a relação entre os cuidadores, marcadas por altos níveis de

afeto, apoio emocional e parceria mútua, onde, em uma escala de 0 a 5, as médias das mães variaram de 4,14 a 4,43, enquanto entre os pais as médias variaram de 3,95 a 4,82.

No entanto, surgem algumas diferenças pontuais entre os grupos. As mães demonstraram maior variabilidade nas respostas em itens relacionados à disponibilidade para o diálogo (item 15), apresentando média de 3,92 (DP = 1,26), enquanto os pais relataram níveis mais elevados e consistentes (M = 4,53; DP = 0,92). Por outro lado, os pais demonstraram maior variabilidade na percepção de justiça e negociação em situações de conflito (item 22), apresentando média de 3,63 (DP = 1,28), em comparação às mães, cuja média foi de 4,08 (DP = 1,14).

Além disso, embora comportamentos negativos, como insultos ou críticas (item 23), tenham sido raramente relatados - especialmente pelas mães (M = 4,11; DP = 1,29) que apresentaram 25 respostas no nível máximo, enquanto os pais (M = 3,63; DP = 1,28) apresentaram 14 respostas neste nível, dado o valor invertido do item -, a presença de algumas respostas intermediárias entre os pais no nível 3 (n=13) aponta para experiências individuais menos homogêneas nesse aspecto.

Dessa maneira, os resultados da subescala Conjugalidade demonstram que a percepção da qualidade da relação marital entre os cuidadores é predominantemente satisfatória, caracterizada por elevados níveis de afeto, apoio mútuo e parceria (Mosmann et al, 2018; Fidelis et al., 2022). As médias elevadas nos itens de suporte sugerem uma relação conjugal amorosa e funcional, apesar das diferenças pontuais observadas na percepção de disponibilidade para conversar e justiça na negociação de conflitos.

No contexto do sistema familiar, esta conjugalidade positiva fortalece significativamente a coparentalidade (Feinberg, 2003; Schoppe-Sullivan et al., 2004; Christopher et al., 2015; Fidelis et al., 2017; Chen et al., 2017; Young et al., 2017; Zemp et al.,

2017; Ronaghan et al., 2024; Kuo et al., 2024), onde a satisfação conjugal e o apoio emocional entre os parceiros facilitam o acordo nas práticas parentais e potencializam o suporte coparental, mitigando o risco de sabotagem ou conflitos interparentais (Frizzo et al, 2005; Ece et al., 2023).

Os achados de percepção conjugal satisfatória e coparentalidade positiva combinados, convergem com o Modelo da Estrutura Interna (Feinberg, 2003), que propõe uma relação de reforço mútuo entre esses subsistemas familiares. Essa associação positiva é amplamente corroborada pela literatura (Kwok et al., 2015; Ronaghan et al., 2024; Kuo & Yang, 2024; Ece, et al, 2024), a qual enfatiza a satisfação conjugal como um dos preditores mais influentes da relação coparental (Pedro et al., 2012; Christopher et al., 2015; Zhang et al., 2024). Isto permite afirmar que alta qualidade conjugal da amostra serve como um facilitador essencial para a coparentalidade cooperativa já observada.

Com relação a categoria *Envolvimento Paterno*, de modo geral, os dados indicam que mães e pais percebem de forma positiva esta dimensão em aspectos como o cuidado com a criança e apoio financeiro, onde as mães apresentaram média de 4.20 (DP = 1.24) e os pais apresentaram média de 4.43.(DP = 0.9).

Itens como “Ajuda nas despesas da casa”, “Ajuda a cuidar da criança quando necessário” e “Cuida bem da criança”, apresentaram altos níveis de concordância entre os respondentes, com mães apresentando médias 4,79 (DP = 0,66), 4,47 (DP = 0,92) e 4,87 (DP = 0,66), e pais apresentando médias 4,84 (DP = 0,37), 4,76 (DP = 0,54) e 4,87 (DP = 0,41), respectivamente. Os achados corroboram com a literatura existente em que a associação entre coparentalidade e o envolvimento paterno se apresenta de forma positiva (McBride & Rane, 1998; NICHD, 2000), reforçando os achados de coparentalidade positiva percebida pelos participantes da pesquisa.

De acordo com a classificação de Lamb et al. (1985), observa-se que os itens de maior consenso se concentram nos componentes de *responsabilidade* (sustento financeiro, levar a criança para escola, médico) e de *interação direta* (cuidado e qualidade da relação com a criança). No entanto, emergem discrepâncias sutis quanto ao componente de *divisão de trabalho* no que diz respeito ao envolvimento paterno em tarefas domésticas (Item 2), onde os pais tendem a avaliar sua participação de forma mais positiva que as mães (M = 3,89, DP = 0,89; M = 3,50, DP = 1,25, respectivamente).

Desta maneira, os resultados deste estudo evidenciam que, embora haja forte consenso em dimensões relacionadas à *responsabilidade* e à *interação direta*, a *divisão do trabalho* doméstico surge como um ponto de tensão ou discrepância, podendo indicar que a satisfação com a divisão de tarefas pode estar relacionada a diferentes expectativas de gênero, refletindo normas culturais e sociais que influenciam a percepção e a distribuição das responsabilidades domésticas (Feinberg, 2003).

As análises de ANOVA e post-hoc indicaram que não houve diferenças estatisticamente significativas entre as médias gerais do PATER para mães e pais, sugerindo percepções relativamente semelhantes acerca da coparentalidade, envolvimento paterno e qualidade conjugal. Entretanto, testes t nos subitens revelaram diferenças pontuais: os pais tendem a se perceber mais participativos em tarefas domésticas ($t = 1,894$; $p = 0,033$) e em cuidados eventuais com os filhos ($t = 1,64$; $p = 0,0498$), bem como mais positivos quanto ao apoio, afeto e proximidade emocional no relacionamento conjugal (Itens 15 a 19).

Por outro lado, as mães apresentaram percepções mais altas sobre cooperação do parceiro e abertura ao diálogo, além da ausência de comportamentos negativos, como insultos ou críticas (Itens 8 e 23). Esses achados indicam que, embora existam tendências sutis de variações em percepções específicas nos grupos analisados, há uma convergência geral nas

avaliações de ambos os cuidadores, evidenciando visões próximas sobre o envolvimento paterno, a coparentalidade e a qualidade do relacionamento conjugal.

Além disso, os resultados das análises de regressão linear simples e múltipla oferecem importantes subsídios para compreender a dinâmica da coparentalidade em famílias ribeirinhas, evidenciando diferenças significativas entre as percepções materna e paterna.

Para as mães, a dimensão *Envolvimento Paterno* foi o preditor mais consistente da coparentalidade ($R^2 = 0,33$; $R^2_{aj} = 0,31$; $p < 0,0001$), indicando que sua percepção da parceria parental está fortemente associada às ações concretas do pai no cotidiano, como cuidados diretos com a criança, participação nas tarefas domésticas e suporte financeiro. A *conjugalidade* também se mostrou um fator relevante ($R^2 = 0,22$; $R^2_{aj} = 0,20$; $p = 0,002$), embora com menor peso preditivo. Esse padrão sugere que, embora fatores afetivos e comunicativos entre os parceiros (como apoio, afeto e negociação de conflitos) contribuam para a percepção materna de parceria, são as práticas concretas de cuidado paterno que desempenham papel central na avaliação da funcionalidade coparental.

Esses achados estão em consonância com pesquisas que evidenciam a relação positiva entre coparentalidade e envolvimento paterno. Estudos mostram que a percepção materna de uma coparentalidade cooperativa está associada a um maior engajamento do pai nas práticas de cuidado e interação com os filhos (Jia & Schoppe-Sullivan, 2011), especialmente quando as mães adotam crenças parentais mais igualitárias e percebem o parceiro como colaborativo (Buckley & Schoppe-Sullivan, 2010). Além disso, observou-se uma relação bidirecional entre coparentalidade e envolvimento paterno, em que o apoio mútuo fortalece a participação do pai e esta, por sua vez, favorece a parceria coparental (Jia & Schoppe-Sullivan, 2011).

Os achados corroboram com estudos que indicam que o envolvimento paterno é influenciado pelas atitudes maternas na relação de coparentalidade (Jia & Schoppe-Sullivan,

2011), em que comportamentos de incentivo e reconhecimento tendem a aumentar a participação dos pais, enquanto comportamentos críticos ou pouco receptivos ao papel paterno reduzem o engajamento (Schoppe-Sullivan et al., 2008; Campbell, 2022). O alto escore médio de percepção paterna da coparentalidade ($M = 4,37$; $DP = 0,95$) encontrado neste estudo, reforça a hipótese de que, nesse contexto, as mães desempenham um papel ativo de encorajamento e validação da paternidade, favorecendo uma relação coparental mais cooperativa.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de gatekeeping materno, que descreve o conjunto de atitudes das mães capazes de facilitar (*gate opening*) ou restringir (*gate closing*) o envolvimento dos pais nas tarefas parentais (Allen & Hawkins, 1999; Schoppe-Sullivan et al., 2008; Altenburger, 2022; Wang et al., 2023). O fato de o envolvimento paterno percebido pelas mães ter emergido como o principal preditor sugere que a percepção materna da parceria parental é mediada pelo grau em que o pai atende às expectativas sobre a divisão de responsabilidades e cuidados.

Os resultados dialogam também com o segundo componente da Teoria da Estrutura Interna da Coparentalidade (Feinberg, 2003), relativo à distribuição dos deveres parentais, que envolve cuidados com a criança, tarefas domésticas e responsabilidades financeiras. A percepção positiva dessa divisão está relacionada à satisfação dos pais e depende da correspondência entre a prática cotidiana e suas crenças sobre contribuições parentais (Hackel & Ruble, 1992; MacDermid et al., 1990, Feinberg, 2003. Biehle & Mickelson, 2012; Newkirk, 2017; Petts, 2025).

A literatura aponta que as mães tendem a assumir a maior parte das tarefas domésticas e das responsabilidades com os filhos, e que a percepção de justiça na divisão dessas responsabilidades influencia diretamente a qualidade da relação Interparental (Aldous et al,

1998; Goodnow, 1998; Feinberg, 2003; Ciciolla & Luthar, 2019; Koster et al, 2022; Martin et al, 2024). Quando as expectativas maternas sobre a colaboração paterna não são atendidas, emergem sentimentos de injustiça e ressentimento, que podem gerar estresse parental e dificultar interações sensíveis com a criança (Goodnow, 1998; Feinberg, 2003).

Diante dos resultados, pode-se afirmar que, na percepção materna, a coparentalidade está fortemente associada ao envolvimento paterno nas tarefas de cuidado e à colaboração cotidiana do pai, enquanto a conjugalidade exerce influência secundária.

No que se refere aos pais, os resultados indicam um padrão distinto em relação às mães: enquanto a autoavaliação do envolvimento paterno não apresentou associação significativa com a percepção da coparentalidade ($R^2 = 0,01$; $R^2_{aj} = -0,01$; $p = 0,49$), a conjugalidade emergiu como um preditor extremamente robusto desse construto ($R^2 = 0,70$; $R^2_{aj} = 0,69$; $p < 0,0001$). Isso sugere que, para os pais, a percepção de coparentalidade está fundamentalmente ancorada na qualidade da relação conjugal — caracterizada por afeto, apoio emocional e comunicação eficaz — e não tanto de suas próprias práticas parentais cotidianas.

Nesse sentido, os resultados indicam que, entre os pais ribeirinhos, a conjugalidade exerce influência substancial sobre a percepção da coparentalidade. Essa diferença pode estar associada a fatores contextuais, em que, nas comunidades ribeirinhas, o relacionamento conjugal tende a assumir papel central na estabilidade familiar e na coordenação das tarefas cotidianas, possivelmente devido à rotina familiar que favorece a disponibilidade paterna.

Os resultados estão em consonância com estudos recentes baseados em autorrelatos paternos, que identificaram associações positivas entre coparentalidade e conjugalidade (Zhang et al., 2024; Kuo et al., 2024). Contudo, destaca-se neste estudo a magnitude elevada da correlação entre essas variáveis a partir dos relatos dos pais. Em uma meta-análise conduzida por Ronaghan et al. (2024), observou-se uma correlação moderada entre satisfação conjugal e

qualidade da coparentalidade de $r = 0,41$, ligeiramente superior para as mães ($r = 0,48$) em comparação aos pais ($r = 0,42$). Frente a esses parâmetros, o efeito paterno identificado no presente estudo revela-se robusto e merece destaque.

Até o momento, não foram identificadas referências que reportassem magnitude semelhante à observada, reforçando a singularidade do achado, embora diferenças metodológicas (instrumentos utilizados, tipo de coeficiente reportado, características da amostra e especificidades do contexto ribeirinho) exijam cautela na interpretação.

A relação entre coparentalidade e conjugalidade tem sido comumente explicada pela literatura através da teoria do efeito de transbordamento, ou *spillover effect* (Liu & Wu, 2018), que descreve como as tensões e conflitos conjugais repercutem em outros domínios da vida familiar, afetando negativamente as práticas interparentais (Erel & Burman, 1995; Parkes et al., 2019; Fidelis, 2022). Por outro lado, relações conjugais baseadas em respeito, intimidade e comunicação positiva favorecem o apoio recíproco no exercício dessas funções (Christopher et al., 2015). Isso indica que, no contexto estudado, a relação coparental positiva percebida pelos pais, baseada no apoio mútuo, é altamente favorecida pela satisfação no relacionamento marital pouco conflituoso.

Em síntese, os achados deste estudo revelam um sistema familiar interdependente, no qual as percepções materna e paterna da coparentalidade se organizam de forma diferenciada, mas complementares. Enquanto para as mães a coparentalidade é vivenciada sobretudo a partir das práticas concretas de cuidado e colaboração do pai (envolvimento paterno), para os pais ela se ancora na qualidade da relação conjugal (conjugalidade). Essa reciprocidade evidencia o princípio da retroalimentação recursiva dos subsistemas familiares, conforme proposto pela perspectiva sistêmica da família. As interações coparentais são tanto produto quanto produtoras das dinâmicas conjugais e parentais, configurando um circuito de influência mútua e contínua.

Sob a perspectiva da Teoria da Estrutura Interna e do Contexto Ecológico da Coparentalidade (Feinberg, 2003), tais resultados ilustram como os componentes estruturais da coparentalidade — apoio, acordo, divisão de tarefas e gestão conjunta das responsabilidades parentais — interagem recursivamente com fatores familiares do contexto ecológico.

Coparentalidade Observada (TIS)

Os resultados observacionais apontam para um padrão de interação que combina coordenação funcional (distância interpessoal, orientação visual e orientação corporal), variações de engajamento (envolvimento diádico) e afeto entre os coparentes.

As análises descritivas das categorias do TIS demonstram que em relação à distância interpessoal, os coparentes se mantiveram a uma distância moderada, com mais de 20 cm e menos de 60 cm (46,2%), a próxima de até 20 cm (45,3%), apresentando uma média geral de 2,45 (DP = 0,68). A distância interpessoal entre os coparentes se concentrou predominantemente nos níveis 2 e 3, evidenciando que, no contexto observado, as interações se estabeleceram nas zonas pessoal e íntima (Hall 2005; Mantovani & da Piedade Ribeiro, 2018; Almeida et al, 2020; Martins, 2025), sugerindo uma proximidade suficiente para manter a atenção e o vínculo, mas não necessariamente marcada por contato físico direto ou intensa aproximação.

As análises relativas à orientação visual indicaram que os coparentes mantiveram, na maior parte do tempo, o olhar direcionado para o mesmo espaço interacional (59,06%), nível 3, apresentando média de 2,17 (DP = 1,05). Esse padrão sugere que, ao longo das interações observadas, os parceiros estabeleceram uma atenção visual conjunta, ainda que não recíproca, favorecendo a coordenação da participação no contexto familiar. O nível 1, em que os coparentes olham em direções diferentes, foi a segunda ocorrência mais frequente (34,06%),

refletindo momentos de dispersão atencional ao longo da dinâmica observada.

Esses resultados demonstram que ao longo das interações observadas, os parceiros tenderam a estabelecer uma atenção visual conjunta, ainda que não recíproca, favorecendo uma participação coordenada no contexto da interação familiar. As análises descritivas sugerem uma alta sincronia visual voltada ao ambiente ou à criança, em detrimento do contato visual direto entre os adultos.

No que se refere à orientação da parte superior do corpo, observou-se predominância do nível 3, em que os coparentes estão posicionados para a mesma direção (77,3%), com média de 2,76 (DP = 0,69). Essa configuração indica que mães e pais tendem a manter uma sintonia corporal alinhada com o ambiente e a criança, favorecendo a atenção compartilhada e a coordenação da interação. O padrão observacional revelou-se consistente e predominantemente coordenado, sugerindo uma sincronia interacional funcional na esfera coparental.

Quanto ao engajamento nas interações interparentais, a análise descritiva da dimensão do envolvimento diádico apresentou média de 2.32 (DP = 1.34) e demonstrou maior frequência de comportamento da díade parental nos níveis 4 e 3, concernentes a atividade (28,5%) e atenção conjunta (23,6%), que juntos representaram mais de 50% das observações e apontam para uma dinâmica consideravelmente marcada por momentos de coordenação recíproca e atividade conjunta.

No entanto, a elevada variância (1.80) e desvio padrão (1.34) evidenciam flutuações relevantes nos níveis de engajamento ao longo do tempo e entre as diferentes famílias, refletindo uma dinâmica interacional marcada por alternância entre momentos de baixo e alto envolvimento. Esses resultados sugerem que os coparentes tendem a se alternar entre participação ativa (com manipulação conjunta de brinquedos, fala e canto) e atenção

compartilhada, onde um dos coparentes observa brincadeira do outro ou quando a díade mãe-pai está atenta a brincadeira da criança.

Apesar dos resultados apresentarem alta frequência combinada de atividade e atenção compartilhada — níveis 1 e 2 — sugerindo alto engajamento na interação, as análises revelaram que o nível 1, relativo à ausência de envolvimento, foi predominante, correspondendo 46,6% das observações. Esse padrão indica que, em grande parte do tempo, os coparentes realizaram atividades paralelas ou ocorreram momentos em que um dos parceiros parentais ficava fora da brincadeira, sendo mantida a interação entre o outro parceiro e a criança.

Essa composição evidencia uma dinâmica interacional marcada por contrastes: ora pela ausência de conexão, ora por níveis elevados de envolvimento mútuo, refletindo a variabilidade expressiva no padrão de participação entre as díades ao longo da observação. Essa alternância entre momentos de desengajamento e de engajamento reforça que as interações coparentais não são estáticas e muitas vezes alternam em função de demandas contextuais ou distribuição de tarefas parentais. Apesar da presença significativa do nível 1, a soma de níveis 3 e 4 ultrapassa 50 % das observações, indicando que os coparentes também conquistam momentos consistentes de coordenação recíproca.

No que tange a dimensão de afeto compartilhado, as análises descritivas apresentaram média 2.26 (DP = 0.49), sugerindo que as interações tenderam ao nível neutro (nível 1) com uma frequência de 71,3% das observações, com presença expressiva de comportamento positivos, nível 3 (27,8%).

Os resultados da análise do Afeto Compartilhado revelam um padrão de estabilidade emocional nas interações entre os coparentes ao longo do tempo observado. A predominância de níveis neutros, acompanhada por manifestações positivas pontuais e consistentes, evidencia uma dinâmica afetiva marcada pela presença de demonstrações de afeto, como sorrisos e

demonstração de apoio e suporte.

Apesar de haver alguma variabilidade (variancia de 0 a 1,39) entre as famílias, os dados sugerem uma tendência geral à constância e à moderação nas expressões de afeto. Os registros de afetos negativos ou de ausência de visibilidade foram mínimos e esporádicos, reforçando a ideia de que, na maior parte do tempo, as interações ocorreram em um clima afetivo neutro, com episódios positivos bem distribuídos. Assim, conclui-se que o afeto compartilhado, nesse contexto, caracteriza-se mais por sua estabilidade neutra e leve positividade do que por oscilações intensas ou negativas.

De forma geral, as análises descritivas do TIS evidenciam que a coparentalidade nas famílias ribeirinhas observadas se caracteriza por um padrão de sincronia interacional marcado por alta coordenação funcional, engajamento moderado e clima afetivo neutro estável com tendência a demonstrações de apoio e afeto positivo. As variações referentes ao engajamento diádico (alternando entre momentos de atividade conjunta e atenção compartilhada e períodos de ausência de envolvimento), bem como as variações referentes ao afeto compartilhado (apresentando estabilidade neutra, como demonstrações consistentes de afetos positivo), refletem uma dinâmica flexível e adaptativa às demandas contextuais da interação triádica.

Convergências entre Autorrelato e Observação: Potencial Preditivo do PATER Sobre o TIS

Os resultados apresentados evidenciam que a coparentalidade se expressa por meio de comportamentos não verbais, refletido em indicadores comportamentais de proximidade física e de orientação corporal. Tanto mães quanto pais associaram percepções mais positivas dessa dimensão às categorias observacionais de sincronia interacional, nas quais se destacaram a manutenção de menor distância interpessoal (mães: $R^2 = 0.18$; $p = 0.0049$; pais: $R^2 = 0.13$; $p =$

0.0190) e a maior convergência da orientação da parte superior do corpo (mães: $R^2 = 0.12$; $p = 0.0206$; pais: $R^2 = 0.14$; $p = 0.0132$) ao longo das interações triádicas registradas em vídeo.

Por outro lado, dimensões mais sutis, como afeto compartilhado, orientação visual e envolvimento diádico, apresentaram efeitos menos robustos ou inconsistentes, sugerindo que tais aspectos, ainda que relevantes no plano teórico, podem se expressar de forma mais contingente ao contexto interacional triádico ou às especificidades da perspectiva de cada genitor. Nesse sentido, a percepção paterna parece mais sensível ao clima afetivo da díade ($R^2 = 0.08$; $p = 0.0754$), enquanto a materna enfatiza elementos estruturais de proximidade.

As análises deste estudo sugerem que o PATER, ao captar as percepções parentais sobre a coparentalidade, pode antecipar parcialmente aspectos observáveis das interações entre mães e pais em contexto triádico com a criança, avaliadas pelo TIS. As associações encontradas foram parciais e pontuais, concentradas sobretudo nas categorias Distância Interpessoal e Orientação da Parte Superior do Corpo, que refletem indicadores estruturais de proximidade física e orientação postural entre os parceiros.

Por outro lado, as dimensões Afeto Compartilhado e Envolvimento Diádico, apresentaram apenas efeitos marginais, sem alcançar significância estatística robusta, enquanto a Orientação Visual não demonstrou qualquer associação nos modelos testados. Essas evidências sugerem que o PATER contribui para explicar parte da variabilidade observada nos comportamentos da díade, mostrando-se mais sensível a padrões corporais objetivos do que à atmosfera afetiva ou ao engajamento interacional de caráter mais sutil.

Coparentalidade (PATER) e Variáveis Sociodemográfica (ISD)

A análise dos modelos de regressão múltipla revelou que os fatores sociodemográficos explicam uma parcela limitada da variabilidade na percepção de coparentalidade, tanto entre

mães quanto entre pais. Apesar de os modelos não alcançarem significância estatística global ao nível de 5%, observaram-se tendências que apontam caminhos interpretativos relevantes, especialmente quando considerados à luz dos contextos culturais e econômicos das famílias ribeirinhas estudadas.

Entre as mães, o conjunto de variáveis preditoras explicou aproximadamente 18% da variância da coparentalidade ($R^2 = 0,18$; R^2 ajustado = 0,11), indicando uma relação moderada entre os fatores analisados e a percepção materna de cooperação parental. O destaque foi a variável *Religião do Pai*, que apresentou associação negativa e estatisticamente significativa com a coparentalidade ($b = -0,10$; $p = 0,02$).

Esse achado sugere que determinadas afiliações religiosas paternas podem estar relacionadas a percepções maternas menos positivas sobre o apoio e a colaboração no exercício das funções parentais. Tal padrão pode refletir diferenças nas práticas e valores culturais associados a papéis de gênero e autoridade familiar, que, em contextos tradicionais ou mais conservadores, tendem a atribuir ao pai uma posição hierarquicamente superior no cuidado e na tomada de decisões (Feinberg, 2003; Novianti et al., 2023; Acharya, 2024).

Por outro lado, variáveis como a *Fonte de Renda do Pai* e recebimento de benefício de *Bolsa Família* não apresentaram associações significativas com a percepção materna da coparentalidade, o que indica que, nesse grupo, fatores econômicos diretos parecem exercer influência menos evidente sobre a forma como as mães avaliam o engajamento e a parceria dos pais no cuidado com os filhos.

No caso dos pais, o modelo explicou cerca de 17% da variância da coparentalidade ($R^2 = 0,16$; R^2 aj = 0,09), com correlação múltipla moderada ($R_{yx} = 0,41$). Embora nenhum preditor individual tenha atingido significância estatística, observaram-se tendências sutis associadas à participação financeira materna. A *Fonte de Renda da Mãe* apresentou coeficiente negativo (b

= -0,06; $p = 0,10$), sugerindo que, quando a mulher contribui de forma mais expressiva para a manutenção econômica da família, os pais tendem a relatar percepções ligeiramente menos positivas sobre a cooperação coparental.

De modo semelhante, o recebimento do benefício governamental *Bolsa Família*, destinado predominantemente às mulheres, também apresentou tendência negativa ($b = -0,56$; $p = 0,14$). Esse padrão indica que, em contextos nos quais a mulher assume papel central no sustento doméstico, seja por meio de renda própria ou de benefícios sociais, a percepção paterna da coparentalidade se mostra ligeiramente menos positiva. Tais resultados são compatíveis com evidências de que mudanças na distribuição dos papéis de gênero em contextos mais conservadores podem afetar a forma como os parceiros percebem sua corresponsabilidade parental (Novianti et al., 2023).

De forma geral, os resultados revelam nuances importantes sobre o papel das variáveis socioculturais na coparentalidade. A religiosidade paterna destacou-se como um elemento culturalmente sensível, capaz de modular a percepção materna de apoio e parceria. Já a participação financeira feminina, tanto pela *fonte de renda* quanto pelo recebimento do *Bolsa Família*, ainda que de forma sutil, pareceram se relacionar a percepção paterna de menor colaboração coparental.

No contexto ribeirinho estudado, valores religiosos e normas de gênero parecem orientar as percepções sobre parceria e divisão das responsabilidades parentais. Esses achados reforçam a importância de considerar as dimensões culturais e relacionais na compreensão das práticas coparentais, sobretudo em comunidades marcadas por vulnerabilidade social e estruturas familiares tradicionais.

Limitações da Pesquisa

A presente pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A primeira refere-se ao tamanho reduzido da amostra, composta por 38 famílias ribeirinhas, o que pode restringir a generalização dos achados, sobretudo em análises estatísticas. No entanto, diante das dificuldades de recrutamento inerentes ao contexto estudado, esse número representa um esforço significativo, considerando as condições de acesso e as demandas do trabalho de campo.

Diversos fatores contribuíram para o N reduzido da amostra. Entre eles, o próprio desenho metodológico do projeto guarda-chuva configurou um desafio. No delineamento do projeto mais amplo foram aplicados sete instrumentos separadamente para mães e pais, bem como realizadas observações das díades (mãe-criança, pai-criança) e da tríade (mãe-pai-criança). Cada sessão de coleta teve duração aproximada de duas horas, o que exigia elevada disponibilidade de tempo das famílias e a presença simultânea de mãe, pai e criança, condição nem sempre facilmente alcançada.

Esse fator impactou diretamente o processo de recrutamento e pode ter gerado um viés de participação, já que famílias com maior disponibilidade e engajamento tenderam a aceitar o convite, favorecendo uma possível seleção natural da amostra.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à logística da coleta, realizada por meio de deslocamentos de barco. Em localidades mais isoladas, o acesso dependia de condições ambientais específicas, como dia e horário da maré alta, o que restringia a flexibilidade das visitas e aumentava a complexidade do trabalho de campo. Tais fatores contribuíram para o prolongamento do período de coleta e para a dificuldade em manter a regularidade das visitas às famílias.

Por fim, a especificidade do contexto sociocultural ribeirinho também constitui uma limitação em termos de generalização dos resultados para outros grupos populacionais. Ainda assim, tais limitações, longe de enfraquecer a pesquisa, evidenciam a complexidade e o rigor do trabalho de campo. Nesse sentido, o estudo oferece contribuições relevantes para a compreensão da coparentalidade em contextos ribeirinhos, destacando percepções maternas e paternas, bem como padrões de interação da díade mãe-pai em contexto triádico de brincadeira com a criança, fornecendo, assim, subsídios importantes para investigações futuras.

Conclusão e Recomendações

O presente estudo contribuiu para o avanço do conhecimento sobre a coparentalidade em contextos socioculturais específicos, ao investigar famílias ribeirinhas da Amazônia integrando dados socioeconômicos, autorrelato e observação das interações familiares. De modo geral, os participantes relataram elevados níveis de coparentalidade, evidenciando percepções de colaboração, apoio mútuo e parceria no cuidado com os filhos, mesmo em contextos de limitações socioeconômicas.

Entre as mães, a percepção de coparentalidade foi fortemente associada ao envolvimento paterno, indicando que a participação prática do pai nas tarefas domésticas, cuidados com a criança e responsabilidades financeiras é central para a avaliação materna de uma coparentalidade positiva. A conjugalidade também se mostrou relevante, porém com efeito moderado. Já entre os pais, a percepção de coparentalidade apresentou associação de alta magnitude com a qualidade da relação conjugal, evidenciando que, para eles, apoio emocional, comunicação e resolução de conflitos são os principais preditores da qualidade da relação coparental.

Esse resultado apresenta um diferencial importante, uma vez que a magnitude da associação entre conjugalidade e coparentalidade paterna é superior àquela relatada em estudos prévios sobre autorrelatos paternos, que geralmente encontram efeitos mais moderados. Os achados evidenciam importantes diferenças de gênero da dinâmica coparental no contexto estudado.

As observações em contexto de brincadeira livre indicaram padrões de coordenação funcional, sincronia postural, proximidade física próxima a moderada e engajamento moderado, com clima afetivo neutro com tendência a manifestação de afeto positivo. A comparação entre autorrelato (PATER) e observação (TIS) demonstrou que as percepções parentais antecipam parcialmente indicadores estruturais.

Entre as categorias observadas, a dimensão da coparentalidade do Pater apresentou associação significativa com a proximidade física e orientação corporal dos parceiros sociais, mas não apresentou significância estatística na associação com as categorias de orientação visual, afeto compartilhado e engajamento diádico. Essa predição parcial pode refletir o contexto lúdico observado, sugerindo que futuras pesquisas incluam situações estruturadas que promovam negociação e divisão de responsabilidades, permitindo avaliar mais claramente resolução de conflitos, acordo e apoio mútuo entre os pais.

As variáveis sociodemográficas explicaram uma parcela limitada da percepção de coparentalidade, mas revelaram nuances relevantes sobre as dinâmicas familiares. Entre as mães, a religiosidade paterna apresentou uma associação negativa com a percepção de coparentalidade, possivelmente refletindo a influência de valores e normas culturais de gênero tradicionais. Nesse sentido é provável que as mães percebam menor equilíbrio e colaboração nas responsabilidades parentais, interpretando a coparentalidade de forma menos positiva. Entre os pais, observou-se que a participação financeira feminina tendeu a relacionar-se a

percepções ligeiramente menos positivas da cooperação coparental, o que pode indicar desafios na negociação de papéis dentro da família diante de mudanças socioeconômicas e na distribuição de poder e responsabilidades.

Apesar das limitações de amostra reduzida, desafios logísticos e especificidade do contexto ribeirinho, o estudo oferece contribuições importantes, evidenciando a coparentalidade como um subsistema familiar dinâmico, influenciado recursivamente por fatores conjugais, parentais e ambientais. Esses achados reforçam a importância de abordagens sistêmicas na compreensão da coparentalidade, considerando a interação entre subsistemas familiares e o contexto sociocultural.

Referências

- A Ilha do Combú. <https://ilhadocombu.tur.br/a-ilha-do-combu>. Acesso em 18 de julho de 2024.
- Abidin, R. R., & Brunner, J. F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24, 31-40. doi:10.1111/mono.12024
- Acharya, S. (2024). Gender Role of Household Decision Making (A case study Namobudda Kavre). *Kutumbha vani*, 5(1), 100-109.
- Afonso, T., Silva, S. S. da C., Pontes, F. A. R., & Koller, S. H. (2015). O USO DO DIÁRIO DE CAMPO NA INSERÇÃO ECOLÓGICA EM UMA FAMÍLIA DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 131–141. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p131>
- Aldous, J., Mulligan, G. M., & Bjarnason, T. (1998). Fathering over time: What makes the difference?. *Journal of Marriage and the Family*, 809-820.
- Allen, S. M., & Hawkins, A. J. (1999). Maternal Gatekeeping: Mothers' Beliefs and Behaviors That Inhibit Greater Father Involvement in Family Work. *Journal of Marriage and the Family*, 61(1), 199. doi:10.2307/353894
- Almeida, C. A. R., Brandão, G. V. L., Souza, R. C. F., & Borges, M. M. (2020). Proxêmicas do espaço: fatores sócio-espaciais e ferramentas digitais. *Gestão & Tecnologia de Projetos*, 15(3), 65-80.
- Altenburger, L. E. (2022). Similarities and differences between coparenting and parental gatekeeping: implications for father involvement research. *Journal of Family Studies*, 29(3), 1403–1427. <https://doi.org/10.1080/13229400.2022.2051725>
- Altenburger, L. E., Lang, S. N., Schoppe-Sullivan, S. J., Kamp Dush, C. M., & Johnson, S. (2017). Toddlers' Differential Susceptibility to the Effects of Coparenting on Social–

- Emotional Adjustment. *International Journal of Behavioral Development*, 41(2), 228-237. <https://doi.org/10.1177/0165025415620058>
- Altenburger, LE & Schoppe-Sullivan, SJ (2021). Contributions of Parenting Quality and Coparenting Relationship Quality to the Development of Child Executive Functioning. *Early Child Res Q.* 2021 4th Quarter;57:133-143. doi: 10.1016/j.ecresq.2021.05.010. Epub. PMID: 36313214; PMCID: PMC9615140.
- Amazonas, M. C. L. de A., Damasceno, P. R., Terto, L. de M. de S., & Silva, R. R. da. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia Em Estudo*, 8(spe), 11–20. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300003>
- Ambrós, T. M. B., Lopes, F. M., de Souza, C. D., & Vieira, M. L. (2024). Coparentalidade e o Comportamento da Criança em Diferentes Configurações Familiares. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 26(3).
- Andrade, A. I. N. P. A., & Martins, R. (2016). Funcionalidade familiar e qualidade de vida dos idosos. *Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health*, (40), 185-199.
- ANPUR/2015 Espaço, planejamento e insurgências: alternativas contemporâneas para o desenvolvimento urbano e regional., 2015.
- Araujo, C. L. de, Santos, Q. P., Ribeiro, H. M. L., Freitas, E. B. do N. de, & Coutinho, D. J. G. (2025). Evasão escolar: causas e impactos da evasão escolar no Brasil e no mundo. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 11(1), 1945–1965. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.17879>
- Augustin, D., & Frizzo, G. (2016). A Coparentalidade ao Longo do Desenvolvimento dos Filhos: Estabilidade e Mudança no 1º e 6º Ano de Vida. *Interação em Psicologia*, 19(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>.

- Barreto, M., Koltermann, J. P., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L.. (2019). Empirical Evidence on the Relationship between Coparenting and Temperament: A Systematic Review of the Literature. *Trends in Psychology*, 27(4), 865–878. <https://doi.org/10.9788/TP2019.4-04>
- Bastos, J. E. S., Sousa, J. M. de J., Silva, P. M. N. da, & Aquino, R. L. de. (2023). O uso do questionário como ferramenta metodológica: Potencialidades e desafios. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 5(3), 623–636.
- Batista, S. S. M., & Gomes, F. F. (2015). MODO DE VIVER RIBEIRINHO NA ILHA DO COMBU EM BELÉM-PARÁ: organização sócio-produtiva. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional ANPUR/2015 Espaço, planejamento e insurgências: alternativas contemporâneas para o desenvolvimento urbano e regional. Belo Horizonte. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
- Belsky J, Woodworth S, Crnic K (1996). Trouble in the second year: Three questions about family interaction. *Child Development*. 67:556–578. [PubMed: 8625728]
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development*, 66(3), 629–642. <https://doi.org/10.2307/1131939>
- Belsky, J., Putnam, S., & Crnic, K. (1996). Coparenting, parenting, and early emotional development. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1996(74), 45–55.
- Beltrame, Greyce Rocha, & Bottoli, Cristiane. (2010). Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbaroi*, (32), 205-226.

- Bernardi, Denise, Dantas, Cristina Ribeiro, & Féres-Carneiro, Terezinha. (2020). Satisfação Conjugal e Liberdade: Percepções de Sujeitos Casados acerca da Ausência de Filhos. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-15. <https://doi.org/10.36298/gerais2020130111>
- Bertalanffy, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Biehle, S. N., & Mickelson, K. D. (2012). First-time parents' expectations about the division of childcare and play. *Journal of Family Psychology*, 26(1), 36.
- Biehle, S. N., & Mickelson, K. D. (2012). *First-time parents' expectations about the division of childcare and play. Journal of Family Psychology*, 26(1), 36–45. doi:10.1037/a0026608
- Block, J. H., Block, J., & Morrison, A. (1981). Parental agreement–disagreement on child-rearing orientations and gender-related personality correlates in children. *Child Development*, 52(3), 965–974. <https://doi.org/10.2307/1129101>
- Brito, L. H. da S., Silveira, A. S. da, Brito, J. S., Silva, J. L., & Moreno, M. R. (2025). Interseccionalidade na educação: a evasão escolar no IFMA Barra do Corda pelo recorte de gênero e raça. *Caderno Pedagógico*, 22(5), e14911. <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-158>
- Brody, G. H., & Flor, D. L. (1996). Coparenting, family interactions, and competence among African American youths. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1996(74), 77-91.
- Brody, G.; Flor, D.; Neubaum, E (1998). Coparenting processes and child competence among rural African–American families. In: Lewis, M.; Feiring, C., editors. *Families, risk, and competence*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 227-243

- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2011). Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humano. A. Carvalho-Barreto (Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Publicado originalmente em 2005)
- CadÚnico (2025) veja a renda máxima para ser considerado de baixa renda. <https://cadunicobrasil.com.br/cadunico-renda-maxima-para-ser-considerado/#qual-e-a-renda-maxima-para-ser-considerado-de-baixa-renda>. Acesso em 15 de agosto de 2025.
- Calabrese, J. R., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2023). Parent emotion regulation and parenting self-efficacy: The moderating role of coparenting. *Journal of Social and Personal Relationships*, 40(12), 3832-3857. <https://doi.org/10.1177/02654075231189464>
- Campbell, C. G. (2022). Two Decades of Coparenting Research: A Scoping Review. *Marriage & Family Review*, 59(6), 379–411. <https://doi.org/10.1080/01494929.2022.2152520>
- Carlson, M. J., & McLanahan, S. S. (2006). Strengthening unmarried families: Could enhancing couple relationships also improve parenting?. *Social Service Review*, 80(2), 297-321.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1989).
- Carvalho, Thaís Ramos de, & Barham, Elizabeth Joan. (2016). Instrumentos para avaliar a coparentalidade: uma comparação de suas propriedades psicométricas. *Avaliação Psicológica*, 15(2), 207-215. Recuperado em 14 de julho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000200010&lng=pt&tlng=pt.

- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. (1997). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo
- Chen, H. H., Liang, Y. C., Gapp, S. C., Newland, L. A., Giger, J. T., & Lin, C. Y. (2017). Direct and indirect links between the couple relationship and child school outcomes. *The Journal of Experimental Education*, 85(4), 658-673. <https://doi.org/10.1080/00220973.2017.1279115>
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital Quality over the Transition to Parenthood as a Predictor of Coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3636-3651. doi:10.1007/s10826-015-0172-0
- Ciciolla, L., & Luthar, S. S. (2019). Invisible household labor and ramifications for adjustment: Mothers as captains of households. *Sex Roles*, 81(7), 467-486.
- Cirilo, B B & Almeida, O T. O (2015). Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da ilha do Combu e a experiência da gestão compartilhada. *Revista De Estudos Sociais*, 17(35), 101-119. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2496>
- Coltro, Beatriz Pires, Paraventi, Larissa, & Vieira, Mauro Luís. (2020). Relações entre Parentalidade e Apoio Social: revisão Integrativa de Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), 244-269. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Costa, E. de S., de Castro, N. J. C., Silva, B. L. de A. e, & Silva, S. S. S. da. (2015). Ilha do Combu: realidades e desafios. *Saúde E Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar*, 4(2), 32-48.
- Costa, L. F. (2010). A perspectiva sistêmica para a Clínica da Família. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 26(spe), 95–104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500008>

- Cowan, CP.; Cowan, PA (2020). When partners become parents: The big life change for couples. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc; 2000.
- Cozby, P. C. (2003). Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Editora Atlas.
- Cronbach, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, v. 16, n. 3, p. 297-334, 1951.
- d’Orsi, D., Veríssimo, M., & Diniz, E. (2023). Father involvement and maternal stress: The mediating role of coparenting. *International journal of environmental research and public health*, 20(8), 5457.
- da Silva, J. M., & Halan de Queiroz Costa, J. (2023). Agricultura familiar: vulnerabilidades, desafios e enfrentamentos. *Diversitas Journal*, 8(2), 912–927. <https://doi.org/10.48017/dj.v8i2.2454>
- Dalla Corte Euzébio, L., & Pereira Mosmann, C. (2023). Coparenting as a mediator between mothers’ emotion dysregulation and the perception of adolescents’ emotion regulation. *Ciencias Psicológicas*, 17(1), 1–17.
- Darwiche, J. , Carneiro C. , Vaudan C. , Imesch C. , Eira Nunes C. , Favez N. , & de Roten Y. (2022). Parents in couple therapy: An intervention targeting marital and coparenting relationships. *Family Process*, 61, 490–506. <https://doi-org.ez3.periodicos.capes.gov.br/10.1111/famp.12773>
- DARWIN, C. On the origin of species by means of natural selection. London: John Murray, 1859.
- De Andrade, C. C. (2012). A fenomenologia da percepção a partir da autopoiesis de Humberto Maturana e Francisco Varela. *Griot: revista de filosofia*, 6(2), 98-121.

- De Araújo, A. C. M. ., & Gouveia, L. B. . (2023). Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas. *Estação Científica*, 10(JUL./DEZ.). Recuperado de <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2273>
- De Lima, A. M. M., Ferreira, K. M. do N., & Costa, T. N. de C. (2020). Turismo e segurança hídrica: desafios na Ilha do Combu, Pará. *Turismo e Sociedade*, 13(1). <https://doi.org/10.5380/ts.v13i1.72643>
- De Mendonça, J. S., Cossette, L., Strayer, F. F., & Gravel, F. (2011). Mother-child and father-child interactional synchrony in dyadic and triadic interactions. *Sex roles*, 64(1), 132-142.
- De Mendonça, J., Bussab, V., Lucci, T., & Kärtner, J. (2015b). Father-child interactional synchrony in Brazilian families with maternal depression. *Human Ethology Bulletin*, 30 (1), 121-138.
- De Palma M, Rooney R, Izett E, Mancini V, Kane R (2023). The relationship between parental mental health, reflective functioning coparenting and social emotional development in 0-3 year old children. *Front Psychol*. 2023 May 30;14:1054723. doi: 10.3389/fpsyg.2023.1054723. PMID: 37325734; PMCID: PMC10267873.
- de Sousa Bastos, J. E., de Jesus Sousa, J. M., da Silva, P. M. N., & de Aquino, R. L. (2023). O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 5(3), 623-636.
- de Sousa, W. C., Araújo, M. P. M., da Cunha , J. P. M., da Silva , A. C., dos Santos, T. S., da Costa, J. S., Damasceno, H. L. C., Santos , A. C. da S., Gomes, J. F. V., Valadão, E. B., & do Nascimento , D. C. (2025). EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE

DOS FATORES DETERMINANTES E ESTRATÉGIAS DE COMBATE. *ARACÊ*, 7(9), 8214. <https://doi.org/10.56238/arev7n9-204>

- De Toni, P., De Salvo, C., Marins, M., & Weber, L. (2004). Etologia humana: O exemplo do apego. *Psico Usf*, 9(1), 99-104.
- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: ciência e profissão*, 30, 202-219.
- Dessen, M. A., & Polonia, A. da C.. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (ribeirão Preto)*, 17(36), 21–32. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica—o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e desenvolvimento*, (19), 139-156.
- Diniz, E., Brandão, T., Monteiro, L., & Veríssimo, M. (2021). Father involvement during early childhood: A systematic review of the literature. *Journal of Family Theory & Review*, 13(1), 77-99.
- dos Santos, L. P (2023). A Importância da Agricultura Familiar para a Sustentabilidade e Segurança Alimentar: Desafios e Perspectivas. *MULTI DISCIPLINAR*, 76.
- Dourado, C. M., França, I. L., Cardoso, V. S., da Costa Silva, S. S., & Pontes, F. A. R. (2017). Coparenting in Caregivers of Children With Cerebral Palsy. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, 11, 35-46. <https://doi.org/10.5964/ijpr.v11isupp1.250>
- Ece, C., Gürmen, M. S., Acar, İ. H., & Buyukcan-Tetik, A. (2024). Examining the dyadic association between marital satisfaction and coparenting of parents with young children. *Current Psychology: A Journal for Diverse Perspectives on Diverse Psychological Issues*, 43(2), 1473–1482. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-04363-0>

- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108–132. doi:10.1037/0033-2909.118.1.108 10.1037/0033-2909.118.1.108
- Farias, S., & Costa, G. (2024). Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: Ilhas do Combu, Murutucu e Grande. *Novos Cadernos NAEA*, 27(1). <https://doi.org/10.18542/ncn.v27i1.13393>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., & Kan, M. L. (2008). Establishing family foundations: intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of family psychology : JFP : journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 22(2), 253–263. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.2.253>
- Feinberg, M., Kan, M., & Goslin, M. (2009). Enhancing Coparenting, Parenting, and Child Self-Regulation: Effects of Family Foundations 1 Year after Birth. *Prevention Science*, 10(3), 276-285
- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, E. (2007). The Longitudinal Influence of Coparenting Conflict on Parental Negativity and Adolescent Maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69(3), 687-702.
- Ferreira, M. & Silva, G. (2020). A produção de açaí nos igarapés Combú e Piriquitaqara na Ilha do Combú: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 13(2), 230-252. Doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8717>

- Ferreira, M., & Silva, G. (2020). A produção de açaí nos igarapés Combú e Piriquitaquara na Ilha do Combú: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil. *Agroicultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 13(2), 230-252. Doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8717>
- Fidelis, D. Q., Falcke, D., & Mosmann, C. P. (2017). Conjugalidade e coparentalidade tardia. *Ciencias Psicológicas*, 11(2), 189-199.
- Fidelis, D., Heinen, M., Mosmann, C. P., Falcke, D., & Schaefer, J. R. (2022). Relações entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade em famílias com crianças. *Cadernos de Psicologia*, 2(2), 16-16..
- Field, A. *Discovering statistics using IBM SPSS statistics*. 4. ed. London: Sage, 2013. GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- Fivaz-Depeursinge, E., Frascarolo, F., & Corboz-Warnery, A. (1996). Assessing the triadic alliance between fathers, mothers, and infants at play. In J. P. McHale & P. A. Cowan (Eds.), *Understanding how family-level dynamics affect children's development: Studies of two-parent families* (pp. 27–44). Jossey-Bass/Wiley.
- Freire, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro, Silva, Simone Souza da Costa, Cavalcante, Lilia Iêda Chaves, & Pontes, Fernando Augusto Ramos. (2013). Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em Dissertações e Teses no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(3), 990-1009. Recuperado em 23 de setembro de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000300011&lng=pt&tlng=pt.
- Frizzo, Giana Bitencourt, Kreutz, Carla Meira, Schmidt, Carlo, Piccinini, Cesar Augusto, & Bosa, Cleonice. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a

pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. *Journal of Human Growth and Development*, 15(3), 84-93.

G1 Pará. (2022). Conheça o cotidiano, a história e a cultura da comunidade que mora na Ilha do Maracujá no nordeste paraense. G1. <https://g1.globo.com/pa/para/e-do-para/noticia/2022/02/19/conheca-o-cotidiano-a-historia-e-a-cultura-da-comunidade-que-mora-na-ilha-do-maracuja-no-nordeste-paraense.ghtml>

G1 Pará. (2022). Conheça o cotidiano, a história e a cultura da comunidade que mora na Ilha do Maracujá no nordeste paraense. G1. <https://g1.globo.com/pa/para/e-do-para/noticia/2022/02/19/conheca-o-cotidiano-a-historia-e-a-cultura-da-comunidade-que-mora-na-ilha-do-maracuja-no-nordeste-paraense.ghtml>

Galvano, F. (2024). Cultural Variances Analysis through Gestures and Hands. *no. February*.

Galvano, F. (2024). Cultural Variances Analysis through Gestures and Hands. *no. February*.

Disponível em https://www.researchgate.net/publication/378515850_Cultural_Variences_Analysis_through_Gestures_and_Hands_Abstract

Garcez, A., Duarte, R., & Eisenberg, Z. (2011). Produção e análise de vídeogravações em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, 37, 249-261.

Gomes, Lauren Beltrão, Bolze, Simone Dill Azeredo, Bueno, Rovana Kinas, & Crepaldi, Maria Aparecida. (2014). As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. *Pensando famílias*, 18(2), 3-16.

Gonçalves, M. P., Barreto, K. R. M., & Martins, V. (2024). Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. *Princípios*, 43(169), 105–123. Recuperado de <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/337>

- Goodnow, J. J. (1998). Beyond the overall balance: The significance of particular tasks and procedures for perceptions of fairness in distributions of household work. *Social Justice Research, 11*(3), 359-376.
- Governo do Estado do Pará. (1997). Lei Ordinária nº 6.083, de 13 de novembro de 1997: Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combú no Município de Belém. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/395.pdf> Portal SEBRAE. (2025, junho 12). Rota turística Combu: uma construção coletiva. Agência Sebrae de Notícias – Pará. Disponível em: <https://pa.agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/rota-turistica-combu-uma-construcao-coletiva/>. Acesso em: 16/07/2025.
- Grassi, G. O., Menezes, M., & Moré, C. L. O. O. (2022). Rede social na coparentalidade: Uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica, 34*(3), 553-576.
- Grych, J. H., Jouriles, E. N., Swank, P. R., McDonald, R., & Norwood, W. D. (2000). Patterns of adjustment among children of battered women. *Journal of consulting and clinical psychology, 68*(1), 84.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A.. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria E Pesquisa, 26*(1), 77–87. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010>.
- Hackel, L. S., & Ruble, D. N. (1992). Changes in the marital relationship after the first baby is born: predicting the impact of expectancy disconfirmation. *Journal of Personality and Social Psychology, 62*(6), 944.
- Hair, Joseph F.; Black, William C.; Babin, Barry J.; *et al.* Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- Hall, E. T. (2005). *A dimensão oculta*. Martins Fontes.

IDEFLOR-Bio. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
. <https://ideflorbio.pa.gov.br/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu-apa-da-ilha-do-combu>. Consultado em 18 de julho de 2024.

Ihinger-Tallman, M.; Pasley, K.; Beuhler, C. Developing a middle-range theory of father involvement postdivorce. In: Marsiglio, W., editor. *Fatherhood: Contemporary theory, research, and social policy*. Research on men and masculinities series. Vol. 7. Thousand Oaks, CA: Sage; 1995. p. 57-77

Instituto Socioambiental -ISA, Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas, <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/2969> acesso em 18/07/2024.

interrelations between dyadic coping and coparenting conflict in couples. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2276-2290. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0742-4>

Jia, R., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2011). *Relations between coparenting and father involvement in families with preschool-aged children*. *Developmental Psychology*, 47(1), 106–118. <https://doi.org/10.1037/a0020802>

Johnson, V. J., Choi, D., Wheeler, L. A., & Kuo, P. X. (2023). Coparenting support in the context of difficult children: Mother and father differences. *Family Process*, 00, 1–19. <https://doi.org/10.1111/famp.12911>.

Jouriles, E. N., & Farris, A. M. (1992). Effects of marital conflict on subsequent parent-son interactions. *Behavior Therapy*, 23(3), 355-374.

Jouriles, E.N., Murphy, C.M., Farris, A.M., Smith, D.A., Richters, J.E. and Waters, E. (1991), Marital Adjustment, Parental Disagreements about Child Rearing, and Behavior Problems in Boys: Increasing the Specificity of the Marital Assessment. *Child Development*, 62: 1424-1433. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1991.tb01615.x>

- Kara, D., & Sümer, N. (2022). The role of paternal parenting and co-parenting quality in children's academic self-efficacy. *Frontiers in psychology, 13*, 772023.
- Khawaja, M., Malik, T. A., & Ul Hassan, S. M. (2024). Role of father involvement and co-parenting relationship quality in social-emotional behaviors of children and adolescents in Pakistani cultural context. Research model moderated by father's working hours. *Current Psychology, 43*(19), 17320-17331.
- Kolak, A. M., & Volling, B. L. (2007). Parental expressiveness as a moderator of coparenting and marital relationship quality. *Family Relations, 56*, 467-478. doi:10.1111/j.1741-3729.2007.00474.x
- Koster, T., Poortman, A. R., van der Lippe, T., & Kleingeld, P. (2022). Fairness perceptions of the division of household labor: Housework and childcare. *Journal of Family Issues, 43*(3), 679-702.
- Kreppner, K.. (2000). The child and the family: interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria E Pesquisa, 16*(1), 11–22. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100003>.
- Kuo, P. X., Xu, W., & Yang, Z. (2024). Dyadic associations between marital satisfaction and coparenting quality: gender differences and the moderating role of caregiving identity. *Frontiers in Sociology, 9*, 1422404.
- Kwok S. Y., Cheng L., Chow B. W., Ling C. C. (2015). The spillover effect of parenting on marital satisfaction among Chinese mothers. *Journal of Child and Family Studies, 24*(3), 772–783. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9888-x>.
- Lamb, M. E. (1997). The development of father–infant relationships. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (3rd ed., pp. 104–120). John Wiley & Sons Inc.

- Lamb, M. E. (2000). The history of research on father involvement: an overview. In H. E. Peters, G. W. Peterson, S. K. Steinmetz, & R. D. Day (Eds.), *Fatherhood: research, interventions and policies* (pp. 23-42). Nova York: Haworth Press.
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25(3), 883-894.
- Lamb, M.E. (1975). Fathers: Forgotten contributors to child development. *Human Development*, 18, 245-266.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B.. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 205–216.
- Lerman, C.; Glanz, K. Stress, coping, and health behavior. In: Glanz, K.; Lewis, FM.; Rimer, BK., editors. *Health behavior and health education*. San Francisco: Jossey-Bass; 1997. p. 113-138.
- Lima, J. P. F., Bessa, R. R., & Salomão, P. E. A. (2024). A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 9(1). <https://doi.org/10.61164/rmnm.v9i1.2611>
- Lima, N. G. de, Farias, M. S., Nascimento, N. S. do, Miranda, R. S., & Andrade, E. S. (2010). A informação ambiental na Ilha do Murutucu, Belém-PA, 2009–2010: Um estudo de caso da relação urbano e rural. *Anais do III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*. Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais e de Saneamento. Disponível em <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2010/I-002.pdf>
- Lindahl, K. M. (1998). Family process variables and children's disruptive behavior problems. *Journal of Family Psychology*, 12(3), 420.
- Liu, C., & Wu, X. C. (2018). Dyadic effects of marital satisfaction on coparenting in Chinese families: Based on the actor-partner interdependence model. *International journal of*

psychology : Journal international de psychologie, 53(3), 210–217.
<https://doi.org/10.1002/ijop.12274>

Lordelo, E. R., França, C. B. da ., Lopes, L. M. dos S., Dacal, M. del P. O., Carvalho, C. S., Guirra, R. C., & Chalub, A. A.. (2006). Investimento parental e desenvolvimento da criança. *Estudos De Psicologia (natal)*, 11(3), 257–264. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000300002>

MacDermid, S. M., Huston, T. L., & McHale, S. M. (1990). Changes in marriage associated with the transition to parenthood: Individual differences as a function of sex-role attitudes and changes in the division of household labor. *Journal of Marriage and the Family*, 475-486.

Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2019). Dimensões negativas da coparentalidade e sintomas internalizantes: A regulação emocional como mediadora. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(e35nspe12), 1–9.

Mácola, R. J. da S. L., Mácola, G. L., Maciel, I. J. M. M., & Albuquerque, R. de N. O. (2017). Diagnóstico socioambiental: Um estudo de caso na Ilha do Maracujá no município do Acará nordeste paraense / BR. *Anais do Congresso ABES/Fenasan 2017*. https://abes-dn.org.br/anaisletronicos/36_Download/TrabalhosCompletoPDF/VI-060.pdf

Mácola, R. J. da S. L., Mácola, G. L., Maciel, I. J. M. M., & Albuquerque, R. de N. O. (2017). Diagnóstico socioambiental: Um estudo de caso na Ilha do Maracujá no município do Acará nordeste paraense / BR. *Anais do Congresso ABES/Fenasan 2017*. https://abes-dn.org.br/anaisletronicos/36_Download/TrabalhosCompletoPDF/VI-060.pdf

Mácola, R. J. da S. L., Mácola, G. L., Maciel, I. J. M. M., & Albuquerque, R. de N. O. (2017). Diagnóstico socioambiental: Um estudo de caso na Ilha do Maracujá no município do

- Acará nordeste paraense / BR. Anais do Congresso ABES/Fenasan 2017. https://abes-dn.org.br/anaisletronicos/36_Download/TrabalhosCompletosPDF/VI-060.pdf
- Manfroi, E. C., Macarini, S. M. & Vieira, M. L. (2011). Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.* [online]. vol.21, n.1, pp. 59-69. ISSN 0104-1282.
- Mangelsdorf, S. C., Laxman, D. J., & Jessee, A. (2011). Coparenting in two-parent nuclear families. In J. P. McHale & K. M. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems* (pp. 39–59). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/12328-002>
- Mantovani, M. S., & da Piedade Ribeiro, M. C. (2018). A influência da comunicação não verbal na interação humana. *Revista da universidade vale do rio verde*, 16(2).
- Margolin, G. (1981). Behavior exchange in happy and unhappy marriages: A family cycle perspective. *Behavior Therapy*, 12(3), 329-343
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two- parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21. doi:10.1037/0893-3200.15.1.3
- Martin, E., Dahlin, M., Ocampo, C., Reich, S. M., & Cabrera, N. (2024). How new mothers' and fathers' allocation of tasks relate to their coparenting relationship. *Journal of Family Issues*, 45(11), 2711-2732.
- Martins da Silva, N., & Moraes Peixinho, D. (2023). A dinâmica espacial da pluriatividade na agricultura familiar . *Ateliê Geográfico*, 17(1), 213–228. <https://doi.org/10.5216/ag.v17i1.73072>
- Martins, D. (2025). Comunicação não verbal e proxêmica: A sua importância nas diferentes áreas. *The Trends Hub*, 1(5).

- Matsumoto, D. (2006). Culture and nonverbal behavior. In *The SAGE handbook of nonverbal communication* (pp. 219-236). SAGE Publications, Inc. 2006. p. 219-236.
- Matsumoto, D. (2006). Culture and nonverbal behavior. In *The SAGE handbook of nonverbal communication* (pp. 219-236). SAGE Publications, Inc. 2006. p. 219-236.
- Matsumoto, D., & Hwang, H. C. (2016). The cultural bases of nonverbal communication. In D. Matsumoto, H. C. Hwang, & M. G. Frank (Eds.), *APA handbook of nonverbal communication* (pp. 77–101). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14669-004>
- Matsumoto, D., & Wilson, M. (2023). Incorporating consciousness into an understanding of emotion and nonverbal behavior. *Emotion Review*, *15*(4), 332-347.
- MATURANA, H.; VARELA, F (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 9ed. Palas Athena.
- McBride, B. A., & Rane, T. R. (1998). Parenting alliance as a predictor of father involvement: An exploratory study. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, *47*(3), 229–236. <https://doi.org/10.2307/584971>
- McHale J, Lauretti A, Talbot J, Pouquette C (2002). Retrospect and prospect in the psychological study of coparenting and family group process. In: Mchale JP, Grolnick WS, editors. *Retrospect and prospect in the psychological study of families*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates,. pp. 127–166. [Google Scholar] [Ref list]
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and Triadic Interaction during Infancy: The Roles of Marital Distress and Child Gender. *Developmental Psychology*, *31*, 985-996. <http://dx.doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985>
- McHale, J. P., & Negrini, L. S. (2017). How the assumption of a coparenting frame will transform social work practice with men and fathers. *Default journal*.

<https://login.ezproxy.lib.usf.edu/login?url=https://academic.oup.com/swr/advance-article-pdf/doi/10.1093/swr/svx024/23164373/svx024.pdf>

- McHale, J. P., & Rasmussen, J. L. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and psychopathology*, 10(1), 39-59.
- McHale, J. P., & Rotman, T. (2007). Is seeing believing? Expectant parents' outlooks on coparenting and later coparenting solidarity. *Infant behavior & development*, 30(1), 63–81. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2006.11.007>
- McHale, J. P., Johnson, D., & Sinclair, R. (1999). Family Dynamics, Preschoolers' Family Representations, and Preschool Peer Relationships. *Early Education and Development*, 10(3), 373–401. https://doi.org/10.1207/s15566935eed1003_8
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing Points for Coparenting Theory and Research. *Journal of adult development*, 11(3), 221–234. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ed>
- McHale, J., Carter, D., Miller, M., & Fieldstone, L. (2020). Perspectives of mothers, fathers, and parenting coordinators concerning the process and impact of parenting coordination. *Family Court Review*, 58(1), 211-226.
- McHale, J., Khazan, I., Erera, P., Rotman, T., DeCoursey, W., & McConnell, M. (2002). Coparenting in diverse family systems. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (2nd ed., pp. 75–107). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- McHale, J., Tissot, H., Mazzoni, S., Hedenbro, M., Salman-Engin, S., Philipp, D. A., Darwiche, J., Keren, M., Collins, R., Coates, E., Mensi, M., Corboz-Warnery, A., & Fivaz-Depeursinge, E. (2023). Framing the work: A coparenting model for guiding infant

- mental health engagement with families. *Infant Mental Health Journal*, 44, 638–650.
<https://doi.org/10.1002/imhj.22083>
- McRae, C. S., Overall, N. C., Henderson, A. M. E., Low, R. S. T., & Cross, E. J. (2021). Conflict-coparenting spillover: The role of actors' and partners' attachment insecurity and gender. *Journal of family psychology : JFP : journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 35(7), 972–982.
<https://doi.org/10.1037/fam0000884>
- Merrifield, K. A., & Gamble, W. C. (2013). Associations Among Marital Qualities, Supportive and Undermining Coparenting, and Parenting Self-Efficacy: Testing Spillover and Stress-Buffering Processes. *Journal of Family Issues*, 34(4), 510-533.
<https://doi.org/10.1177/0192513X12445561>
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56(2), 289–302. doi.org/10.2307/1129720
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (1990). *Famílias em: técnicas de terapia familiar*. (Kinsch e Maia, Trad.). (pp.21-36). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mosmann, C. P., Costa, C. B., Einsfeld, P., Silva, A. G. M., & Koch, C. (2017). Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: Associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 34(4), 487–498.
<https://doi.org/10.1590/1982-02752017000400005>
- Mosmann, C., Costa, C. B. D., Silva, A. G. M. D., & Luz, S. K. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: Papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. *Temas em Psicologia*, 26, 429–442. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-17Pt>

- Mosmann, Clarisse Pereira, Machado, Mariana Rodrigues, Schünke, Lídia Käfer, Schneider, Mariana Cunha, & Pasinato, Liana. (2022). Relationships between coparental triangulation, parent-adolescent conflicts and adolescent adjustment: Differences between fathers and mothers. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 27(2), 155-166. Epub 28 de outubro de 2024. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20220015>
- Mosmann, Clarisse, Costa, Crístofer Batista da, Silva, Allana Gessiele Mello da, & Luz, Susana Konig. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. *Temas em Psicologia*, 26(1), 429-442. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-17Pt>
- Mota, D. A., de Araújo, K. V., Melo, T. V., & da Costa Barbé, L. (2025). PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NA SUSTENTABILIDADE DAS FAMÍLIAS E ASSENTAMENTOS RURAIS. *Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976*, 15(1), 196-208.
- Newkirk, K., Perry-Jenkins, M., & Sayer, A. G. (2017). Division of household and childcare labor and relationship conflict among low-income new parents. *Sex roles*, 76(5), 319-333.
- NICHD Early Child Care Research Network. (2000). Factors associated with fathers' caregiving activities and sensitivity with young children. *Journal of Family Psychology*, 14(2), 200–219. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.14.2.200>
- Novianti, R., Suarman, & Islami, N. (2023). Parenting in cultural perspective. *Journal of Ethnic and Cultural Studies*, 10(1), 22-44.

- Nunes, T. G., & Furtado, L. F. G. (2023). A ilha do Combu: ensaio sobre turismo e lazer em intenso crescimento. *Novos Cadernos NAEA*, 26(1).
<https://doi.org/10.18542/ncn.v26i1.11121>
- Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2017). A epistemologia do pensamento sistêmico e as contribuições de Humberto Maturana. *Psicologia em Estudo*, 22(3), 325-334.
- Parkes, A., Green, M., & Mitchell, K. (2019). Coparenting and parenting pathways from the couple relationship to children's behavior problems. *Journal of family psychology : JFP : journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 33(2), 215–225. <https://doi.org/10.1037/fam0000492>
- Pedro M. F., Ribeiro T., Shelton K. H. (2012). Marital satisfaction and partners' parenting practices: The mediating role of coparenting behavior. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 509–522. <https://doi.org/10.1037/a0029121>
- Petts, R. J., Carlson, D. L., & Wong, J. S. (2025). Cognitive housework and Parents' relationship satisfaction. *Journal of Marriage and Family*.
- Pinheiro, E. M., Kakehashi, T. Y., & Angelo, M. (2005). O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13, 717-722.
- Pires, S. F. S. (2023). Compreendendo a comunicação não-verbal: Aplicações na área da saúde. *Caderno de ANAIS HOME*.
- Pires, S. F. S. (2023). Compreendendo a comunicação não-verbal: Aplicações na área da saúde. *Caderno de ANAIS HOME*.
- Pleck, J.H. (1997) Paternal Involvement: Levels, Sources and Consequence. In: Lamb, M.E., Ed., *The Role of the Father in Child Development*, Wiley Publications, New York, 66-103.

- Portes, J. R. M., & Vieira, M. L.. (2020). COPARENTALIDADE NO CONTEXTO FAMILIAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. *Psicologia Em Estudo*, 25, e44897. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44897>
- Prati, L. E; Koller, S. H; (2011). Relacionamento conjugal e a transição para coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Rev. Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118.
- Ramos, A. C., & Gonçalves Junior, O. (2024). Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. *Educação e Pesquisa*, 50, e268037. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450268037>
- Rede Pará. (2025). Prefeitura de Belém reinaugura a Unidade Básica de Saúde da Ilha do Combu. <https://redepara.com.br/Noticia/219874/prefeitura-de-belem-reinaugura-a-unidade-basica-de-saude-da-ilha-do-combu>
- Rejaän, Z., van der Valk, I. E., & Branje, S. (2022). Postdivorce Coparenting Patterns and Relations With Adolescent Adjustment. *Journal of Family Issues*, 43(7), 1739-1759. <https://doi.org/10.1177/0192513X211030027>.
- Rodrigues, F. C. & Palheta, R. T. M. (2019). Educação ambiental e interdisciplinaridade: a importância da água na vida dos ribeirinhos da Ilha das Onças (Furo Conceição), Barcarena, Pará, Brasil. *Ambiente & Educação*, v. 24, n. 2, p. 310-330. <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8408/6233>
- Ronaghan, D., Gaulke, T., & Theule, J. (2024). The association between marital satisfaction and coparenting quality: A meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 38(2), 236–245. <https://doi.org/10.1037/fam0001149>
- Rosenstein, B. (2002). Video use in social science research and program evaluation. *International journal of qualitative methods*, 1(3), 22-43.

- Rosenstein, B. (2002). Video use in social science research and program evaluation. *International journal of qualitative methods*, 1(3), 22-43.
- Santos da Silva, L. ., da Silva Alves, H. ., Wagner Silva, D. ., & Padinha Correa Romano, M. L. . (2020). Alimentação na várzea amazônica: estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. *REVISTA CIÊNCIAS DA SOCIEDADE*, 4(7), 177–206. <https://doi.org/10.30810/rcs.v4i7.1406>.
- Schneider, S. (2003). *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51), 99–122. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>
- Schoppe-Sullivan, S. J., & Fagan, J. (2020). The evolution of fathering research in the 21st century: Persistent challenges, new directions. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 175–197. <https://doi.org/10.1111/jomf.12645>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of family psychology*, 22(3), 389.
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Frosch, C. A., & McHale, J. L. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 194. <http://dx.doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.194>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Weldon, A. H., Cook, J. C., Davis, E. F., & Buckley, C. K. (2009). Coparenting behavior moderates longitudinal relations between effortful control and preschool children's externalizing behavior. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, 50(6), 698–706. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.02009.x>

- Schoppe-Sullivan, S. J., Wang, J., Yang, J., Kim, M., Zhang, Y., & Yoon, S. H. (2023). Patterns of coparenting and young children's social-emotional adjustment in low-income families. *Child Development*, 94(4), 874–888. <https://doi.org/10.1111/cdev.13904>
- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pará. (2024, 29 de maio). Ilha do Maracujá recebe tecnologia social que garante água potável para a população. Ascom Secti. Secti – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pará. <https://sectet.pa.gov.br/secti/node/2741>
- Shapiro, S. S.; Wilk, M. B. An analysis of variance test for normality (complete samples). *Biometrika*, v. 52, n. 3–4, p. 591–611, 1965.
- Silva SSC, Pontes FAR, Santos TM, Maluschke JB, Mendes LSA, Reis CD, et al (2010). Rotinas familiares de Ribeirinhos Amazônicos: uma possibilidade de investigação. *Psicol Teor Pesq*. 2010;26(2):341-50
- Silva, D.G. , Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. C. (2011). Relações familiares de duas crianças ribeirinhas da Amazônia. *Psicologia: teoria e prática*, 13(3), 139-151. Recuperado em 01 de agosto de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000300011&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, M. da R., Gabriel, M. R., Cherer, E. de Q., & Piccinini, C. A. (2017). Os conceitos de envolvimento e experiência nos estudos sobre paternidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(3), 116-132. Recuperado em 15 de julho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000300009&lng=pt&tlng=pt.

- Simon, P. (2006). Including omission mistakes in the calculation of Cohen's Kappa and an analysis of the coefficient's paradox features. *Educational and Psychological Measurement*, 66(5), 765-777.
- Smith, L., & Howard, K. (2008). Continuity of paternal support and depressive symptoms among
- Sobolewski, J.M. and King, V. (2005). The Importance of the Coparental Relationship for Nonresident Fathers' Ties to Children. *Journal of Marriage and Family*, 67: 1196-1212. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00210.x>
- Sobral, A. (2024). Desenvolvimento Econômico: Investimentos estratégicos transformam ilhas do Combu, Cotijuba e Mosqueiro, em Belém. Agência Pará. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/60965/investimentos-estrategicos-transformam-ilhas-do-combu-cotijuba-e-mosqueiro-em-belem.agenciapara.com.br+10>. Acesso em 16/04/2025.
- Souza, P. B. M., Ramos, M. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. C. (2016). Coparentalidade: um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos da Clínica*, 21(3), 700-720.
- Spanier, G B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage
- Szapocznik, J., & Kurtines, W. M. (1993). Family psychology and cultural diversity: Opportunities for theory, research, and application. *American Psychologist*, 48(4), 400.
- Tabachnick, B. G.; Fidell, L. S. *Using multivariate statistics*. 7. ed. Boston: Pearson, 2019.
- Talbot, J. A., & McHale, J. P. (2004). Individual Parental Adjustment Moderates the Relationship Between Marital and Coparenting Quality. *Journal of adult development*, 11(3), 191–205. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035627.26870.f8>

- Tavares, A. R. F., da Silva, G. R. A., da Silva, S. T. T., & Castro, A. P. S. (2021). A dificuldade de acesso ao saneamento básico nas regiões ribeirinhas do Estado do Pará e suas consequências na qualidade dos recursos hídricos: estudo de caso da Ilha das Onças. *Research, Society and Development*, 10(16), e527101623899-e527101623899.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The Association Between Coparenting and Child Adjustment: A Meta-Analysis. *Parenting*, 10(4), 286–307. <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Varga, C. M., Gee, C. B., Rivera, L., & Reyes, C. X. (2017). Coparenting mediates the association between relationship quality and father involvement. *Youth & Society*, 49(5), 588-609.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 10. ed. Campinas: Papirus.
- Vicente, L. R., Cardoso, A. C. D., & Freire, E. D. S. C. (2021). Produção socioespacial ribeirinha na ilha do Maracujá, Acará (PA): Entre resistências e transformações. In *Anais do 3º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular. Even3*. [https://www.even3.com.br/anais/arqvernapop/395621-producao-socioespacial-ribeirinha-na-ilha-do-maracuja-acara-\(pa\)--entre-resistencias-e-transformacoes/](https://www.even3.com.br/anais/arqvernapop/395621-producao-socioespacial-ribeirinha-na-ilha-do-maracuja-acara-(pa)--entre-resistencias-e-transformacoes/)
- Vicente, L. R., Cardoso, A. C. D., & Freire, E. D. S. C. (2021). Produção socioespacial ribeirinha na ilha do Maracujá, Acará (PA): Entre resistências e transformações. In *Anais do 3º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular. Even3*. [https://www.even3.com.br/anais/arqvernapop/395621-producao-socioespacial-ribeirinha-na-ilha-do-maracuja-acara-\(pa\)--entre-resistencias-e-transformacoes/](https://www.even3.com.br/anais/arqvernapop/395621-producao-socioespacial-ribeirinha-na-ilha-do-maracuja-acara-(pa)--entre-resistencias-e-transformacoes/)
- Vicente, L. R., Cardoso, A. C. D., & Freire, E. D. S. C. (2021). Produção socioespacial ribeirinha na ilha do Maracujá, Acará (PA): Entre resistências e transformações. In

- Anais do 3º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular. Even3.
[https://www.even3.com.br/anais/arqvernpop/395621-producao-socioespacial-ribeirinha-na-ilha-do-maracuja-acara-\(pa\)--entre-resistencias-e-transformacoes/](https://www.even3.com.br/anais/arqvernpop/395621-producao-socioespacial-ribeirinha-na-ilha-do-maracuja-acara-(pa)--entre-resistencias-e-transformacoes/)
- Virtanen, K. (2020). ÁREAS PROTEGIDAS E URBANIZAÇÃO: O CASO DA APA DA ILHA DO COMBÚ, BELÉM (PA). *Cadernos De Estudos Sociais*, 35(2).
[https://doi.org/10.33148/DOI:10.33148/CES25954091V35n2\(2020\)1890](https://doi.org/10.33148/DOI:10.33148/CES25954091V35n2(2020)1890)
- Wang, J., Schoppe-Sullivan, S. J., Yan, J., & Yoon, S. (2023). Examining parents' susceptibility: Coparenting relationships and parental involvement in low-income families. *Journal of Marriage and Family*, 85(2), 458-476.
- Wong, S., & Goodwin, R. (2009). Experiencing marital satisfaction across three cultures: A qualitative study. *Journal of Social and Personal Relationship*, 26(8), 1011–1028
- Young, M., Riggs, S., & Kaminski, P. (2017). Role of marital adjustment in associations between romantic attachment and coparenting. *Family Relations*, 66(2), 331-345.
<https://doi.org/10.1111/fare.12245>
- Zec, S., Soriani, N., Comoretto, R., & Baldi, I. (2017). High agreement and high prevalence: the paradox of Cohen's kappa. *The open nursing journal*, 11, 211.
- Zemp, M., Milek, A., Cummings, E. M., & Bodenmann, G. (2017). Longitudinal
- Zhang, Y., Xie, R., Yan, R., Wang, D., Ding, W., & Sun, B. (2024). Bidirectional longitudinal relationships between parents' positive co-parenting, marital satisfaction, and parental involvement. *Journal of Social and Personal Relationships*, 41(7), 1892-1912.
<https://doi.org/10.1177/02654075241231010> (Original work published 2024)
- Zhao, Fengqing & Liu, Mingxiao & Li, Sen, 2020. "Paternal coparenting behavior and adolescent prosocial behaviors: Roles of parent-child attachment, peer attachment, and gender," *Children and Youth Services Review*, Elsevier, vol. 119(C).

ANEXO A – Termo de Autorização da Pesquisa



NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia

Pesquisador: Julia Mendonça

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74917623.2.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.546.944

Apresentação do Projeto:

O projeto “Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia” constitui um projeto de pesquisa da Profa. Dra. Júlia Scarano de Mendonça, (coordenadora) e sua equipe, constituída Pela Profa. Dra. Simone Souza da Costa Silva e mais três graduandos, sendo as duas docentes vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), da UFPa.

Com o foco de interesse na exploração dos processos e mecanismos que favorecem ou não o desenvolvimento da autorregulação de crianças de 2-3 anos no contexto mais amplo da família, a pesquisa se propõe a investigar a influência do funcionamento familiar para a autorregulação emocional da criança em comunidades ribeirinhas próximas de Belém (Ilha do Combu), contexto este pouco investigado e diferenciado das populações tradicionalmente mais estudadas. “As famílias serão investigadas por meio da observação e filmagem de situações cotidianas de convívio familiar (interação diádica pai-criança, interação triádica mãe-pai-criança, em duas condições: jogo livre com brinquedos levados pelo pesquisador e arrumação dos brinquedos na caixa); situações estas “normalmente usadas para avaliar a regulação

Endereço: Av. Generalíssimo
Deodoro, 92

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-0961

CEP:

E-mail: cepnmt@ufpa.br

202

emocional da criança”. As interações familiares serão posteriormente codificadas para avaliação do nível de reciprocidade de atenção, interesse e envolvimento entre os parceiros por meio da análise do comportamento não verbal e com instrumentos desenvolvidos pela coordenadora da pesquisa”. Serão aplicados os instrumentos: a) “Inventário sociodemográfico (ISD), Cecconello & Koller (2003), com “questões relativas à identificação dos sujeitos, dados demográficos, modo de vida familiar (alimentação, formas de lazer, religião, entre outros) e caracterização do sistema familiar (tempo de convivência, laços consanguíneos, cuidado parental, entre outros)”. O instrumento caracteriza-se como um roteiro de conversa”; b) Escala de Depressão Pós-natal de Edinburg (EDPE); c) questionário PATER (Índice global de parentalidade e conjugalidade); d) Inventário dos Comportamentos de crianças entre 1 ½ e 5 Anos (CBCL -1½ -5). O recrutamento de potenciais participantes do estudo será feito a partir de levantamento a ser realizado nas Unidades Básicas de Saúde e Postos de Saúde das comunidades ribeirinhas.

Objetivo da Pesquisa:

“Objetivos gerais:

- 1) Investigar a relação entre a dinâmica interacional e emocional da família ribeirinha residente na Amazônia e a competência autorregulatória emocional da criança de 30 meses. A dinâmica familiar será estudada a partir da análise da qualidade da relação inter-parental (marital, coparental e envolvimento paterno), da relação mãe-criança, pai-criança e mãe-pai-criança, incluindo medidas de sincronia interacional e afeto compartilhado nesses diversos subsistemas. Será também investigada a interrelação entre os diversos subsistemas familiares.
- 2) Compreender o impacto da depressão da mãe e do pai na autorregulação emocional da criança, separadamente e conjuntamente, e de forma integrada aos dados das relações familiares. Interessa-nos, especialmente, analisar integrações de efeitos por meio de modelos sistêmicos complexos.

Objetivos Específicos:

- Investigar as diferenças entre a interação mãe-criança e pai-criança em contexto diádico e triádico.
- Relacionar a interação mãe-criança e pai-criança e mãe-pai-criança à competência de autorregulação da criança.
- Verificar a associação entre as variáveis sociodemográficas e as outras variáveis estudadas.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: “A pesquisa proposta apresenta riscos mínimos de certo desconforto

com perguntas mais íntimas aos participantes. Os participantes não são obrigados a responder perguntas as quais não queiram e isto é dito a eles no momento da assinatura do TCLE”. É também informando ao participante, no TCLE, que “os nomes dos participantes da pesquisa serão trocados por números garantindo o sigilo dos participantes”.

Benefícios: Para as famílias envolvidas, “a equipe de pesquisa irá propor oficinas sobre temas que beneficiarão as famílias ribeirinhas como por exemplo, desenvolvimento infantil, a importância do envolvimento paterno para o desenvolvimento da criança, entre outros”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende ao critério de relevância científica e social, apresenta de maneira clara a metodologia do estudo, atende ao que é preconizado na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que estabelece as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas com seres humanos (sigilo, autonomia e voluntariedade dos participantes, autorização de participação no estudo por parte dos participantes).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. FOLHA DE ROSTO CONEP - Apresentado e adequado.
2. PROJETO DE PESQUISA ORIGINAL NA ÍNTEGRA - Apresentado e adequado.
3. TAI – Termo de Anuência Institucional – Apresentado e adequado.
4. CRONOGRAMA – Apresentado e inadequado, pois há incongruência entre os cronogramas constantes no projeto completo e no projeto resumido e inserido na Plataforma Brasil.
5. ORÇAMENTO: custeado pelo CNPq- Universal
6. TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – Não se aplica.
7. TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados – Apresentado e adequado.
8. TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Apresentado e adequado.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

É de responsabilidade da pesquisadora iniciar a coleta de dados após aprovação pelo CEP. Todas as pendências indicadas na versão anterior foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, este Colegiado manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa por estar de acordo com a Resolução CNS nº510/2016, e Norma Operacional

001/2013.

Cabe ainda ao pesquisador:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final para este CEP;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- d) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- f) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, alteração ou interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- g) comunicar antecipadamente alterações no cronograma por meio da Plataforma Brasil via Emenda.

Esclarecemos que a responsabilidade do pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento		Arquivo		Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto		PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2142429.pdf		17/11/2023 14:20:07		Aceito
Outros		TCUD_Lorrane.pdf		17/11/2023 14:09:37	Julia Mendonça	Aceito
Outros		TCUD_Simone.pdf		17/11/2023 14:07:26	Julia Mendonça	Aceito
Outros		TCUD_Ryan.pdf		17/11/2023 14:07:12	Julia Mendonça	Aceito
Outros		TCUD_Marco.pdf		17/11/2023 14:06:53	Julia Mendonça	Aceito
Outros		TCUD_Julia.pdf		17/11/2023 14:06:33	Julia Mendonça	Aceito
Outros	TAI.pdf	17/11/2023 14:05:25	Julia Mendonça	Aceito		

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_UFPA.pdf	17/11/2023 14:05:02	Julia Mendonça	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_17_11.pdf	17/11/2023 14:04:16	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Aprovacao_Universal.pdf	17/11/2023 14:03:23	Julia Mendonça	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	17/11/2023 14:01:31	Julia Mendonça	Aceito
Outros	CBCL.pdf	23/08/2023 14:36:57	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Triadic_Interactional_Synchrony.pdf	23/08/2023 14:36:36	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Taxonomy_of_Interactional_Synchrony.pdf	23/08/2023 14:36:16	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Escala_de_Depressao.pdf	23/08/2023 14:35:30	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Indice_global_P.pdf	23/08/2023 14:34:56	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Indice_global_M.pdf	23/08/2023 14:34:30	Julia Mendonça	Aceito
Outros	Inventario_socio_demografico.pdf	23/08/2023 14:29:53	Julia Mendonça	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	23/08/2023 14:27:07	Julia Mendonça	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	22/08/2023 15:43:50	Julia Mendonça	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 01 de Dezembro de 2023

Assinado por:

**Esther Iris Christina Freifrau von
Ledebur (Coordenador(a))**

Endereço: Av. Generalíssimo
Deodoro, 92

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-0961

CEP:

E-mail: cepnmt@ufpa.br

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

Projeto de pesquisa: “Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia.”

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar do projeto de pesquisa “Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia”, com o objetivo de entender como as relações familiares influenciam a forma como a criança lida com as suas emoções.

Sua participação ocorrerá após o seu consentimento oral de participação na pesquisa via contato telefônico. Após esse primeiro consentimento oral, a senhora () receberá uma visita de membros da equipe que irão explicar a pesquisa mais detalhadamente para a senhora () e o seu esposo () e pedir que assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação na pesquisa (TCLE), que é este documento que explica como a pesquisa será realizada e detalha as etapas da pesquisa. Não podemos iniciar a pesquisa sem essas assinaturas documentando que conhecem as etapas da pesquisa e concordam em participar. Após a assinatura deste documento, nós pediremos que a senhora () e o seu esposo () respondam separadamente a algumas perguntas sobre escolaridade, renda familiar, moradia, formas de lazer, entre outras coisas sobre a família e a criança.

O restante da pesquisa será feito numa segunda visita domiciliar em dia e horário a ser definido pela senhora () e o seu esposo (), de forma a não prejudicar a rotina diária da família. A senhora () e o seu esposo () serão convidados a participar das atividades. Nós pediremos que a senhora (), o seu esposo () e o/a seu filho () se sentem no chão da casa no tapete que traremos e brinquem livremente com os brinquedos que iremos trazer durante 14 minutos. Os brinquedos que traremos são apropriados para a idade da criança e não

apresentam risco algum à criança.

Em seguida, pediremos que o pai saia da sala para que a mãe e a criança brinquem sozinhas por mais 14 minutos. Após, pediremos que a mãe saia da sala e chamaremos o pai novamente para que ele e a criança brinquem sozinhos por mais 14 minutos. Esta atividade será inteira filmada para podermos ver e analisar posteriormente as gravações das brincadeiras. Após esta atividade, pediremos que a senhora () e o seu esposo () respondam separadamente alguns questionários sobre como se sentiram nos últimos 7 dias, sobre a relação entre vocês dois e sobre o comportamento da criança. Enquanto respondem os questionários, a criança receberá um lanche do pesquisador que ficará com ela para que ao pais fiquem tranquilos enquanto respondem os questionários para outro pesquisador. Todos os itens dos questionários serão lidos e explicados oralmente pelo pesquisador.

Os riscos que podem decorrer da sua participação na pesquisa são mínimos, mas a senhora () pode sentir algum desconforto ao responder alguma pergunta mais íntima, ou que fale sobre algum assunto que a () incomode. Caso não queira responder alguma pergunta não há problema algum. Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisas com seres humanos, a senhora () não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Logo após o preenchimento dos questionários, os nomes dos participantes da pesquisa serão trocados por números garantindo o sigilo dos participantes. Em qualquer etapa do estudo a senhora () terá acesso a pesquisadora responsável para o esclarecimento de eventuais dúvidas. A senhora () terá o direito de retirar a permissão para participar do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para a senhora () ou para o seu/sua filho (). Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre os aspectos éticos da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará CEP/NMT/UFPA localizado na Av. Generalíssimo Deodoro, 92, Umarizal, CEP: 66055-240, fone 3201-0961, e-mail cepnmt@ufpa.br.

Uma via deste documento (TCLE) será entregue ao responsável pela criança. Por outro lado, a pesquisa pretende trazer benefícios para a comunidade da Ilha do Combu pois trará conhecimento sobre a sua população, o qual pode subsidiar políticas públicas

para a população ribeirinha de forma a beneficiar toda a comunidade. Desde já agradecemos sua colaboração.

Declaro que li e entendi os objetivos deste estudo, e que as dúvidas que tive foram esclarecidas pelos pesquisadores responsáveis pela pesquisa. Estou ciente que a minha participação é voluntária e que a qualquer momento tenho direito a obter outros esclarecimentos sobre a pesquisa e de retirar a permissão para participação na mesma, sem qualquer prejuízo. Autorizo a participação da criança na pesquisa e as gravações das brincadeiras da criança com os seus pais.

Assinatura do responsável pela criança participante da pesquisa

Assinatura do participante adulto da pesquisa

ANEXO C – Declaração de Explicação da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA
DO COMPORTAMENTO

Projeto de pesquisa: “Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia.”

Declaro que eu (ou um membro da equipe autorizado por mim) expliquei ao responsável pela criança e a todos os participantes, como a pesquisa será realizada, seus eventuais riscos e desconfortos e a possibilidade de retirar-se da pesquisa sem qualquer prejuízo, assim como esclareci as dúvidas apresentadas.

Belém, 19 de fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIA SCARANO DE MENDONÇA
Data: 19/02/2024 11:37:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dr^a Julia Scarano de Mendonça
Pesquisadora Responsável
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento,
NTPC I, sala 37.
Universidade Federal do Pará - UFPA Rua
Augusto Corrêa n° 1,
Bairro: Guamá CEP:
66075-110

ANEXO D – Termo de Autorização de Imagem e Som

Eu, _____, estado civil
_____ nacionalidade _____, portador da Cédula de identidade RG
nº _____, residente
à _____, inscrito
no CPF/MF sob nº _____, município de (cidade / estado) _____.

AUTORIZO a veiculação do uso de minha imagem em todo e qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa e divulgação do conhecimento científico sem ônus e restrições, obedecendo ao que está previsto na Constituição Federal, artigo 5º, inciso X. A cessão de direitos da veiculação das imagens, deverá ser acordada entre as partes. Por fim, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

ANEXO E – Inventário Sociodemográfico (ISD) - Versão Mãe

ISD - Versão Mãe

I. Identificação:

Aplicador: _____

Data: __/__/__

Família nº: ____

Comunidade: _____

II. Dados Sociodemográficos:

a. Composição Familiar (Pessoas que moram na mesma casa que você)

Nome completo	Apelido	Data de Nascimento	Sexo	Grau de Parentesco com a criança	Nível de escolaridade

III. Moradia

a. SITUAÇÃO DA MORADIA:

- Própria
- Alugada
- Cedida
- OUTRA _____

b. TIPO DE CONSTRUÇÃO

- Alvenaria
- Madeira
- Taipa/Barro
- Mista
- Material reaproveitado
- Outros _____

c. CÔMODOS

Nº DE CÔMODOS: _____

Quais: _____

Onde os moradores da casa dormem?

d. EQUIPAMENTOS E MÓVEIS:

- Geladeira
- Fogão
- Televisão
- Rádio

- Cama
- Se sim, quantas? ____
- Máquina de Lavar
- Rede
- celular
- Se sim, quantos? ____
- Ventilador

e. ENERGIA ELÉTRICA:

- Relógio de controle próprio
- Gerador particular
- Improvisado
- Sem energia
- Relógio Comunitário
- Lamparina

f. ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

- Rede Pública (encanada)
 - Poço
 - Torneira Coletiva
 - Barco de distribuição
 - Rio
 - Outros _____
- Recebe algum tipo de tratamento? Sim Não,
- Qual _____

g. DESTINO DO LIXO DOMICILIAR:

- Coleta
- Via Pública/ Corrente de água Natural
- Queimado
- Enterrado
- Outro _____

h. Tratamento de Esgoto

- Rio
- Fossa Séptica
- Caixa de gordura/Fossa perdida
- Outro _____

IV. Religião:

Você segue alguma religião? Sim Não

Se sim, qual?

- Católica
- Evangélica
- Espírita
- De Matriz Africana
- Outra _____

V. Crenças e Valores:

Em sua opinião é mais fácil cuidar de meninos ou meninas? E por que?

Como você demonstra afeto para o(s) menino(s)?

Como você demonstra afeto para a(s) menina(s)?

Quais são os trabalhos da(s) menina(s)?

Quais são os trabalhos do(s) menino(s)?

Na hora de castigar quem é mais castigado, os meninos ou as meninas? _____

Por	que?
<hr/>	
<hr/>	
Como são os castigos?	

VI. Caracterização da Renda familiar:

a. Valor da renda mensal:

- Menos de um salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 4 salários mínimos
- Entre 4 e 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

b. Qual é a sua principal fonte de renda?

- Extrativismo
- Artesanato
- Turismo
- Pesca
- Outro _____

c. Você cultiva algum tipo de plantaçoão no seu terreno?

- Açai
- Andiroba
- Cacau
- Outro _____

d. Quais os membros da família que contribuem com a renda familiar?

Algum dos membros da família que são beneficiários de Programas de bolsas do Governo? E quais?

VII. Caracterização do Casal:

Tempo de união: _____

Estado Civil Atual:

Solteira

Vive Junto

Casada

Separada

Divorciada

Viúva

Com que idade foi a sua primeira gravidez? _____

Possui quantos filhos? _____

Qual a idade dos filhos?

Usa algum método contraceptivo? Sim Não

Possui algum filho morando fora da comunidade? Sim Não

Você ou alguém da sua família migrou para esta localidade? Sim Não

Se sim, quem? _____

Qual o local de origem? _____

Por _____ que _____ mudou?

Reside há quanto tempo nesta comunidade? _____

Vocês pretendem continuar residindo na comunidade? _____

VIII. Caracterização da Rede de Apoio

a. Tenho pessoas com quem eu sinto segura (o) e compreendida (o)					
b. Caso seja necessário, eu posso pedir ajuda financeira/algo aos meus vizinhos e amigos					
c. Quando estou doente sei que posso pedir ajuda para minha família e amigos					
d. Quando eu estou mal tenho pessoas com que eu posso contar					

IX. Caracterização do brincar:

A criança costuma brincar?				A criança usa brinquedos?		Se sim, onde a criança consegue os brinquedos?	
No espaço Interno	No espaço externo	<input type="checkbox"/> Sim, quais?		<input type="checkbox"/> Comprado			
				<input type="checkbox"/> Doado			

			<input type="checkbox"/> Fabricado, como?
Em qual turno?	Em qual turno?		
		<input type="checkbox"/> Não	
Com quem a criança costuma brincar?	Em qual momento?		Detalhe a brincadeira
<input type="checkbox"/> Sozinha			
<input type="checkbox"/> Irmãos			
<input type="checkbox"/> Primos			
<input type="checkbox"/> Colegas da Escola			
<input type="checkbox"/> Vizinhos			
<input type="checkbox"/> Avó			
Com quem a criança costuma brincar?	Em qual momento?		Detalhe a brincadeira
<input type="checkbox"/> Avô			
<input type="checkbox"/> Pai			
<input type="checkbox"/> Mãe			

<input type="checkbox"/> Tios		
<input type="checkbox"/> Outros:		

Inventário de Rotina da família:
Dias da Semana:

Quais atividades são realizadas no turno da manhã?	Quais são as atividades realizadas no turno da tarde?	Quais são as atividades realizadas no turno da noite?	Quais são as atividades realizadas no turno da madrugada?

Sábado:			
Quais atividades são realizadas no turno da manhã?	Quais são as atividades realizadas no turno da tarde?	Quais são as atividades realizadas no turno da noite?	Quais são as atividades realizadas no turno da madrugada?

Domíngo:

Quais atividades são realizadas no turno da manhã?	Quais são as atividades realizadas no turno da tarde?	Quais são as atividades realizadas no turno da noite?	Quais são as atividades realizadas no turno da madrugada?

Em quais dias a família costuma estar toda reunida?
Em quais momento a família se reúne para atividades de lazer?
Quais atividades de lazer a família costuma praticar?
Como essas atividades são feitas?
Qual seria o melhor dia e horário para fazer a observação da mãe, pai e criança brincando juntos?
A criança tem acesso ao celular? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, usa Internet? Sozinha ou com um adulto?
Qual é a média diária de acesso às telas? A criança tem restrição de tempo na internet?

ANEXO F – Inventário Sociodemográfico (ISD) – Versão Pai

ISD - Versão Pai

Identificação:

Aplicador: _____

Nome do Pai: _____

Data de Nascimento do Pai: _____

Data da aplicação do instrumento: __/__/__

Família nº: ____

Comunidade: _____

I. Caracterização do Casal:

Tempo de união: _____

Estado Civil Atual:

Solteiro

Vive Junto

Casado

Separado

Divorciado

Viúvo

Com que idade você teve seu primeiro filho? _____

Possui quantos filhos? _____

Qual a idade dos filhos?

Possui algum filho morando fora da comunidade? Sim Não

Você ou alguém da sua família migrou para esta localidade? Sim Não

Se sim, quem? _____

Qual o local de origem? _____

Por que mudou? _____

Reside há quanto tempo nesta comunidade?

Vocês pretendem continuar residindo na comunidade? _____

II. Caracterização da Rede de Apoio					
a. Tenho pessoas com quem eu sinto segura (o) e compreendida (o)					
b. Caso seja necessário, eu posso pedir ajuda financeira/algo aos meus vizinhos e amigos					
c. Quando estou doente sei que posso pedir ajuda para minha família e amigos					
d. Quando eu estou mal tenho pessoas com que eu posso contar					

III. Caracterização de renda
a. Qual é a sua principal fonte de renda?
<input type="checkbox"/> Extrativismo

Artesanato

Turismo

Pesca

Outro: _____

IV. Crenças e Valores:

Em sua opinião é mais fácil cuidar de meninos ou meninas? E por que?

Como você demonstra afeto para o(s) menino(s)?

Como você demonstra afeto para a(s) menina(s)?

Quais são os trabalhos da(s) menina(s)?

Quais são os trabalhos do(s) menino(s)?

Na hora de castigar quem é mais castigado, os meninos ou as meninas? _____

Por

que?

Como são os castigos?

V. Religião:

Você segue alguma religião? Sim Não

Se sim, qual?

Católica

Evangélica

Espírita

De Matriz Africana

Outra _____

VI. Caracterização do Brincar:

A criança costuma brincar?		A criança usa brinquedos?	Se sim, onde a criança consegue os brinquedos?
No espaço Interno	No espaço externo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Comprado
			<input type="checkbox"/> Doado
			<input type="checkbox"/> Fabricado, como?
Em qual turno?	Em qual turno?		
		<input type="checkbox"/> Não	
Com quem a criança costuma brincar?	Em qual momento?	Detalhe a brincadeira	
<input type="checkbox"/> Sozinha			

<input type="checkbox"/> Irmãos		
<input type="checkbox"/> Primos		
<input type="checkbox"/> Colegas da Escola		
<input type="checkbox"/> Vizinhos		
<input type="checkbox"/> Avó		
<input type="checkbox"/> Avô		
<input type="checkbox"/> Pai		
<input type="checkbox"/> Mãe		
<input type="checkbox"/> Tios		
<input type="checkbox"/> Outros:		

ANEXO G – Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER) – Versão Mãe

Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade

Júlia Scarano de Mendonça, Vera Sílvia Raad Bussab & Bruna Assis Mattos
(Versão para ser respondida pela mãe)

Nome:

Data:

Entrevistadora

1. Responda às seguintes afirmações abaixo sobre a sua relação com o pai da criança, **atualmente**. De 1=nunca, até 5=sempre.

	Nunca 1	Rara- mente 2	Às vezes 3	Quase sempre 4	Sempre 5
1.O pai da criança ajuda nas despesas da casa e com a criança?					
2.O pai da criança ajuda nas tarefas domésticas?					
3.O pai leva a criança para lugares que ela precisa ir, como creche, escola ou médico?					
4.O pai ajuda a cuidar da criança quando necessário?					
5.O pai cuida bem da criança?					
6. O pai se envolve no cuidado físico e nas necessidades básicas da criança, como alimentação e higiene?					
7. O pai ajuda a criança nas tarefas escolares?					
8.Você e o pai conversam sobre os problemas referentes à criação da criança?					
9.Você e o pai concordam sobre a forma de criar a criança?					
10.Seu parceiro fala bem de você para o seu filho?					
11.Seu parceiro te critica ou fala mal de você na frente do seu filho ou para seu filho?					
12.Quando você e seu parceiro discutem, seu parceiro tenta influenciar seu filho para tomar o partido dele?					

13.Seu parceiro concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o seu filho?					
14.Seu parceiro tira a sua autoridade na frente do seu filho?					
15.Ele tem tempo para conversar quando você precisa?					
16.Ele expressa afeição e amor por você?					
17.Ele encoraja-a ou ajuda-a a fazer coisas que são importantes para você?					
18.Você sente-se muito próxima do seu parceiro?					
19.Quando você está com seu parceiro, sente-se completamente capaz de relaxar e ser você mesma?					
20.Não importa o que acontecer você sente que o seu parceiro estará sempre ao seu lado?					
21.Você sente que ele entende os seus sofrimentos e alegrias?					
22.Ele é justo e disposto a negociar quando vocês têm um desentendimento?					
23.Ele insulta-a ou critica você e suas ideias?					

ANEXO H – Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade (PATER) – Versão Pai

Índice Global de Parentalidade e Conjugalidade

Júlia Scarano de Mendonça, Vera Sílvia Raad Bussab & Bruna Assis Mattos
(Versão para ser respondida pelo pai)

Nome:

Data:

Entrevistadora:

1. Responda às seguintes afirmações abaixo sobre a sua relação com a mãe da criança, **atualmente**. De 1=nunca, até 5=sempre

	Nunca 1	Rara- mente 2	Às vezes 3	Quase sempre 4	Sempre 5
1.Você ajuda nas despesas da casa e com a criança?					
2.Você ajuda nas tarefas domésticas?					
3.Você leva a criança para lugares que ela precisa ir, como creche, escola ou médico.					
4.Você ajuda a cuidar da criança quando necessário?					
5.Você cuida bem da criança?					
6. Você se envolve no cuidado físico e nas necessidades básicas da criança, como alimentação e higiene?					
7. Você ajuda a criança nas tarefas escolares?					
8.Você e a mãe conversam sobre os problemas referentes à criação da criança.					
9.Você e a mãe concordam sobre a forma de criar a criança.					
10.Sua parceira fala bem de você para o seu filho?					
11.Sua parceira te critica ou fala mal de você na frente do seu filho ou para seu filho?					
12.Quando você e sua parceira discutem, sua parceira tenta influenciar seu filho para tomar o partido dela?					

13.Sua parceira concorda com você sobre as suas decisões para disciplinar o seu filho?					
14.Sua parceira tira a sua autoridade na frente do seu filho?					
15. A sua parceira tem tempo para conversar quando você precisa?					
16.Ela expressa afeição e amor por você?					
17.Ela encoraja-o ou ajuda-o a fazer coisas que são importantes para você?					
18.Você sente-se muito próximo da sua parceira?					
19.Quando você está com sua parceira, sente-se completamente capaz de relaxar e ser você mesmo?					
20.Não importa o que acontecer você sente que a sua parceira estará sempre ao seu lado?					
21.Você sente que ela entende os seus sofrimentos e alegrias?					
22.Ela é justa e disposta a negociar quando vocês têm um desentendimento?					
23.Ela insulta-o ou critica você e suas ideias?					

ANEXO I – Manual de Codificação Taxonomy of Interactional Synchrony

TAXONOMY OF INTERACTIONAL SYNCHRONY

Manual de Codificação da Díade Mãe-Pai

Discente: Bruna de Assis Mattos

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Scarano de Mendonça

Orientações gerais:

1. Este sistema adota uma abordagem micro analítica e é baseado em comportamentos relacionais não verbais (De Mendonca et al.)
2. Essa codificação foi concebida para ser utilizada em díades Mãe-Pai em contexto triádico com a criança. Todas as categorias e níveis em cada uma das categorias são diádicas, ou seja, levam em consideração a interação entre os parceiros sociais e não comportamentos individuais.
3. A taxonomia consiste em 5 categorias (*proximidade física, orientação visual, orientação corporal, envolvimento diádico e afeto compartilhado*), onde cada uma delas é composta de níveis de sincronia interacional, sendo que as categorias *proximidade física, orientação visual, orientação corporal e envolvimento diádico* são compostas por uma escala likert de 4 níveis e a categoria *afeto compartilhado* possui 3 níveis.

4. As categorias *proximidade física, orientação visual e orientação corporal* são micro analíticas, baseadas em comportamentos pontuais e são codificadas a cada 10 segundos (spot observation).
5. As categorias *envolvimento diádico e afeto compartilhado* são codificadas a partir da avaliação global da interação social, com base no intervalo inteiro e não na pausa do vídeo. O *envolvimento diádico* e o *afeto compartilhado* também são codificados a cada 10 segundos.
6. Quando um dos parceiros está fora do campo visual do codificador, o código 0 deverá ser anotado (lembrar que as categorias são diádicas, portanto, envolvem a interação entre os parceiros sociais). Todas as categorias têm um código 0 para anotar essa situação. Na planilha de dados essa situação deve ser marcada como dado faltante.

Regras de codificação

Distância Interpessoal (Interpersonal Distance)

Nesta categoria é considerada a distância entre qualquer parte do corpo de ambos os parceiros.

Escala:

4. Contato Físico;
3. Até 20 cm de distância;
2. Mais de 20 cm e menos de 60 cm de distância;
1. Mais de 60 cm de distância.

0. Não visível.

Orientação para utilização da fita métrica para codificação da distância interpessoal

Tamanho do vídeo: 16 cm de largura.

Tamanho real do tapete: 1,80m (180cm) de comprimento e 1,20m (120cm) de largura.

Pode-se utilizar qualquer uma das medidas para obtenção da tabela de referência para codificação.

Seguem abaixo as tabelas com regra de três simples para obter os valores de referência para a codificação da categoria da Distância Interpessoal.

Comprimento do tapete no vídeo **Y**

Valor de referência da fita métrica para 20 cm da escala	Valor de referência da fita métrica para 60 cm da escala:
180 - Y	180 - Y
20 - x	60-x
$X = 20 \times Y / 180$	$X = 60 \times Y / 180$
X=	X=

Largura do tapete no vídeo **Y**

Valor de referência da fita métrica para 20cm da escala:	Valor de referência da fita métrica para 60cm da escala:
120 - Y	120 - Y
20 - x	60-x
$X = 20 \times Y / 120$	$X = 60 \times Y / 120$
X=	X=

Para a codificação da Distância Interpessoal, é fundamental observar o tamanho do vídeo exibido na tela, garantindo que os valores obtidos sejam precisos. Para utilizar corretamente as tabelas de referência apresentadas acima, o vídeo deve estar com 16 cm de largura.

Segue abaixo a sugestão de layout e exemplo de obtenção dos valores da distância interpessoal para codificação. Ressalta-se que, para a observação dessa categoria, é necessário o uso de uma fita métrica.

Figura 1.

Sugestão de posição do vídeo e das ferramentas de codificação.

The screenshot displays the BORIS software interface for video analysis. The main window shows a video of a family sitting on a mat. On the left, there are two panels: 'Ethogram' and 'Subjects'. The 'Ethogram' panel lists various behavioral codes, with '0. Out of sight- interpersonal distance' selected. The 'Subjects' panel lists 'No focal', 'Mother', 'Father', 'Child', 'Smile', 'Hug', and 'Loving..'. Below these is an 'Events' table showing time, frame index, subject, and code. The video player on the right shows the current media name 'f07 (câmera) triade.mp4' and other playback settings.

Key	Code
1	D 4. Physical contact
2	D 3. Within 20 cm of each other.
3	D 2. Farther than 20 cm but closer than 60 cm from each ...
4	D 1. More than 60 cm apart
5	D 0. Out of sight- interpersonal distance
6	V 4. Look at each other
7	V 3. Look in the same direction
8	V 2. Unreturned gaze

Key	Name
1	No focal
2	M Mother
3	F Father
4	C Child
5	S Smile
6	H Hug
7	T Loving..
8	Loving..

Time	Frame index	Subject	Code
21	330.000	9900	3. Within 20 cm of each other.
22	340.000	10200	3. Within 20 cm of each other.
23	350.000	10500	2. Farther than 20 cm but closer than 60 cm from each othe
24	360.000	10800	3. Within 20 cm of each other.
25	370.000	11100	2. Farther than 20 cm but closer than 60 cm from each othe
26	380.000	11400	2. Farther than 20 cm but closer than 60 cm from each othe

Player paused. Scan sampling at 370 s
 Current media name: **f07 (câmera) triade.mp4** (#1 / 1)
 Play rate: **x1.000**
 Zoom level: **1.0**
 No focal subject
 Observed behaviors:

Observation time interval: 120.000 - 600.000

Para a utilização da fita métrica para codificação primeiramente será necessário criar uma tabela com valores em centímetros para as escalas da categoria. A tabela será criada a partir de regra de três simples tendo como medida de referência o comprimento do tapete utilizado na observação.

No exemplo do vídeo acima, utilizou-se como referência o comprimento real do tapete, de 180 cm, e o valor obtido no vídeo, medido com a fita métrica, de 15,3 cm. É importante destacar que uma tabela de referência deve ser elaborada individualmente para cada observação/família, considerando as variações no enquadramento e nas dimensões apresentadas em cada gravação.

Segue abaixo os valores de referência do exemplo acima.

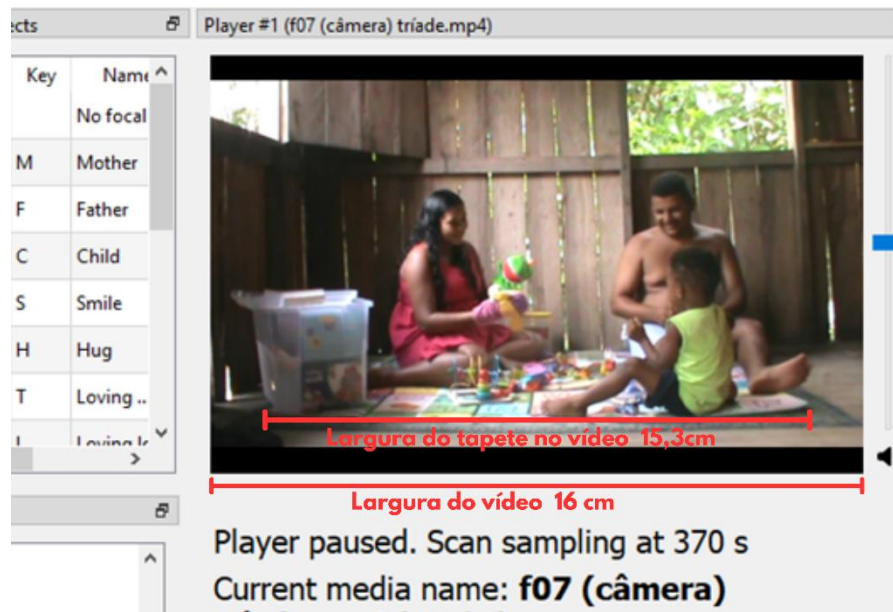
Tamanho do vídeo: 16 cm de largura

Tamanho real do comprimento do tapete: 180 cm

Comprimento do tapete no vídeo F07: 15,3cm

Figura 2.

Print da observação com destaque para o comprimento do vídeo e do tapete.



Valor de referência da fita métrica para 20cm da escala:

180 - 15,3

20 - x

$X = 20 \times 15,3 / 180$

X= 1,7 cm

Valor de referência da fita métrica para 60cm da escala:

180-15,3

60-x

$X = 60 \times 15,3 / 180$

X= 5,1 cm

Tabela 1.

Exemplo de tabela com valores de referência obtidos com utilização da fita métrica para codificação.

Escala	Fita Métrica
4. Contato Físico	-
3. Até 20 cm de distância	Até 1,7 cm de distância
2. Mais de 20 cm e menos de 60 cm de distância	Mais que 1,7 cm até 5,1 cm de distância
1. Mais de 60 cm de distância	Mais de 5,1 cm de distância

Orientação visual (Visual Orientation)

Nesta categoria é observada e codificada a direção do olhar dos parceiros sociais.

Escala:

4. Os parceiros sociais olham um para o outro;
3. Os parceiros sociais olham na mesma direção;
2. Comportamento unilateral (a mãe olha para o pai ou o pai olha para a mãe);
1. Os parceiros sociais olham em direções diferentes.
0. Não visível.

É comum, nessa categoria, haver desacordo entre os códigos *os parceiros sociais olham na mesma direção* e *os parceiros sociais olham em direções diferentes*. Dessa forma, para prevenir possíveis discordâncias, duas considerações foram feitas para compreender de forma clara esses dois níveis: primeiro, para optar por *os parceiros sociais olham na mesma direção*, os parceiros sociais devem estar olhando para o mesmo espaço interacional, e, em segundo lugar, deve-se considerar uma margem de 40 cm entre a orientação visual de cada um dos parceiros sociais.

No nível *comportamento unilateral* são observadas as tentativas de interação social. É comum nesse nível também haver desacordo entre *comportamento unilateral* e *os parceiros*

sociais olham na mesma direção, portanto, deve-se marcar *comportamento unilateral* quando o parceiro para quem o comportamento unilateral (olhar) é dirigido não retribui o olhar, ou seja, está olhando para outra direção, especialmente para o lado oposto ao do iniciador da interação, não correspondendo, portanto, à tentativa de interação social.

É marcado o código *não visível* quando menos de 1/3 do corpo de um dos parceiros não for visível. Para evitar a perda de dados, quando o rosto de um dos parceiros sociais ficar encoberto por um objeto ou por outro participante da interação, deve-se buscar observar os segundos imediatamente anteriores e posteriores do frame do vídeo para ver se é possível inferir a orientação do olhar. Caso se verifique que não é possível a inferência, marca-se o código de não visível.

Orientação da parte superior do corpo (Upper Body Orientation).

Nesta categoria é considerada apenas a direção da parte superior do tronco e não é levada em consideração a inclinação e a altura dos parceiros.

Escala:

4. Os parceiros sociais estão posicionados um para o outro;
3. Os parceiros sociais estão posicionados para a mesma direção;
2. Comportamento unilateral (quando um dos pais — a mãe ou o pai — se posiciona voltado para o outro ou para a interação do outro com a criança);
1. Os parceiros sociais estão posicionados para direções diferentes.
0. Não visível.

O código *os parceiros sociais estão posicionados um para o outro* é marcado em situações em que os parceiros se encontram de frente um para o outro e o código *estão posicionados para direções diferentes* é marcado quando os parceiros estão voltados para um espaço interacional não compartilhado, ou seja, para diferentes espaços interacionais. Para

orientar a codificação nesta categoria, utiliza-se o recurso de imaginar uma seta, paralela ao chão, saindo do meio do peito dos parceiros sociais para verificar a orientação da parte superior do corpo.

É marcado o código *não visível* quando menos de 1/3 do corpo de um dos parceiros não for visível.

Envolvimento diádico (Dyadic Involvement)

Nesta categoria é considerada a interação diádica entre os parceiros sociais. Quando há um ou mais níveis de interação no decorrer do intervalo, é considerado apenas o nível dominante dos últimos 05 segundos observados. No caso de ocorrência de um ou mais níveis de envolvimento com períodos quebrados durante o intervalo, deve-se somar os períodos para saber qual nível obteve mais tempo e, assim, codificar.

Escala:

4. Atividade conjunta (envolvendo fala, canto e manipulação de objeto);
3. Atenção conjunta (envolvendo atenção compartilhada);
2. Comportamento unilateral (início de gesto ou fala sem resposta);
1. Sem envolvimento.
0. Não visível.

A *atividade conjunta* envolve diálogo, manipulação de objeto conjunta (os dois manipulam brinquedos que remetem a brincadeira conjunta) e canto, não sendo considerada neste nível a fala não dirigida ao parceiro. O engajamento em brincadeira não caracterizada, que geralmente ocorre no início da interação social e nos momentos de transição entre atividades/brincadeiras, também é considerada *atividade conjunta*. A *atividade conjunta* inicia no momento em que a atividade ou brincadeira é retribuída pelo parceiro social e para codificar este nível também é considerada uma interação com duração mínima de 4 segundos.

A *atenção conjunta* envolve atenção compartilhada e consiste na atenção direcionada ao mesmo objeto, podendo ocorrer em duas situações: quando um dos parceiros sociais manipula um objeto e o outro observa (ex. um brinca e o outro observa) ou quando a díade Mãe-Pai não manipula o objeto, mas está atenta a brincadeira da criança. Para codificar este nível também é considerada uma interação com duração mínima de 4 segundos.

Tanto na *atividade conjunta* quanto na *atenção conjunta* há ocorrência de interação na tríade, onde mãe, pai e criança estão envolvidos na brincadeira conjunta.

O código de *sem envolvimento* é marcado quando os parceiros estão envolvidos em atividades paralelas. A atividade paralela também ocorre quando os pais tentam chamar a atenção da criança com brincadeiras diferentes. Nesse nível, pode-se ocorrer a formação de díade dentro da tríade, na qual um dos pais interage com a criança enquanto o outro parceiro (mãe ou pai) fica fora da brincadeira.

O *comportamento unilateral* é marcado quando um dos parceiros se dirige ao outro e não há resposta, independentemente do conteúdo verbal. Nesse nível também se verifica a formação de díade mãe-criança ou pai-criança dentro da tríade.

De maneira resumida, quando a díade mãe-pai ou a tríade mãe-pai-criança está engajada e interagindo na brincadeira conjunta, a codificação será de *atividade conjunta* ou *atenção conjunta*. No entanto quando há formação de díade mãe-criança ou pai-criança e um dos parceiros sociais está fora da interação, a codificação será de *atividade paralela* ou *comportamento unilateral*, conforme tabela abaixo.

ENVOLVIMENTO TRIÁDICO OU ENVOLVIMENTO DIÁDICO MÃE-PAI	ENVOLVIMENTO DIÁDICO MÃE- CRIANÇA OU PAI-CRIANÇA
<i>Atividade Conjunta</i>	<i>Atividade Paralela</i>
<i>Atenção Conjunta</i>	<i>Comportamento Unilateral</i>

Afeto compartilhado (Shared Warmth)

Refere-se a atmosfera afetiva geral no nível comportamental.

Escala:

3. Positivo;

2. Neutro;

1. Negativo;

0. Não visível.

Nesta categoria considera-se a ocorrência do comportamento e não a sua duração. Trata-se de uma categoria não verbal, onde fala e canto não são considerados.

O código *positivo* é selecionado quando é observada a ocorrência de demonstração de afeto como sorriso ou toque, abraços e carinhos espontâneos. Também é selecionado o código *positivo* quando há olhar afetuoso dirigido ao parceiro social, ou quando é observada a ocorrência de comportamentos relacionados a apoio, incentivo e suporte. O código *negativo* é selecionado quando são observadas expressões faciais de desagrado, aborrecimento ou irritação, como caretas, sobrancelhas franzidas, olhares severos, revirar os olhos, bufar e imitação de gestos do parceiro social afim de zombar. Também é selecionado o código *negativo* quando ocorrem comportamentos que remetem a conflito entre os parceiros sociais.

O código *neutro* é marcado quando os parceiros sociais estão com a postura e a expressão facial neutra, sem sinais evidentes de emoção. seleciona-se esse código quando estão ausentes tanto os comportamentos que correspondem ao código *positivo* quanto os comportamentos que correspondem ao código *negativo* na interação da díade.

A tabela com as categorias e as respectivas escalas de codificação do Taxonomy of Interactionl Synchrony encontra-se abaixo.

Tabela 2.

Sistema de codificação Taxonomy of Interactional Synchrony.

Distância interpessoal
4. Contato físico
3. Até 20 cm de distância
2. Mais que 20 cm e menos que 60 cm de distância
1. Mais de 60 cm de distância
0. Não visível
Orientação visual
4. Os parceiros sociais olham um para o outro
3. Os parceiros sociais olham na mesma direção
2. Comportamento unilateral (a mãe olha para o pai ou o pai olha para a mãe)
1. Os parceiros sociais olham em direções diferentes
0. Não visível
Orientação da parte superior do corpo
4. Os parceiros sociais estão posicionados um para o outro
3. Os parceiros sociais estão posicionados para a mesma direção
2. Comportamento unilateral (a mãe está posicionada na direção do pai ou o pai está posicionado na direção da mãe)
1. Os parceiros sociais estão posicionados para direções diferentes.
0. Não visível
Envolvimento diádico
4. Atividade conjunta (envolvendo fala, canto e manipulação de objeto)
3. Atenção conjunta (envolvendo atenção compartilhada)
2. Comportamento unilateral (início de gesto ou fala sem resposta)
1. Sem envolvimento
0. Não visível
Afeto Compartilhado
3. Positivo
2. Neutro
1. Negativo
0. Não visível